



CÂMARA MUNICIPAL
DE
COIMBRA

**PRESTAÇÃO
DE CONTAS
CONSOLIDADA
2021**



ÍNDICE

PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Relatório de Gestão Consolidado	3
Demonstrações Orçamentais Consolidadas	43
Demonstração Consolidada do Desempenho Orçamental	45
Demonstração Consolidada de Direitos e Obrigações por Natureza	47
Demonstrações Financeiras Consolidadas	49
Balanço Consolidado	51
Demonstração dos Resultados por Naturezas Consolidada	53
Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa	55
Demonstração das Alterações do Património Líquido	57
Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas	59
Processos judiciais em curso (CMC)	83

Relatório de Gestão Consolidado

O GRUPO MUNICIPAL

O relatório de gestão consolidado do Município de Coimbra, do exercício de 2021, relata o estado e evolução da atividade do conjunto das entidades compreendidas no perímetro de consolidação de contas do município.

A consolidação de contas configura um instrumento que permite dar a conhecer a verdadeira situação económico-financeira do grupo municipal e avaliar, de forma integrada, o conjunto de atividades desenvolvidas, podendo, conseqüentemente, contribuir para aperfeiçoar a gestão e o controlo daquelas entidades.

A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 51/2018, de 16 de agosto, que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, determina a obrigatoriedade da consolidação de contas. O n.º 1 do artigo 75.º estabelece que, “Sem prejuízo dos documentos de prestação de contas individuais previstos na lei, os municípios, as entidades intermunicipais e as suas entidades associativas, apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas”.

Nos termos do disposto na Resolução n.º 02/2021 - 2.ª S do Tribunal de Contas, os municípios estão sujeitos ao dever de elaborar e prestar contas (artigo 51.º, n.º 1, alínea m), da LOPTC, conjugado com o artigo 2.º da mesma Lei). Para além da obrigação de apresentar contas individuais, os municípios apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas, as quais são remetidas ao Tribunal de Contas até 30 de junho do ano seguinte àquele a que respeitam.

Cumprindo o disposto na Lei das Finanças Locais (LFL), o Município de Coimbra elabora as contas consolidadas do Grupo Municipal, que serão submetidas à aprovação da Câmara e da Assembleia Municipal.

Conforme o estabelecido no artigo 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 51/2018, de 16 de agosto, o grupo autárquico é composto pelo município e pelas entidades por si controladas, de forma direta ou indireta, considerando-se que o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e

Município de Coimbra

operacionais de uma outra entidade tendo como objetivo beneficiar das suas atividades. A existência ou presunção de controlo avalia-se relativamente às entidades de natureza empresarial, pela sua classificação como empresas locais e relativamente a entidades de outra natureza, pela sua verificação casuística e em função das circunstâncias concretas, por referência aos elementos de poder e resultado.

O SNC-AP (Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro) revogou a Portaria n.º 474/2010, de 15 de junho, que aprovou a Orientação n.º 1/2010, como “Orientação genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do sector público administrativo”, estabelecendo um conjunto de princípios subjacentes à consolidação de contas.

As demonstrações financeiras consolidadas do Município foram elaboradas de acordo com Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP).

Assim, a apresentação e preparação de demonstrações financeiras consolidadas quando uma entidade controla uma ou várias entidades segue o prescrito na NCP 22 - Demonstrações Financeiras Consolidadas, SNC-AP.

O Município de Coimbra, é a entidade-mãe do Grupo Municipal, constituído por um conjunto de entidades que prosseguem atividades que, no essencial, se enquadram no âmbito das suas atribuições e competências e que a seguir se apresenta:

IDENTIFICAÇÃO DO GRUPO MUNICIPAL

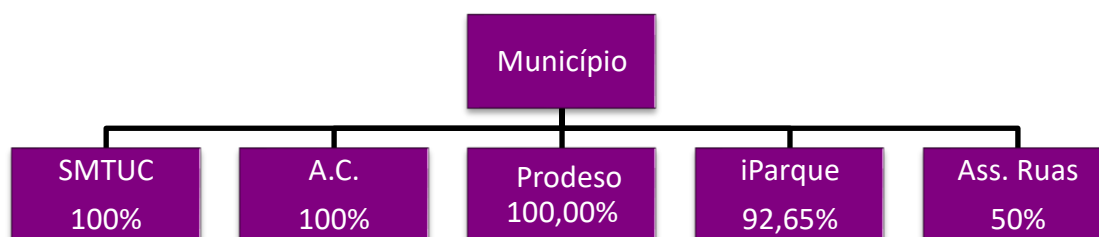
ANO : 2021
(Unidade: euro)

Designação Entidade	NIF	Sede	% Participação Capital	Valor da participação (de acordo com o custo de aquisição)
SMTUC - Serviços Municipalizados dos Transportes Urbanos de Coimbra	680015965	Guarda Inglesa - Coimbra	100,00%	-----
A.C. Águas de Coimbra, E.M.	506566307	Rua da Alegria, nº 111 - Coimbra	100,00%	39 140 176
PRODESO - Ensino Profissional, Lda.	502675870	Rotunda da Casa Branca, Casal das Nogueiras - Coimbra	100,00%	248 300
LUSITÂNIA GÁS - Companhia de Gás do Centro, S.A.	502761024	Av. Cong. Op. Democrática, nº 54 - Aveiro	0,85%	174 270
ODABARCA - Animação Turística do Mondego, S.A.	503133531	Av. Urbano Duarte/Quinta das Varandas - Coimbra	10,00%	34 916
ERSUC - Resíduos Sólidos do Centro, S.A.	503004405	Rua Alexandre Herculano, nº 21 B - Coimbra	6,93%	282 325
MAC - Mercado Abastecedor de Coimbra, S.A.	502936436	Mercado Abastecedor de Coimbra - Taveiro	14,55%	400 000
METRO-MONDEGO, S.A.	503671320	Rua Rodrigues de Gusmão, nº 21 - Coimbra	14,00%	150 500
COIMBRA I PARQUE - P. Inov. Ciência, Tecn. Saúde, S.A.	506787729	Parque Tecnológico de Coimbra - Antanhol	92,65%	2 423 979
Águas do Centro Litoral, S.A.	513606181	Av. Dr. Luís Albuquerque - Coimbra	23,61%	4 371 619
Associação Coimbra Região Digital	506394930	Praça 8 de Maio, Casa Aninhas - Coimbra	13,11%	50 000
RUAS - Associação UNIVER(SC)IDADE	510119948	Colégio de S. Bento - Rua Arco da Traição - Coimbra	50,00%	75 000
Fundo Esp.I.I.F.em Reab.Urbana Coimbra Viva I	720012414		55,23%	3 136 589
FAM - Fundo de Apoio Municipal	513319182	Praça do Comércio, Ala Oriental - Lisboa	0,71%	2 975 432
TOTAL				53 463 105

Tendo por base o Art.º 75º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 51/2018, de 16 de agosto, e alterações subsequentes, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais (RFALEI) e o disposto na NCP 22, foi definido o perímetro de consolidação do Município de Coimbra, que se mantém relativamente ao ano transato, e que abrange:

1. **Município de Coimbra** - NIPC 506415082 – entidade consolidante;
2. **Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra (SMTUC)** - NIPC 680015965 - método da simples agregação;
3. **AC - Águas de Coimbra, EM** - NIPC 506566307 – método de consolidação integral (100% de participação no capital da empresa municipal);
4. **Prodeso – Ensino Profissional EM, Lda.** – NIPC 502675870 – método de consolidação integral (100% de participação na capital da empresa municipal);
5. **IParque – Parque Inovação Ciência, Tecnologia e Saúde, E.M., S.A.** – NIPC 506787729 - método de consolidação integral (92,65% de participação no capital da empresa municipal);
6. **Associação RUAS** – NIPC 510119948 – método de consolidação integral (50% de participação no capital associativo).

ORGANOGRAMA DO GRUPO MUNICIPAL PARA EFEITOS DE CONSOLIDAÇÃO



O método integral é o utilizado uma vez que o Município de Coimbra é detentor de uma percentagem de controlo maior ou igual a 50% em todas as entidades participadas que compõem o perímetro. Este método preconiza a integração dos diferentes elementos que constam das demonstrações financeiras das empresas consolidadas no balanço e demonstração de resultados da empresa consolidante. Subsequente a esta integração, são eliminadas todas as operações intragrupo, ou seja, operações entre as entidades que compõem o perímetro de consolidação, evitando-se desta forma, a duplicação de valores.

Recursos Humanos

Num ano ainda marcado pela pandemia, em que se assistiu a um aligeirar das medidas restritivas no âmbito da saúde pública, não obstante a necessidade de manter os planos de contingência e as adaptações constantes em matéria de recursos humanos, o Grupo Municipal manteve de forma continuada o seu funcionamento, em modo presencial e em teletrabalho.

Assim, em 2021, a grande alteração no âmbito dos recursos humanos traduziu-se num aumento do número de efetivos no Município de Coimbra, em todos os tipos de vínculo, tendo-se registado uma variação positiva de 51% no número total de trabalhadores, em efetivo exercício de funções, perfazendo 1.951 trabalhadores, a 31 de dezembro de 2021. O acréscimo de trabalhadores em efetivo exercício de funções deve-se, essencialmente, ao facto de terem sido integrados 566 trabalhadores afetos à área da educação, com efeitos a 1 de janeiro de 2021, no âmbito da transferência de competências prevista na Lei 50/2018 de 16/08 e concretizada no Decreto-Lei 21/2019 de 30/01, bem como pelo número de contratações realizadas durante o ano.

O número de trabalhadores que integra o grupo municipal, a 31 de dezembro de 2021, ascende a 2.756, distribuídos conforme o quadro infra.

Trabalhadores do Grupo Municipal inserido no perímetro de consolidação

Entidade	Número de Trabalhadores em 31/12/2021		
	Masculino	Feminino	TOTAL
Município de Coimbra	813	1138	1951
Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra	443	61	504
AC, Águas de Coimbra, E.M.	216	65	281
PRODESO - Ensino Profissional, Lda.	3	14	17
COIMBRA I PARQUE - P. Inov. Ciência, Tecn. Saúde, S.A.	2	1	3
RUAS - Associação Univer(SC)idade	0	0	0
TOTAIS	1477	1279	2 756

Caracterização das Entidades a Consolidar e Análise dos Fatores Relevantes das Contas Individuais das Entidades que Compõem o Perímetro de Consolidação

Entidade “mãe” - Câmara Municipal

- Contas individuais aprovadas pela assembleia municipal na reunião ordinária de 28 de abril de 2021.

A organização do Município de Coimbra tem por suporte a existência de duas estruturas: uma política e outra administrativa, inter-relacionadas no desenvolvimento da atividade municipal.

A Câmara Municipal é constituída por onze membros (1 Presidente e 10 Vereadores) a quem compete, num quadro de delegações previamente estabelecido, a responsabilidade pela definição de estratégias e políticas municipais, bem como as decisões mais relevantes sobre as atividades do Município.

O ano de 2021 funcionou com uma estrutura política até 17.10.2021 e outra a partir desta data, motivada pelas eleições autárquicas ocorridas em 26.09.2021, tendo o novo Executivo Municipal tomado posse em 18.10.2021.

No âmbito deste órgão destaca-se, assim, através do mecanismo de delegações e subdelegações de competências, um “Corpo Executivo” constituído pelo Presidente da Câmara e os Vereadores investidos de responsabilidades na área de gestão, que têm a seu cargo a supervisão direta das atividades desenvolvidas ao nível dos serviços municipais para a consecução dos objetivos que materializam as políticas definidas.

ATIVIDADE

As atividades desempenhadas enquadram-se no âmbito das atribuídas pela Lei n.º 5-A/2002 e Lei n.º 75/2013, de 12/09, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 69/2015, de 16/07, e alterações subsequentes, destacando-se as seguintes áreas de intervenção: Economia, Cultura, Urbanismo, Social, Desporto e Juventude, Educação, Saúde, Mobilidade, Polícia Municipal, Proteção Civil e Ambiente.

RESULTADOS

No final do exercício económico de 2021, o ativo do Município de Coimbra situava-se nos 720,5 M € (em 2020: 696,6 M €), um aumento de 23,9 M € (+ 3,43 %) em relação ao ano anterior, para o que contribuiu o aumento do ativo não corrente em cerca de 29 M € (+ 4,53%).

O ativo corrente ascendeu a 52,5 M € (em 2020: 57,6 M €), registando uma redução de 5 M € (- 8,83%).

No ativo corrente destaque para:

- A rubrica “outras contas a receber” ascendia a 36,1 M € no final de 2021, mais 6,2 M € que no ano anterior, e inclui, 27,4 M € (em 2020: 27,6 M €) de “impostos e taxas imputados ao período” e 8,4 M € (em 2020: 2 M) de “devedores por acréscimos de rendimento”;
- A conta “impostos e taxas imputados ao período” regista os rendimentos referentes a impostos relativos ao exercício, a receber no ano seguinte. Em 2021 inclui 25,9 M € (em 2020: 25,5 M €) referentes à estimativa de Imposto Municipal sobre Imóveis respeitante a 2021, a liquidar e a cobrar em 2022, nos termos das disposições do SNC-AP;
- A conta “diferimentos” ascendeu a 69 mil € (em 2020: 1,9 M €) que correspondem, na sua maioria, a encargos já assumidos e que se referem a custos de anos seguintes. Incluía, em 2020, a quantia de 1,73 M € relativa a um adiantamento do subsídio de exploração de 2021 aos SMTUC;
- A rubrica “caixa e bancos” no final de 2021 totalizava 15 M €, menos 9 M € que no ano anterior.

O Património Líquido do Município totalizou 609,1 M € (em 2020: 603,9 M €), refletindo um aumento de 5,2 M € (0,87%), face ao verificado em 2020.

O resultado líquido do exercício foi negativo em 808 mil €, inferior em 2,4 M € ao do ano anterior.

No mesmo período, o passivo da autarquia ascendia a 111,4 M € (em 2020: 92,7 M €), um aumento de 18,7 M € (+ 20,10 %) face ao final do período transato, sendo 75,3 % passivo não corrente (em 2020: 73,9 %) e 24,7 % passivo corrente (em 2020: 26,1 %).

Estabelecendo uma comparação entre os dois períodos verifica-se um aumento do valor global do passivo na ordem dos 18,6 M € para o que contribuiu o aumento do passivo não corrente em 15,4 M € e do passivo corrente em 3,3 M €.

O passivo não corrente ascendeu, no final de 2021, a 83,9 M € (em 2020: 68,5 M €). O aumento do passivo não corrente em 15,4 M € resultou do efeito conjugado de:

- Aumento das provisões em 1,4 M €;
- Aumento dos financiamentos obtidos em 1,4 M €;
- Aumento dos diferimentos em 12 M €.

Destaque para:

- A conta “provisões” - regista as responsabilidades do município relativas a processos judiciais em curso cujo desfecho desfavorável é provável ou certo e cifrou-se, em 31 de dezembro de 2021, em 4,1 M € (em 2020: 2,8 M €);
- A rubrica “financiamentos obtidos” ascendeu no final de 2021 a 25,1 M € (2020: 23,8 M €), registando um aumento de 1,4 M € face ao ano anterior. O aumento desta rubrica resulta do efeito conjugado das utilizações de financiamentos reembolsáveis e empréstimos de médio longo prazo efetuados no período (4,9 M €) e do pagamento do serviço da dívida de empréstimos contraídos em anos anteriores (3,5 M €);
- A conta “diferimentos” respeita a rendimentos a reconhecer a mais de 12 meses após a data de relato. Cifrou-se em 51,5 M € (em 2020: 39,5 M €), dos quais 27,5 M € (em 2020: 28 M €) dizem respeito ao diferimento do valor da concessão de direito de superfície sobre terreno à Aplicação Urbana VI pelo prazo contratado e 23,6 M € (em 2020: 11 M €) a subsídios ao investimento recebidos no âmbito de projetos cofinanciados cujas obras ainda não se encontram completamente executadas;
- A rubrica “outras contas a pagar” refere-se a cauções – depósitos e garantias prestadas por fornecedores e outras entidades exigíveis a mais de 12 meses.

O passivo corrente ascendia, no final de 2021, a 27,5 M € (em 2020: 24,2 M €). O aumento do passivo corrente em 3,3 M € resultou do aumento generalizado de todas as rubricas, destacando-se o aumento das contas de “fornecedores de investimento” e “outras contas a pagar” em 1 M €, cada uma.

Sublinham-se as seguintes rubricas:

- A dívida a fornecedores ascendeu a 3,1 M € (em 2020: 2,6 M €), mais 495 mil € que no ano transato;
- No final de 2021, a dívida a fornecedores de investimento cifrou-se nos 1,7 M € (em 2020: 600 mil €). Para o aumento deste saldo em 1 M €, face ao ano anterior, contribuíram as faturas que se encontravam em conferência referentes a autos de medição de obras que se encontravam em curso;
- Os “financiamentos obtidos” cifraram-se em 3,5 M € em ambos os exercícios, e respeitam às prestações de empréstimos de médio e longo prazo com vencimento em 2022;

- A rubrica “outras contas a pagar” apresentava, no final de 2021, um saldo de 16,5 M € (2020: 15,5 M €), mais um 1 M € que no ano anterior e incluía 14 M € de acréscimos de gastos que irão dar origem a valores a pagar no ano seguinte, destacando-se:
 - a quantia de 6,5 M € recebida da Águas do Mondego - Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e Saneamento do Baixo Mondego – Bairrada, S.A (agora Águas do Centro Litoral) a título de compensação pela perda do negócio do fornecimento de água a determinados Municípios dos anos de 2012 a 2016, nos termos do Contrato celebrado com esta sociedade em 25.05.2006. Estas verbas foram por sua vez atribuídas à Empresa Municipal Águas de Coimbra, EM, mas não foram ainda transferidas;
 - a estimativa para férias e subsídio de férias no valor de 5 M € (em 2020: 3,6 M €); Deste montante, 1 M € diz respeito aos trabalhadores transferidos para o mapa de pessoal do Município no âmbito da transferência de competências na área da educação;
 - transferências correntes e de capital no valor de 1,4 M € (em 2020: 2,5 M €) concedidas pelo município e cujas condições de atribuição se encontravam satisfeitas à data do relato;
- A conta “diferimentos” respeita a rendimentos a reconhecer até 12 meses após a data de relato. Cifrou-se em 1,2 M € (em 2020: 1 M €).

Como já referido, o resultado líquido do período de 2021 foi negativo em 808 mil €, 2,4 M € inferior ao registado no ano anterior.

A variação verificada decorre da evolução negativa do resultado operacional, que passou de 1,7 M € em 2020, para 684 mil € negativos em 2021, representando uma redução de 2,4 M €, apesar de não terem existido gastos de financiamento significativos.

O alinhamento permite calcular sucessivamente:

- a) Os resultados antes de depreciações e de gastos de financiamentos;
- b) O resultado operacional (antes de gastos de financiamento);
- c) O resultado antes de impostos;
- d) O resultado líquido do período.

O resultado operacional situa-se, como já referido, nos 684 mil € negativos. A redução de 2,4 M € face ao ano anterior resulta do facto do aumento dos rendimentos ser inferior ao aumento dos gastos.

Efetuada uma análise aos rendimentos, que totalizaram 106,7 M € em 2021 (em 2020: 86 M €), verificámos que houve um aumento de 20,7 M € face ao ano anterior, para o que contribuiu o aumento das “transferências e subsídios correntes obtidos” em 18 M €.

A rubrica “Impostos, contribuições e taxas” representa, em 2021, 48% da totalidade dos rendimentos (em 2020: 58%).

A conta “impostos e taxas” totaliza, no ano de 2021, 51,7 M €, mais 1,4 M € face ao ano anterior, o que representa um aumento de 2,88%, resultante do efeito conjugado de:

- aumento de 1,6 M € do IMT;
- aumento de 1 M € na rubrica de taxas;
- aumento de 400 mil € do Imposto Municipal Sobre Imóveis (IMI);
- redução de 1,7 M € da Derrama.

A variação dos rendimentos de Imposto Municipal sobre as Transações Onerosas de Imóveis (IMT) está relacionada com a variação do volume de transações ocorridas no exercício.

A taxa de derrama manteve-se no período em análise, estando o valor deste rendimento dependente dos lucros das empresas cuja redução, face ao contexto macroeconómico decorrente da pandemia COVID-19, poderá explicar a quebra desta receita municipal.

A rubrica "transferências e subsídios correntes obtidos" representa, em 2021, 38% do total de rendimentos apurado. Cifrou-se em 40,9 M € em 2021 (em 2020: 22,9 M €) e para o aumento de 18 M € contribuiu:

- o financiamento da transferência de competências para o Município na área da educação iniciado em setembro de 2020 e que ascendeu nesse ano a 1,3 M €, cifrando-se em 12,4 M € em 2021;
- as transferências correntes recebidas no âmbito do financiamento e compensações aos operadores de transportes essenciais, no âmbito da pandemia COVID-19, que em 2020 foram de 1,6 M € e em 2021 de 5,1 M €. Estas verbas foram na sua totalidade alocadas aos SMTUC, encontrando-se assim também refletidas nos gastos de cada exercício, na conta de “transferências correntes recebidas”.

Os rendimentos registados na conta “prestações de serviços e concessões” foram de 5,3 M € (em 2020: 4,7 M €), mais 600 mil € que no ano anterior, e incluem, em 2021, 4,2 M

€ da Tarifa de Resíduos Sólidos (em 2020: 3,9 M €), mais 355 mil € do que em 2020, em resultado do aumento de cerca de 11% do tarifário aplicado aos Resíduos Urbanos.

Na rubrica “outros rendimentos”, registou-se o valor de 8,6 M € em 2021 (em 2020: 8 M €), e inclui “rendas de propriedades de investimento” de 3,9 M € (em 2020: 3,7 M €) e a imputação a rendimentos de subsídios e transferências para investimentos de 2,7 M € (2020: 3,1 M €).

Os gastos totalizaram 107,5 M €, o que representa um aumento de 23,1 M € face ao ano anterior, para o que contribuiu o aumento das seguintes rubricas:

- aumento de 10,3 M € dos “gastos com pessoal”;
- aumento de 6 M € das “transferências e subsídios concedidos”;
- aumento de 4,8 M € dos “fornecimentos e serviços externos”.

Na estrutura de gastos são os gastos com pessoal que têm maior peso.

Ascenderam a 40 M € em 2021 (em 2020: 30 M €), representando 37,44% do total dos gastos do Município (em 2020: 35,51%). Nesta rubrica, registou-se um aumento de cerca de 10 M € (34,33%), dos quais 8,6 M € se referem aos gastos com o pessoal não docente dos estabelecimentos escolares transferidos para o mapa de pessoal do Município, no âmbito da transferência de competências no domínio na educação, tendo os vencimentos e respetivos encargos sido assegurados pelo Município desde 1 de janeiro de 2021. Este montante é integralmente financiado no âmbito da transferência de competências, encontrando-se refletido também em rendimentos na rubrica “transferências e subsídios correntes obtidos”.

O aumento do salário mínimo nacional em 2021, que abrange 692 dos 1.951 trabalhadores do Município, contribuiu também para o aumento desta rubrica.

A conta fornecimentos e serviços externos apresenta uma variação positiva de 21,37%. O valor da rubrica é de 27,5 M € em 2021, mais 4,8 M € do que em 2020 em que ascenderam a 22,7 M €.

Verifica-se que as rubricas com maior peso são os “serviços sociais”, a “eletricidade” e a “recolha e tratamento de resíduos sólidos” que representaram, em 2021, 21,98%, 14,68% e 14,21% do total, respetivamente.

As “transferências e subsídios concedidos”, que representam 22,07% na estrutura dos gastos de 2021, ascenderam a 23,7 M €, registando um aumento de 6 M € (+ 34,2%) face ao ano anterior.

Incluem:

- O subsídio à exploração atribuído aos SMTUC no âmbito do “apoio social dos transportes”, que se cifrou em 6,8 M €, mais 100 mil € que no ano anterior (6,7 M €);
- O financiamento e compensações atribuídas aos SMTUC, enquanto operador de transportes essenciais no âmbito da pandemia COVID-19, no valor de 5,4 M €, mais 3,3 M € que em 2020 (2,1 M €). Do valor atribuído aos SMTUC em 2021, 5,1 M € foram financiados e encontram-se refletidos na conta “transferências e subsídios recebidos”.
- A concretização da transferência de competências do município para as freguesias nos termos da Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, foi 3,9 M € em 2021 e de 2,8 M € em 2020, registando um aumento de 1,1 M €;
- O financiamento da delegação de competências nas direções das escolas no âmbito do novo quadro de competências em matéria de educação foi de 1,7 M € em 2021 e de 300 mil € em 2020.

Os gastos de depreciação e amortização são também uma forte componente dos gastos do Município, atingindo os 10,8 M € em 2021 (10,05% do total), tendo-se mantido estável face ano anterior.

Os juros e gastos similares representam apenas 0,18% na estrutura dos gastos, tendo aumentado 85 mil € em 2021 face ao ano anterior, fruto da contratação de empréstimo bancário de médio e longo prazo junto da Caixa Geral de Depósitos para aquisição de um edifício.

Através da análise baseada em indicadores, observa-se o seguinte:

- Verifica-se uma ligeira melhoria dos indicadores do prazo médio de pagamentos, que foi 39 dias em 2021, menos um dia que no ano anterior e, considerando também os fornecedores de investimentos, desceu de 31 dias em 2020 para 29 dias em 2021.
- Os Meios Libertos Líquidos diminuíram 1,3 M € na sequência do efeito conjugado da redução do resultado líquido em 2,4 M € e da redução das provisões e das imparidades em 680 mil € e 509 mil €, respetivamente;
- Os indicadores de liquidez geral e reduzida, em 2021, ultrapassaram largamente os 100%. O indicador de liquidez imediata, que se situava perto dos 100% em

2020, diminuiu para 55% em 2021 na sequência da redução das disponibilidades, acompanhada de um aumento do passivo corrente.

Quanto maior for o resultado do indicador, maior a certeza de que os débitos a curto prazo podem ser pagos nos prazos adequados.

- Os indicadores de estrutura financeira apresentados confirmam a estabilidade financeira do município, a baixa dependência de financiamentos externos, o património líquido como principal fonte de financiamento do ativo, e a grande capacidade de solver dívidas quer a curto quer a médio longo prazo;
- Os indicadores de endividamento relacionam as origens de recursos entre si, retratando a posição entre Fundos Próprios e Capital Alheio e indicam o grau de dependência em relação ao Capital Alheio.

Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra (SMTUC)

- Contas individuais aprovadas pela assembleia municipal na reunião ordinária de 28 de abril de 2022.

Os Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra (SMTUC) são uma estrutura municipal vocacionada para assegurar o Serviço Público de Transporte Rodoviário de Passageiros no Município de Coimbra.

Visão: Ser um prestador de serviços de transportes públicos urbanos com fortes preocupações de carácter eminente social, modernos, de confiança, seguros, responsáveis ambientalmente e assim contribuir para o desenvolvimento sustentável do Concelho.

Missão: Garantir uma oferta de transporte público adequada às necessidades das populações, desenvolvendo ações que privilegiem a opção do uso do transporte coletivo. Os transportes urbanos em Coimbra remontam ao ano de 1874 com a introdução dos carros americanos. A 15 de maio de 1908, a Câmara propõe: “Que se municipalize o serviço de tração elétrica”.

Em 26 de novembro do ano de 1984, devido à dimensão dos Serviços Municipalizados de Coimbra (SMC), o executivo camarário aprovava a sua separação em dois Serviços: Transportes Coletivos e Águas e Saneamento, aprovando os respetivos quadros de pessoal, de forma a ser possível implementar a separação, a qual veio a efetivar-se em 1 de janeiro de 1985.

ATIVIDADE

A rede de transporte público de passageiros dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra (SMTUC) é constituída por 110 linhas regulares e 1.528 pontos de paragens, abrangendo uma extensão de 657 km de rede viária. Das linhas regulares, 7 são efetuadas totalmente em modo elétrico ou híbrido e, em algumas das restantes, também com recurso a autocarros *standard* (100%) elétricos. Complementam esta rede de transporte urbano de passageiros, o *Transporte a Pedido | Serviço de Transporte Especial*, destinado a passageiros com mobilidade reduzida, e o *Elevador do Mercado D. Pedro V*.

O Município de Coimbra, na qualidade de Autoridade Municipal de Transportes, nos termos do Regime Jurídico do Serviço Público de Transportes de Passageiros (RJSPTP), aprovado pela Lei n.º 52/2015, de 9 de junho, recorrendo aos SMTUC com os seus *meios próprios*, deu durante o ano 2021 continuidade ao processo iniciado em dezembro de 2019, através da extensão da rede de transportes municipal a novas zonas do concelho com a expansão para a zona norte e a implementação do Sistema ECOVIA.

Nos anos de 2020 e de 2021 registou-se uma quebra acentuada na procura decorrente dos efeitos da pandemia e das consequentes medidas restritivas adotadas, tendo sido implementadas medidas extraordinárias na rede de transportes, vendas e estacionamento, na sequência do estado de emergência decretado pelo Presidente da República e do Despacho nº 162/PR/2021, do Presidente da Câmara Municipal, das quais se destaca, pelo seu impacto na procura, “O número máximo de passageiros transportados limitado a 2/3 da lotação dos veículos”.

No ano de 2021 foram transportados um total de 7,7 milhões de passageiros, tendo-se registado um aumento de 1,9% na procura que, todavia, não permite apurar o verdadeiro impacto das extensões da rede de transportes levadas a efeito desde o final de 2019, e as alterações introduzidas em 2021. Verificou-se uma ligeira redução da *Taxa de Ocupação*, que se situou nos 6,0%.

Concluiu-se o ano 2021 com um total de 6.103 milhões de quilómetros percorridos (em cheio), com evidente reflexo no número de lugares/km oferecidos e de veículos/hora, que registaram um aumento de 3,9% e 5,2%, respetivamente. A velocidade comercial atingiu os 17,9 km/h, registando novo aumento, neste caso de 2,9%, em resultado da expansão da rede a zonas mais periféricas e à melhoria das condições de circulação, por via da pandemia.

Da estrutura de utilização de títulos regista-se a diminuição do peso dos Passes Sociais, em 0,7%, indiciando uma ligeira redução da fidelização dos clientes e um aumento dos títulos ocasionais, quer do bilhete vendido a bordo (1,1%), quer dos bilhetes pré-comprados (0,6%), neste caso por via da introdução da tipologia horária, permitindo o livre transbordo dos passageiros durante uma hora.

O *Transporte a Pedido / Serviço de Transporte Especial*, que sofreu em 2020 um decréscimo bastante significativo na procura, face ao impacto da pandemia neste serviço de transporte de pessoas com mobilidade condicionada, retomou em 2021 o crescimento, registando um aumento de 22,2%. É de salientar igualmente o importante papel desempenhado por este serviço nas primeira e segunda fases de vacinação, no apoio prestado aos Agrupamentos de Centros de Saúde do Baixo Mondego, no transporte de utentes com dificuldades de mobilidade, ou de transporte, para o Centro de Vacinação COVID-19 situado no Pavilhão Mário Mexia.

Além do transporte de passageiros, é também da responsabilidade dos SMTUC a gestão do estacionamento nas Zonas de Estacionamento de Duração Limitada e parques de estacionamento fechados propriedade do Município.

No que se refere ao estacionamento, destaca-se a reativação dos Parques da Casa do Sal (Oeste), Casa do Sal (Jardim) e Vale das Flores com o Sistema ECOVIA, assim como a integração do Parque Verde do Mondego neste serviço, muito embora mantenha o anterior regime de funcionamento, como Bolsa de Estacionamento Tipo II, de acordo com a Tabela Geral de Taxas e Preços Municipais.

Relativamente às restantes zonas de estacionamento de duração limitada, controladas por parómetros, evidencia-se a continuidade do plano de acompanhamento e controlo, em estreita articulação com o Serviço de Polícia Municipal, pese embora se mantenha uma elevada taxa de estacionamento não pago.

O investimento bruto ascendeu a 2.282.810,21 €, desacatando-se no equipamento básico a aquisição de 14 autocarros standard usados e 6 miniautocarros usados no valor de 994.188,00 €. A aquisição de novos painéis de informação ao público e a implementação do novo sistema multimodal de bilhética ascendeu a 1.262.908,49 €.

RESULTADOS

Ao nível dos resultados, apesar de todos os constrangimentos, a procura registou uma melhoria de 1,9% com os rendimentos de transporte de passageiros a registar um aumento de 2,5%, fruto, essencialmente, do aumento dos passes sociais e do bilhete de motorista. Os Rendimentos Operacionais registaram uma melhoria de 10,5% e os Gastos Operacionais cresceram (8,8%), o que se traduziu num Resultado Operacional negativo de 54.897,75€. Uma vez que os Rendimentos Operacionais apenas cobriram 36,2% dos Gastos Operacionais e só com o aumento dos rendimentos provenientes do Subsídio à Exploração em 1.878.643,29 € foi possível melhorar o Resultado Operacional.

Nos Rendimentos Operacionais destaque para:

- A Prestação de Serviços com o Transporte de Passageiros representa (25,2%) dos Proveitos Operacionais e registou uma melhoria de (2,5%), no valor de 106.185,49€;
- As Taxas de Parómetros diminuíram (20,7%), no montante de 93.006,67 €, para o que terá contribuído a medida de suspensão do pagamento nas zonas de estacionamento de duração limitada adotada pela Câmara Municipal de Coimbra no mês de março de 2021. Para compensar o efeito desta suspensão, aquela entidade transferiu para os SMTUC, a título de subsídio à exploração, o valor de 117.303,66 €.
- Os rendimentos com os Parques de Estacionamento cresceram (22,2%), no valor de 41.477,34 €;
- Os rendimentos provenientes do Subsídio à Exploração ascenderam a 11.224.971,22 €, dos quais 4.422.751,56 € respeitam a rendimentos contabilizados em 2021, provenientes do Programa de Apoio à Redução Tarifária, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei 1-A/2020, de 19 de março e posteriormente pelo Decreto-Lei n.º 14-C/2020, de 7 de abril, que estabeleceu procedimentos de atribuição de financiamento e compensações aos operadores de transportes essenciais, no âmbito da pandemia COVID-19, bem como rendimentos obtidos do Programa de Apoio à Densificação e Reforço da Oferta (PROTransP) e do Reforço Extraordinário.

Nos Gastos Operacionais:

- O Custo das Existências Consumidas representa 18,6 % do total dos Gastos Operacionais e registou um aumento de 24,8 % influenciado pelo aumento do Custo com o Gasóleo em 25,3 % e das peças e outros materiais de manutenção com um acréscimo de 40,0 %.

- Os Fornecimentos e Serviços Externos no valor de 2.266.035,21 € representam 12,8 % do total dos Gastos Operacionais e registaram um aumento de 4,3 % face ao ano anterior, com destaque para o peso dos gastos com conservação e reparação que ascendeu a 47,8 %.

- Os gastos com o Pessoal atingem 58,4 % do total dos Gastos Operacionais, crescendo 6,5 %.

- As Amortizações do Exercício cresceram 4,9% e representam 10% dos Gastos Operacionais.

- As Provisões do Exercício ascenderam a 15.642,47 €, tendo aumentado 56,8%. Referem-se ao reconhecimento de responsabilidades futuras relativas a Acidentes e Doenças Profissionais.

O Resultado antes de depreciações e gastos de financiamento melhorou 20,1%, tendo-se cifrado em 1.717.951,74 €.

O Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento) cifrou-se em 54.897,75 € negativos e registou uma melhoria face aos 299.947,68 € negativos verificados no ano de 2020.

Na origem desta melhoria esteve a contabilização no exercício de 2021 de rendimentos provenientes dos Subsídios à Exploração, que incluem, para além da verba transferida pela Câmara Municipal de Coimbra destinada à compensação do serviço público prestado, também as verbas transferidas enquanto Autoridade de Transportes, proveniente dos apoios definidos pelo Governo para atenuar as perdas dos operadores de transportes, decorrentes da Pandemia.

Consequência do exposto, o Resultado Líquido do período gerado, apesar de negativo no valor de 54.897,75 €, registou uma melhoria de 81,7%.

As taxas de cobertura que incluem na fórmula o valor do Subsídio à Exploração mostram uma evolução favorável enquanto as restantes evoluíram desfavoravelmente.

No Balanço, o total do Ativo dos SMTUC cifra-se no final do exercício económico de 2021 em 14.280.561,06 €, o que representa uma diminuição de 0,3% face ao ano anterior.

O Ativo não Corrente cresceu 433.749,67€ (+4,7%), em consequência do aumento do investimento em 2021.

O Ativo Corrente, com Diferimentos, registou uma diminuição de 9,4%, destacando-se a redução dos Inventários, Devedores por Transferências e Estado e Outras Contas a Receber face ao aumento das Dívidas de Clientes e Caixa e Depósitos.

O Património Líquido (Capitais Próprios) totaliza os 7.882.440,26 € apresentando um decréscimo de 13,4% relativamente ao ano anterior.

Em 31 de dezembro de 2021, o Passivo Total com diferimentos cifrou-se em 6.398.120,80 €, traduzindo um aumento de 22,5% face ao ano transato, para o que contribuiu a redução do passivo corrente em 417.420,03 € e o aumento do passivo não corrente no valor de 1.592.284,01 €.

O aumento do passivo não corrente decorre, essencialmente, ao aumento dos financiamentos obtidos no valor de 1.577.333,34 €.

O Passivo Corrente ascendia no final do ano de 2021 a 3.193.228,65 €, tendo diminuído 11,6%, apesar do aumento das Dívidas a Fornecedores de Investimentos, respeitante à contabilização de fatura do sistema de bilhética rececionada no final do ano.

Para a variação registada contribuiu também a redução muito significativa dos diferimentos, que resultou, essencialmente, da contabilização do subsídio à Exploração transferido pela Câmara Municipal de Coimbra para os SMTUC, no final de 2020.

A evolução da estrutura do balanço teve efeitos sobre os seguintes indicadores:

- O indicador de Autonomia Financeira passou de 63,5% para 55,2%;
- O indicador de Endividamento cresceu de 36,5% para 44,8%;
- O indicador de Solvabilidade passou de 1,7 para 1,2;
- O indicador de Liquidez Geral passou de 140,6% para 144,1%;
- O Grau de Cobertura dos Ativos Não Correntes diminuiu de 115,9% para 114,6%.

O Prazo Médio de Pagamentos a Fornecedores (PMP) situou-se nos 47 dias em termos médios anuais, tendo sofrido um aumento de 74,1% (20 dias).

AC, Águas de Coimbra, E.M.

- Contas individuais aprovadas em reunião da assembleia geral datada de 29/03/2022.

A Empresa Municipal foi constituída em 24 de maio de 2003, sendo o capital social detido integralmente pelo Município de Coimbra. A Empresa dá continuidade à atividade dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Coimbra (SMASC), que, por sua vez, sucederam aos Serviços Municipalizados de Coimbra (SMC).

A AC, Águas de Coimbra, EM tem por objeto a prestação de serviços públicos essenciais, de abastecimento de água e drenagem de águas residuais e pluviais, à população do concelho de Coimbra.

Missão: assegurar o abastecimento de água e a drenagem de águas residuais, bem como a prestação de serviços associados.

Visão: ser uma referência nacional na prestação de serviços de excelência aos clientes e na adoção de práticas inovadoras no setor das águas.

Linhas estratégicas de atuação

- Disponibilizar água de qualidade, com recurso a serviços que vão ao encontro das necessidades e expectativas dos clientes, orientando-os para a simplificação de procedimentos e relacionamento próximo;
- Desenvolver práticas inovadoras, criando e desenvolvendo melhores práticas no âmbito da gestão do negócio e da sua operacionalização;
- Garantir a sustentabilidade da empresa, aumentando o volume de negócios pela diversificação de serviços e pelo aumento de escala, incrementar a eficácia e eficiência operacional e gerar valor para as partes interessadas.

ATIVIDADE

Em 2021, importa particularizar duas circunstâncias que influenciaram decisivamente o apuramento dos resultados financeiros da Águas de Coimbra. Por um lado, o acordo estabelecido, em junho, entre o Município de Coimbra I Águas de Coimbra e a Águas do Centro Litoral (AdCL) e, por outro lado, o elevado valor de água faturada e não cobrada, que se fica a dever, de um modo geral, às normas determinadas pelo Governo para mitigar eventuais dificuldades económicas dos portugueses.

Assim, no segundo ano de pandemia, a atividade da Águas de Coimbra sofreu fortes constrangimentos, à semelhança do que ocorreu em praticamente todas as áreas económicas e sociais.

Apesar dos condicionalismos referidos, 2021 foi um ano em que a implementação da Telemetria teve um avanço. O ano encerrou com 52 000 contadores dotados de um sistema de telecontagem, que representam, aproximadamente, 61 % do parque de contadores. A instalação de contadores com aquela tecnologia traduziu-se num aumento de 40% face a 2020.

Assim, aproveitando a capacidade de cobertura de rede e a necessidade de substituição de contadores para cumprimento do prazo legal, foi alargada a implementação da telemetria às Zonas de Medição e Controlo (ZMC) de Adémia, Algar, Alto dos Barreiros, Alto dos Barreiros Sul, Alto dos Cinco Reis, Alto do Leão, Andorinha, Antanhol, Antuzede, Ardazubre, Aviais, Brasfemes, Carvalhais de Baixo, Casal Figueiras, Casal de São João, Chafariz, Chão do Bispo II, Cruz de Morouços, Cruz de Morouços Hidro, Eiras, Espadaneira, Espírito Santo das Touregas, Estrada Eiras, Fornos, Lordemão, Lordemão Torre, Pedrulha, Ponte de Eiras, Póvoa do Pinheiro, Póvoa Pinheiro II, Quimbres, Quinta da Romeira, Rebolim, Santa Apolónia, Santa Eufémia, Santa Eufémia Torre, Setor Noroeste, Sistema Inferior Norte, São João do Campo, Souselas, São Paulo de Frades, São Romão, São Silvestre, São Silvestre Norte, São Silvestre Poente, Taveiro, Taveiro Sul, Trouxemil, Vale Luz e Zouparria do Monte.

Paralelamente a esta fase, foi promovido o alargamento daquela tecnologia a grandes consumidores, com recursos próprios da Águas de Coimbra.

Este continua a ser um projeto prioritário para a Águas de Coimbra, já que permite um maior rigor nas leituras e controlo das perdas de água.

É intenção do Conselho de Administração da Águas de Coimbra alargar aquela tecnologia a um maior número de clientes.

No exercício relativo a 2021, verificou-se uma idade média de 3,5 anos nos contadores instalados, que contrasta com os 4,5 anos em 2020 e com os 5,5 anos de 2019. Esta melhoria na idade média do parque de contadores teve reflexos positivos na medição da água faturada, permitindo a diminuição das perdas por subcontagem.

Em 2021, manteve-se a política de estabilização dos preços e a estrutura tarifária em vigor, de acordo com a Proposta de Tarifário aprovada.

Importa referir que na Proposta de Tarifário para 2021, a previsão dos Rendimentos Tarifários ascendia a 25.473.067,58 € e que o valor dos Rendimentos Tarifários obtidos, ao longo do ano de 2021, de acordo com a informação retirada, em janeiro de 2022, ascendeu a 24.284.460,46 €, incluindo a faturação de ramais de Abastecimento de Água (AA) e de Águas Residuais (AR) no âmbito dos Serviços Auxiliares previstos nas Recomendações Tarifárias da ERSAR, o que representa um desvio em relação ao previsto, de - 4,7%.

A evolução dos Rendimentos Tarifários Totais de AA e AR, em 2020 e 2021, apresentou uma tendência decrescente.

O decréscimo nos rendimentos tarifários foi provocado, essencialmente, pela pandemia, que originou, em 2021, a contração do consumo global no Serviço de AA em 3%, em quantidade de m³, decorrente de uma redução de 2,3% no consumo dos Utilizadores Domésticos e de 6% no consumo dos Utilizadores Não Domésticos.

Apesar dos condicionalismos desfavoráveis apontados, o volume de negócios aumentou (venda de água e prestações de serviços), repartindo-se em mais 461.627,88 € na Atividade de Abastecimento de Água e mais 34.160,21 € na Atividade de Saneamento de Águas Residuais, totalizando 495.788,09 €. Já nas Águas Pluviais assistimos a uma redução de 14.067,38 €.

Em comparação como o ano transato, regista-se um aumento de 3,40% na Atividade de Abastecimento de Água e de 0,33% na Atividade de Saneamento de Águas Residuais e uma diminuição de 6,33% na atividade de Águas Pluviais.

RESULTADOS

O resultado antes de impostos, em 2021, **foi negativo**, no valor de **-2.203.127,97 €**, invertendo a tendência do ano anterior.

A contribuição de cada uma das atividades principais foi:

- abastecimento de água: 1.120.296,19 €;
- saneamento de águas residuais: - 2.274.306,96 €;
- drenagem de águas pluviais: -1.049.117,20 €.

Em comparação com o período de 2020, regista-se uma **diminuição acentuada** de 45,32% na atividade de abastecimento de água, um **aumento exponencial** de 390% na atividade de águas residuais, acentuando o resultado negativo, e uma variação praticamente **nula** (0,08%) na atividade de águas pluviais.

Os rendimentos gerados, em 2021, ascenderam a 25.839.537,47 €. Em relação ao ano anterior, apresentam uma diminuição de 292.136,59 €.

Os gastos ocorridos, em 2021, totalizaram 28.042.665,44 €. Em relação a 2020, aumentaram 2.127.812,85 €.

O Resultado Líquido do período ascendeu a -1.209.454,57 €, o que representa um decréscimo de 799 % relativamente ao ano transato.

O balanço, em 31/12/2021, apresenta um total do ativo de 76.047.381,11 €, onde o maior peso é do ativo não corrente, cujos ativos fixos tangíveis representam 97,69 % do seu volume. O saldo total de caixa e depósitos bancários ascende a 2.734.614,94 €, assim determinado:

- Saldo transitado de 2020 é de 23.458.749,22 €;
- Déficit gerado em 2021 ascende a - 20.724.134,28 €.

O déficit de tesouraria gerado em 2021 justifica-se, na sua quase totalidade, pelo cumprimento do Acordo - transação judicial com a Águas do Centro Litoral, S.A. A Águas do Centro Litoral, para cumprimento dos pontos 2 e 4, da cláusula 2º do Acordo assinado - Transação Judicial - emitiu em 31.07.2021 as faturas n.ºs ZF2 450038/3144, ZF2 450038/3141 e ZF2 4500383140, de, respetivamente, 20.442.203,73 €, 201.615,48 € e 23.995,99 €, num total de 20.667.815,20 €. Estes valores foram pagos pela Águas de Coimbra, através de transferência bancária, com data-valor de 13 de agosto de 2021.

A ação administrativa que corria no Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra, Proc.º n.º 579/18.0BECBR, proposta pela Sociedade Águas do Centro Litoral, S.A. contra o Município de Coimbra e a Águas de Coimbra resultou do desacordo entre a Águas do Centro Litoral e a Águas de Coimbra, quanto à metodologia de faturação do serviço de recolha e tratamento de efluentes, por aquela Sociedade. No computo do cálculo apresentado pela Águas do Centro Litoral estão incluídas as infiltrações indevidas de águas pluviais e freáticas que não são efluentes domésticos a tratar.

Desde 2016, contrariando a metodologia acima referida, a Águas de Coimbra contabilizou os gastos com aquele serviço de acordo com os caudais de efluentes decorrentes do contrato de concessão, celebrado entre a Águas do Mondego, S.A. e o Município de Coimbra, em 30 de dezembro de 2004, ou seja, 10.129.290 m³/ano.

O passivo total ascendeu, em 31/12/2021, a 17.675.732,17 €, onde o maior peso foi das rubricas “Fornecedores” e “Estado e Outros Entes Públicos”, representando 50,49 %, ou seja, metade do seu valor.

Por outro lado, do saldo da rubrica “Fornecedores” (4.150.669,39 €), 86 % refere-se à faturação em dívida e não vencida em 31/12/2021 à AdCL, referente à compra de água e ao serviço de recolha e tratamento de efluentes.

O montante inscrito na rubrica “Outras Dívidas a Pagar (Passivo corrente)” sofreu um acentuado decréscimo em 2021, de 85 %, cifrando-se em 3.056.546,05 €.

O total do capital próprio ascende a 58.371.648,94 €, refletindo um decréscimo de 7% relativamente ao ano de 2020. Inclui um resultado líquido negativo no montante de - 1.209.454,57 €.

Observa-se que a maioria dos indicadores, quer sejam económicos, de produtividade, ou financeiros, apresentaram uma diminuição de grandeza relativamente aos anos anteriores.

Assim, apresentam-se alguns indicadores económicos e de produtividade:

- A rentabilidade das vendas e prestações de serviços teve um decréscimo e situou-se em -4,94 % (em 2020 foi de 0,72 %);
- O *cash flow* operacional - EBITDA registou o valor de 1.877.915 € (em 2020 foi de 4.006.956 €);
- O indicador do volume de negócios / nº médio de trabalhadores foi de 86.585 € (em 2020 foi de 87.992 €);
- O rácio de vendas e prestações de serviços / gastos com pessoal foi de 3,35 € (em 2020 foi de 3,52 €).

e financeiros:

- A liquidez geral foi de 0,97 (em 2020 foi de 1,26);
- A autonomia financeira foi de 76,76 % (em 2020 foi de 67,40 %);
- A solvabilidade foi de 3,30 (em 2020 foi de 2,07).

PRODESO – Ensino Profissional EM, Lda.

- Contas individuais aprovadas em reunião da assembleia geral datada de 18/05/2022.

No dia 11 de junho de 1991 – foi constituída a Sociedade Civil, por quotas, denominada – “PRODESO – Sociedade para o Desenvolvimento Profissional e Social de Coimbra, Limitada”.

Em 1999 foi aprovada a passagem da PRODESO, de entidade promotora, a entidade proprietária do ITAP - Instituto Técnico Artístico e Profissional de Coimbra (escola profissional privada de âmbito municipal), sendo de 69% a participação do Município no capital social realizado.

O Município de Coimbra detém 100% da PRODESO, EM, Lda. com uma participação financeira, avaliada ao custo histórico, de 48.300,00 € no capital realizado e uma prestação suplementar, efetuada em 2003, de 200.000,00 €.

Em Assembleia Geral realizada em novembro de 2018, foi deliberada a amortização da quota pertencente à sócia insolvente ACIC (detentora de 31% do capital social), com redução do capital social da sociedade, passando a Câmara Municipal de Coimbra a sócia única da PRODESO – Ensino Profissional, EM, Lda.. O seu capital social atual é de 50.000,00 €, consequência de um aumento realizado em 2020, por incorporação de reservas livres, no montante de 1.700,00 €.

O ITAP tem como missão “... prestar um serviço de educação de elevada qualidade, contribuindo para a formação e qualificação de jovens capazes de atuar como agentes de mudança, conscientes dos seus deveres e direitos...”.

A Sociedade visa a promoção e gestão de equipamentos coletivos e a prestação de serviços na área da educação, qualificação e formação profissionais, nos termos previstos na alínea a) do artigo 45.º da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto.

No âmbito do objeto definido, compete à Sociedade a criação e administração de estabelecimentos de ensino e centros de formação destinados ao ensino e à qualificação e formação profissionais, tendo em vista o desenvolvimento social. Também na prossecução do seu objeto, a sociedade pode desenvolver outras atividades, acessórias ou complementares, relacionadas com o ensino e com a qualificação e formação profissionais. Neste âmbito, a PRODESO possui ainda, desde 2015, o Centro de Formação de Veículos Pesados de Mercadorias e de Passageiros, licenciado pelo IMT, através do alvará n.º 6/2015.

ATIVIDADE

A PRODESO implementou no ITAP o sistema de garantia da qualidade alinhado com o Quadro de Referência Europeu de Garantia de Qualidade para a Educação e Formação Profissionais (Quadro EQAVET), financiado pelo Programa Operacional Capital Humano (POCH).

Em março de 2021 foi atribuído ao ITAP o Selo de Conformidade EQAVET, pelo período de três, através do Certificado n.º 308/2021.

No ano letivo 2020/2021, o ITAP ministrou formação a 130 alunos. No ano letivo 2021/2022, à data de 31/12, o número de alunos em formação perfaz 124.

Por níveis de formação, a distribuição de alunos é a seguinte (2020/2021):

- Cursos Profissionais – 88 alunos;
- Cursos de Educação e Formação – 36 alunos.

No âmbito dos cursos de formação ministrados para a obtenção do Certificado de Aptidão de Motoristas (CAM), a PRODESO promoveu 6 ações no ano de 2021 para um total de 86 formandos.

Em 2020, atendendo à emergência de saúde pública de âmbito internacional (COVID-19), declarada pela Organização Mundial de Saúde e ao estado de emergência declarado pelas Autoridades Nacionais, renovado várias vezes, com fortes restrições a vários níveis que daí decorreram, a realização de diversas atividades, programadas para os anos letivos de 2019/2020 e 2020/2021, ficou seriamente comprometida, resultando em cancelamento em alguns casos e adiamento em outros. A título de exemplo, refira-se o cancelamento das mobilidades aprovadas no âmbito do Programa Erasmus+. Essas mobilidades seriam retomadas, apenas, no 3º trimestre de 2021.

RESULTADOS

Nos últimos 2 anos, decorrente das medidas excepcionais e temporárias relativas à situação epidemiológica da doença COVID-19, entre as quais a suspensão das atividades letivas e não letivas presenciais em determinados períodos e a implementação da mobilidade do Ensino à Distância (E@D), foi necessário proceder a diversas adaptações e ajustamentos para responder de forma eficaz e eficiente aos desafios encontrados.

Na Demonstração de Resultados, observa-se um aumento dos montantes relativos a Fornecimentos e Serviços Externos e a Gastos com o Pessoal face ao ano de 2020. O aumento dos Gastos e Perdas em 2021 justifica-se, essencialmente, pelo aumento daquelas rubricas. A constante adaptação à nova realidade trazida pela COVID-19, em todos os seus quadrantes e, em particular, na área do ensino (ensino à distância), implicou a realização de gastos acrescidos com serviços especializados e com pessoal.

Houve ainda um ligeiro decréscimo, de 5,52 %, nos Subsídios à Exploração, em virtude de terem aberto menos turmas.

Note-se que a especificidade dos rendimentos obtidos pela PRODESO são o resultado de candidaturas financiadas pelo POCH e pelo Orçamento do Estado, o que explica que em

2021, as vendas e os serviços prestados se tenham fixado em 9.195,00 € e os subsídios à exploração em 555.369,21 €.

A rubrica “Outros Rendimentos e Ganhos” teve um aumento exponencial, totalizando 194.816,12 € (em 2020 foi de 239,24 €). Este facto deveu-se à alienação do Prédio Correio Mor, com uma mais-valia de 194.704,02 €.

No final do exercício de 2021, o ativo total ascendia a 974.383,27 €, representando o Ativo Corrente 98,79% do Ativo Total. Em 31.12.2021, o passivo ascendia a 702.143,21 €, sendo nulo o valor do Passivo não Corrente.

Em 2021, contrariando a tendência do ano anterior, apurou-se um Resultado Líquido do Exercício positivo, no montante de 411,61 €. Assim, os Fundos Próprios tiveram um crescimento de 129,71% face a 2020, cifrando-se em 272.240,06 €.

IParque – Parque Inovação Ciência, Tecnologia e Saúde, E.M., S.A.

- Contas individuais aprovadas em reunião da Assembleia Geral de 05/05/2022.

Constituído por escritura pública de 13 de fevereiro de 2004, o Coimbra iParque é um parque de ciência e tecnologia, gerido por uma sociedade especializada, a iParque – Parque para a Inovação em Ciência, Tecnologia e Saúde, EM SA, cujo objeto social é dinamizar e apoiar pólos de inovação tecnológica, incubadoras de empresas e outras iniciativas associadas ao desenvolvimento económico, empreendedorismo, inovação e investigação.

A **Missão** do iParque é o desenvolvimento e a modernização do tecido empresarial da cidade de Coimbra e da sua região, através de ações de promoção, criação e instalação de empresas de elevado conteúdo tecnológico, de consultorias e de formação orientadas para a inovação, desenvolvimento experimental e incorporação de novas tecnologias.

ATIVIDADE

O parque dispõe de 18 lotes, sendo 2 para serviços, 1 para edifício de gestão do parque, 1 para edifício de acolhimento de empresas e 14, posteriormente alterado para 15, para alienação a empresas que cumpram os critérios de instalação.

Dos 15 lotes destinados a alienação, encontram-se 13 vendidos e 2 reservados, representando 100% da área vendável do parque, estando 95% da área já escriturada. Dos

13 lotes vendidos, 9 já têm edifícios e empresas em funcionamento e 2 estão em fase final de construção.

O investimento da SANFIL foi concluído, o da Olympus iniciou a laboração e o da TIS está em fase de conclusão. Os investimentos inerentes a estas entidades totalizaram mais de 30.000.000 € representando o da Olympus mais de 83,5% desse valor.

O Edifício Leonardo da Vinci alberga a sede da Sociedade iParque, tendo ainda disponíveis 572 m² de área para cedência a empresas de diversas áreas económicas, com uma estrutura de apoio à própria gestão do iParque e às empresas ali instaladas. Atualmente, desenvolvem a sua atividade em regime de escritório físico 14 empresas e ainda 6 em regime de escritório virtual, o que significa uma taxa de ocupação de 100%. Assim, no sentido de responder a uma crescente procura de espaços para escritórios, considerou-se o varandim do edifício, com uma área de 350 m², como uma opção muito interessante para aquele propósito. O projeto de arquitetura para a sua reconfiguração já se encontra aprovado. O Instituto Politécnico de Coimbra, que aí instalará um Centro de Investigação, assumirá os projetos de especialidade.

A conclusão da Fase I do Parque Tecnológico, através dos lotes construídos, em construção, reservados e vendidos permitirá a criação de, aproximadamente, 1.000 postos de trabalho.

A Olympus, na fase de plena laboração, contribuirá com cerca de 330 postos de trabalho, correspondendo, na sua maioria, a postos de trabalho altamente qualificados.

O investimento público na construção do Parque Tecnológico ascendeu, até ao momento, a pouco mais de 15.000.000 € tendo estimulado um investimento privado de mais de 60.000.000 €. Assim, cada 1 € de investimento público atraiu 4 € de investimento privado. No decurso do ano de 2021 foi apresentada uma candidatura ao Portugal 2020 para a construção da segunda fase A, a infraestruturação de mais 12 hectares de terreno, dos quais, 5,1 destinados à criação de 7 lotes para a instalação de empresas.

No final de 2021 foi aprovada a candidatura ao financiamento “Operações de Acolhimento Empresarial CENTRO-02-0853-FEDER-000914” que permitirá infraestruturar a referida área de terreno.

O investimento a realizar totaliza 2.049.483,89 €, repartido pelos anos de 2022 e de 2023. O grosso do investimento será em 2022, representando 82,4% do total e inclui a aquisição dos terrenos à CMC, no montante de € 242.618,40 €.

RESULTADOS

- No exercício de 2021, o resultado líquido foi negativo no montante de 119.814,24 €;
- No ano de 2021, as Vendas totalizaram 98.805,00 € e as Prestações de Serviços 76.685,00 €, relativos à venda do lote 10 e a aluguer de salas e auditório, respetivamente;
- Subsídios à exploração - No ano de 2021 foi reconhecido o subsídio referente à venda do lote 10 no montante de 59.887,92 €;
- O capital próprio, em 31/12/2021, cifrava-se em 5.495.022,57 €, com um ativo de 8.146.148,92 € e um passivo de 2.651.126,35 €;
- Destaca-se a redução do passivo, entre 31.12.2018 e 31.12.2021, que diminuiu no montante de 3.650.490,45 €, dos quais 2.737.440,61 € diziam respeito a financiamento bancário e para o reforço, no mesmo período, dos capitais próprios no montante de 836.421,55 €;
- A empresa apresenta uma diminuição de pouco mais de 1% na sua autonomia financeira, cifrando-se em 67,5% em 2021 (em 2020 foi de 68,7%).

Na certificação legal de contas, destacamos os “Ênfases”:

A Administração Fiscal procedeu a uma liquidação adicional de IRC relativa ao ano de 2019, no valor de 172.933,22 €, por incumprimento do n.º 2 do artigo 64.º do CIRC que refere as correções ao valor de transmissão de direitos reais sobre imóveis. Quando o valor é inferior ao valor patrimonial tributável, a Administração Fiscal considera este último o que deve ser considerado para efeitos de determinação do lucro tributável, procedimento que não foi relevado na Modelo 22. Esta liquidação foi objecto de reclamação graciosa, que foi indeferida, dado não ter sido cumprido integralmente o n.º 6 do artigo 139.º do CIRC, que concede à Administração Fiscal o direito de aceder à informação bancária das contas pessoais dos três administradores, porém, um administrador negou o acesso. Nesta sequência, a administração decidiu impugnar a liquidação, e prestou a garantia para com a Administração Fiscal no valor de 235.900,67 €.

Recebemos do advogado da empresa informação relevante, cujo conteúdo revela uma alta probabilidade de sucesso da impugnação.

Atendendo às potenciais repercussões – positivas ou negativas – no património da sociedade chamamos ainda atenção para a nota 29 e 30 do Anexo – Processos Judiciais

em Curso e Contencioso Tributário – relacionados com IVA e outros processos não fiscais.

A Entidade aplicou pela primeira vez no exercício de 2020 o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, tendo procedido às respetivas divulgações de acordo com o estipulado no correspondente Normativo. Ocorrem, contudo, alguns ajustamentos entre a contabilidade financeira e a contabilidade orçamental por motivos de ordem técnica que a AIRC está a tentar solucionar.

Não obtivemos a desagregação dos saldos da conta clientes, cujo montante acumulado é de 140.035,71 €. Nesta sequência não foi possível efetuar a circularização de clientes pelo fato de a empresa AIRC ainda não ter solucionado o problema.

Associação Ruas – Recriar Universidade Alta e Sofia

- Na ausência de aprovação das contas individuais em reunião da assembleia geral, à data de elaboração do presente relatório, foram utilizadas as contas propostas pela Direção para aprovação pela Assembleia Geral.

A Associação RUAS (Recriar a Universidade, Alta e Sofia) assume o papel de gestora do Bem "Universidade de Coimbra - Alta e Sofia". Foi constituída a 29 de dezembro do ano de 2011, envolvendo como fundadores, a Universidade de Coimbra, a Câmara Municipal de Coimbra e a Direção Regional da Cultura do Centro.

As atividades desenvolvidas pela Associação, assim como as atividades de carácter administrativo, têm sido asseguradas pelos técnicos e colaboradores das instituições fundadoras, sob coordenação da Direção.

A Associação RUAS é dirigida por uma Presidência (exercida rotativamente pela Universidade de Coimbra e pela Câmara Municipal de Coimbra) e por um Conselho Diretivo (presidido rotativamente pela Universidade de Coimbra e pela Câmara Municipal de Coimbra).

O modelo de gestão é inovador e reúne as entidades com jurisdição legal a operar no território. Destas entidades, três assumem responsabilidades executivas na Associação RUAS: a Universidade de Coimbra (UC), a Câmara Municipal de Coimbra (CMC) e a Direção Regional da Cultura do Centro. A Assembleia Geral também inclui – sem responsabilidade executiva – outras instituições, assim como proprietários e outros

agentes sociais cujas atividades estão, de algum modo, ligadas ao Bem ou à sua zona de proteção.

A Associação definiu os seguintes objetivos estratégicos:

- Criar mecanismos de conservação do Património;
- Promover a divulgação nacional e internacional;
- Desenvolver o fluxo turístico nas áreas património;
- Apoiar iniciativas de natureza cultural, científica e social;
- Garantir a sustentabilidade financeira.

ATIVIDADE

Durante o ano de 2021, a Associação RUAS prosseguiu as suas ações/atividades para a divulgação, promoção e valorização do Bem, sobretudo por intermédio do apoio a eventos e projetos na área da valorização do Património e pela presença e divulgação nos media. O relacionamento com outras entidades foi também uma realidade a ter em atenção.

A Associação RUAS entendeu ser pertinente e fundamental a manutenção de um plano de atividades que permitisse acolher os eventos de continuidade, ao mesmo tempo que procurou encontrar novas formas e novos palcos para a concretização dos seus objetivos e missão.

Assim, apostou em eventos estratégicos de continuidade, como seja a organização do Sons da Cidade - evento que celebra a inscrição da Universidade de Coimbra, Alta e Sofia na Lista do Património Mundial.

O elevado valor artístico e a umbilical relação com o território classificado como Património Mundial, impulsionou, em 2021, a criação da parceria/apoio à edição do *Anozero | Bienal de Arte Contemporânea de Coimbra*.

Tendo como objetivo a promoção e a divulgação do Bem *Universidade de Coimbra - Alta e Sofia*, iniciou-se um ciclo de *webinars*. Pretendeu-se, assim, alcançar um público-alvo amplo e diversificado, promovendo a partilha de diferentes perspetivas na forma de olhar/interpretar/encarar o Bem. Consistiu numa atividade de carácter e duração plurianuais, cujo desígnio foi fortalecer a presença da Associação nas plataformas digitais.

Importa ainda destacar a produção de um vídeo documental de promoção e comunicação do território classificado e área subjacente, como espaço de Valor Universal Excecional, com enorme atratividade.

Na prossecução dos objetivos estratégicos, desenvolveram-se atividades nas seguintes áreas:

- Promoção de atividades e parcerias que resultem em apoio financeiro ou de serviços para a conservação do Bem;
- Criação de um calendário de atividades de promoção e divulgação do Bem;
- Realização de atividades científicas, culturais e sociais que contribuam para o conhecimento sobre o Bem;
- Assegurar a comunicação entre a Associação e os organismos nacionais e internacionais e a gestão administrativa corrente.

A Associação RUAS desenvolveu ainda um conjunto de outras atividades relacionadas com a sua missão e obrigações decorrentes da Gestão do Bem Universidade de Coimbra – Alta e Sofia.

RESULTADOS

No ano de 2021, os rendimentos totais obtidos foram de 52.500,00€ e os gastos totais foram de 40.745,76 €, o que conduziu a um resultado líquido positivo de 11.754,24 €.

Os rendimentos obtidos resultam de recebimentos a título de quotizações, enquanto os gastos se distribuem por gastos de funcionamento, com especial relevo para a aquisição de serviços e dinamização de atividades com a divulgação e promoção do Bem. Há ainda os gastos suportados com o serviço de contabilidade e gestão financeira, que representa 2,7% dos gastos totais.

O total do Capital Próprio ascendeu, em 31/12/2021, a 71.786,29 € sendo que os Resultados Transitados apresentam o valor negativo de 89.967,95 €. Destaque para a recuperação que o Capital Próprio tem vindo a registar, relativamente a prejuízos ocorridos em exercícios económicos anteriores, por força dos resultados positivos gerados nos últimos exercícios.

O Ativo é composto apenas por caixa e depósitos bancários e o Passivo é composto pela rubrica fornecedores.

BREVE ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DA ACTIVIDADE ECONÓMICA E FINANCEIRA CONSOLIDADA

Estrutura Patrimonial Consolidada

Com base nas contas individuais das entidades consolidadas, ajustamentos e operações de consolidação, foram produzidos os documentos Financeiros do Grupo Municipal do exercício de 2021 – Balanço Consolidado, Demonstração Consolidada dos Resultados por Natureza, Mapa de Fluxos de Caixa Consolidados e Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas.

O Balanço Consolidado evidencia a situação patrimonial do Grupo Municipal no final do ano de 2021, de acordo com o Perímetro de Consolidação considerado, refletindo os bens, direitos e obrigações do Grupo Municipal.

Em termos agregados observa-se que o Município, em conjunto com as entidades detidas a 100%, mantém uma posição predominante nas contas do Grupo Municipal Consolidado. O facto de os valores apresentados na linha do Total do Balanço Consolidado com interesses minoritários ser inferior ao total dos Balanços individuais das entidades detidas a 100%, resulta da eliminação de operações internas entre empresas do grupo.

O Ativo Líquido Consolidado ascendeu a 767.880.739,36 €, o que representa um aumento pouco expressivo, de 0,36%, face ao período homólogo de 2020.

O Passivo Consolidado ascendeu 120.114.977,23 €, tendo registado um acréscimo de 1,62%. Os Capitais Próprios Consolidados (com interesses minoritários), ascenderam a 647.765.762,13 €, o que se traduziu num acréscimo de 0,13%. Os Interesses Minoritários apurados foram de 208.394,21 € e resultam do facto do Município não deter a totalidade do capital próprio na iParque – Parque Inovação Ciência, Tecnologia e Saúde, E.M., S.A e na Associação Ruas – Recriar Universidade Alta e Sofia.

Balanco Consolidado**Influência das contas individuais do Município nas contas consolidadas (Balanco)**

Moeda: €

Entidade	Balancos individuais			Peso das Contas Individuais nas Contas Consolidadas		
	Total do Ativo (1)	Total do Passivo (2)	Total dos Capitais Próprios (3)	Ativo (1/4)*100	Passivo (2/4)*100	Capitais Próprios (3/4)*100
Município de Coimbra	720 466 916,19	111 367 637,78	609 099 278,41	93,83%	92,72%	94,03%
Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra	14 280 561,06	6 398 120,80	7 882 440,26	1,86%	5,33%	1,22%
AC, Águas de Coimbra, E.M.	76 047 381,11	17 675 732,17	58 371 648,94	9,90%	14,72%	9,01%
Prodeso – Ensino Profissional EM, Lda.	974 383,27	702 143,21	272 240,06	0,13%	0,58%	0,04%
Total dos Balancos Individuais	811 769 241,63	136 143 633,96	675 625 607,67			
Total do Balanco Consolidado do Grupo Municipal com interesses que não controlam (4)	767 880 739,36	120 114 977,23	647 765 762,13			
Interesses que não controlam			208 394,21			

Na composição dos Fundos Próprios do Grupo Consolidado as duas rubricas com maior peso são o Património/Capital, que ascendeu a 373.261.849,22 € e a Outras Variações no Património Líquido com um valor de 164.917.425,07 €. Esta rubrica representou o maior aumento ocorrido no Património Líquido do Grupo Consolidado, em relação a 2020, no montante de 4.089.944,44 €. Este aumento deveu-se, essencialmente, à transferência de imóveis de Escolas, ao abrigo do DL 21/2019, de 30 de janeiro, que concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da educação e a uma cedência de terreno no âmbito de um loteamento.

O referido aumento permitiu mitigar o Resultado Líquido do Período, que registou uma diminuição muito significativa, cifrando-se em – 1.298.738,55 €. Em termos relativos, a diminuição foi de 210,6%. (em 2020, 1.174.243,71 €).

As restantes rubricas do Património Líquido totalizam 110.885.226,39 € (Reservas Legais, Outras Reservas, Resultados Transitados, Ajustamentos em Ativos Financeiros e Interesses Que Não Controlam).

Demonstração de Resultados Consolidados

Influência das contas individuais do Município nas contas consolidadas (Demonstração de Resultados)

Moeda: €

Entidade	Demonstrações de Resultados Individuais			Peso das Contas Individuais nas Contas Consolidadas		
	Total dos Rendimentos (1)	Total dos Gastos (2)	Total do Resultado Líquido do Período (3)	Rendimentos (1/4)*100	Gastos (2/4)*100	Resultado Líquido do Período (3/4)*100
Município de Coimbra	106 682 310,14	-107 490 474,81	-808 164,67	77,13%	76,99%	62,23%
Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra	17 611 314,62	-17 666 212,37	-54 897,75	12,73%	12,65%	4,23%
AC, Águas de Coimbra, E.M.	26 810 500,53	-28 019 955,10	-1 209 454,57	19,38%	20,07%	93,13%
Prodeso – Ensino Profissional EM, Lda.	759 380,33	-758 968,72	411,61	0,55%	0,54%	-0,03%
Total das Demonstrações de Resultados Individuais	151 863 505,62	-153 935 611,00	-2 072 105,38			
Total da Demonstração de Resultados Consolidada do Grupo Municipal com interesses que não controlam (4)	138 320 076,34	-139 621 748,57	-1 298 738,55			
Interesses que não controlam	2 933,68					

No exercício de 2021, o Grupo Municipal apurou um volume de Rendimentos Totais de 138.320.076,34 € e de Gastos Totais de 139.621.748,57 €, o que representa um acréscimo de 17,80% nos Rendimentos e um acréscimo de 20,13% nos Gastos, relativamente ao período homólogo. Os valores apurados resultam, maioritariamente, da atividade do Município e das AC, Águas de Coimbra, E.M.

Na estrutura de rendimentos, o maior peso é assumido pelas rubricas “impostos, contribuições e taxas” e pelas “Transferências e subsídios correntes obtidos”, resultante da atividade da entidade-mãe, com um aumento de 1,36 M € na rubrica de taxas que se deve, essencialmente, ao aumento generalizado do valor cobrado em taxas (Mercados e Feiras, Loteamento e Obras, Ocupação da Via Pública, Outras e Multas e Outras Penalidades) e ao aumento do valor cobrado do IMT, que decorre, em grande parte, da retoma gradual da economia e do alívio das restrições impostas pelo Governo devido à pandemia e do fim das medidas de apoio à economia local, em particular, das isenções concedidas.

Na estrutura de gastos, à semelhança de anos anteriores, mantêm-se os gastos com pessoal, com fornecimentos e serviços externos, os custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas e os gastos com transferências e subsídios concedidos, como as rubricas que maior peso assumem. Importa salientar o aumento de 11,5 M €, em 2021, nos gastos com o pessoal, que se deve ao facto da integração dos trabalhadores das Escolas nos quadros do Município, ao abrigo do já referido DL 21/2019, de 30 de janeiro.

O Resultado Líquido do Período, acrescido dos interesses minoritários, registou um decréscimo muito significativo, na ordem dos 210,60%, apresentando um valor negativo. Os Resultados Líquidos, gerados pelas entidades que compõem o Grupo, contribuíram decisivamente para aquele resultado. O Município, os SMTUC, a Águas de Coimbra e o iParque apresentaram Resultados Líquidos negativos. Excetuam-se a PRODESO e a Ruas, com resultados positivos, mas praticamente sem expressão, considerando a ordem de grandeza dos valores apurados.

Apresenta-se um quadro de indicadores relativos à atividade desenvolvida pelo Grupo Municipal, em termos comparativos com o ano de 2020, que permite efetuar uma leitura quantitativa da sua “saúde” financeira:

ESTRUTURA FINANCEIRA		2021	2020	Varição 2020/2021	OBSERVAÇÕES
Autonomia Financeira	<i>Património Líquido/Ativo</i>	84,36%	84,55%	-0,19%	Representa a percentagem dos ativos totais da entidade financiados pelo património líquido.
Solvabilidade	<i>Património Líquido/Passivo</i>	5,39	5,47	-0,08	Rácio de solvabilidade visa perceber qual a capacidade que a entidade tem em solver (pagar) as suas obrigações a médio e longo prazo.
Grau de cobertura dos gastos financeiros	<i>Resultado operacional/ Gastos Financeiros</i>	-10,18	9,67	-19,85	Mede o grau de cobertura dos gastos financeiros pelos resultados operacionais, o número de vezes que o resultado operacional cobre os juros financeiros permitindo perceber se a entidade tem capacidade de gerar resultados suficientes para cobrir as suas obrigações de natureza financeira.
Endividamento	<i>Passivo/Ativo</i>	15,64%	15,45%	0,19%	Este rácio permite avaliar o grau de dependência financeira da entidade face a terceiros. Quanto mais elevado for o resultado deste rácio, maior a vulnerabilidade da entidade

Município de Coimbra

Os indicadores de estrutura financeira apresentados confirmam a estabilidade financeira do município, a baixa dependência de financiamentos externos, o património líquido como principal fonte de financiamento do ativo e a grande capacidade de solver dívidas quer a curto quer a médio/longo prazo.

Os indicadores de endividamento relacionam as origens de recursos entre si, retratando a posição entre Fundos Próprios e Capital Alheio e indicam o grau de dependência em relação ao Capital Alheio.

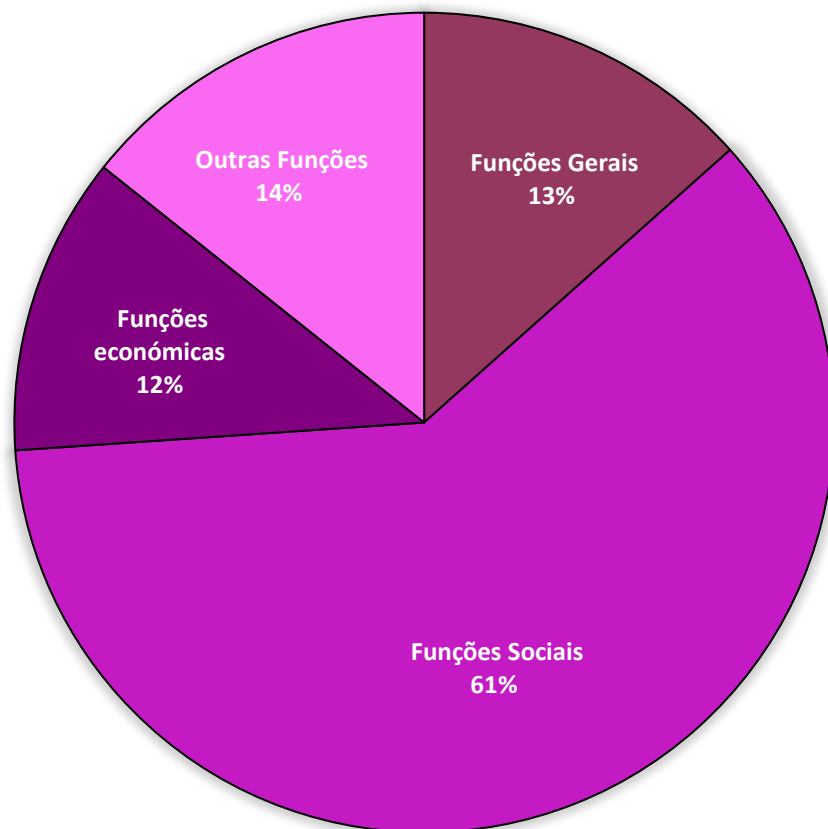
Análise da distribuição dos Gastos Consolidados por Funções

Função	Município de Coimbra	SMTUC	Águas de Coimbra	Prodeso	IParque (92,65%)	Ruas (50%)	Eliminações	Total	%
1 Funções Gerais	17 450 859,52	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17 450 859,52	13,4%
111- Administração geral	14 818 614,89							14 818 614,89	
120-Segurança e ordem públicas	0,00							0,00	
121-Protecção civil e luta contra incêndios	1 712 027,25							1 712 027,25	
122-Polícia municipal	920 217,38							920 217,38	
2 Funções Sociais	51 737 947,03	0,00	28 019 955,10	758 968,72	0,00	20 372,88	-1 836 753,51	78 700 490,22	60,5%
211-Ensino não superior	2 082 298,29			758 968,72			-165 822,43	2 675 444,58	
212-Serviços auxiliares de ensino	18 146 951,43							18 146 951,43	
221-Serviços individuais de saúde	627 550,55							627 550,55	
232-Acção social	1 223 959,43							1 223 959,43	
241-Habituação	2 038 290,09							2 038 290,09	
242-Ordenamento do território	2 773 553,70							2 773 553,70	
243-Saneamento	0,00		14 715 311,50				-1 404 064,17	13 311 247,33	
244-Abastecimento de água	0,00		13 304 643,60				-238 727,12	13 065 916,48	
245-Resíduos sólidos	6 699 937,12						-3 139,79	6 696 797,33	
246-Protecção do meio ambiente e conservação da natureza	3 188 852,24							3 188 852,24	
251-Cultura	9 112 493,81					20 372,88	-25 000,00	9 107 866,69	
252-Desporto, recreio e lazer	5 841 129,88							5 841 129,88	
253-Outras atividades cívicas e religiosas	2 930,49							2 930,49	
3 Funções Económicas	10 193 273,84	17 666 212,37	0,00	0,00	672 928,32	0,00	-13 200 933,42	15 331 481,11	11,8%
320-Indústria e energia	2 855 330,52				672 928,32			3 528 258,84	
331-Transportes rodoviários	5 650 209,32	17 666 212,37					-13 200 933,42	10 115 488,27	
332-Transportes aéreos	108 765,12							108 765,12	
340-Comércio e turismo	375,24							375,24	
341-Mercados e feiras	629 229,60							629 229,60	
342-Turismo	949 364,04							949 364,04	
4 Outras Funções	18 599 187,86	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18 599 187,86	14,3%
420-Transferências entre administrações	17 515 431,19							17 515 431,19	
430-Diversas não especificadas	1 083 756,67							1 083 756,67	
Total	97 981 268,25	17 666 212,37	28 019 955,10	758 968,72	672 928,32	20 372,88	-15 037 686,93	130 082 018,71	100%

Da análise do quadro conclui-se que as Funções Sociais representam 60,50% do total dos gastos do Grupo Municipal onde se inclui a atividade de Serviços Auxiliares de Ensino bem como o Abastecimento de Água e Saneamento. Seguindo-se as Outras Funções com 14,3%, com um peso preponderante das Transferências entre Administrações referente, essencialmente, às transferências para as Juntas de Freguesias no âmbito dos Protocolos de Delegação de Competências e Contratos Interadministrativos e às transferências para os Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra respeitantes à Compensação no Custo Social dos Transportes. As Funções Gerais representam 13,4% e refletem o peso dos gastos de estrutura. As Funções Económicas representam 11,8%, com um peso preponderante dos Transportes Rodoviários.

O gráfico seguinte apresenta a distribuição dos gastos por funções. A análise é feita de forma comparativa entre as várias funções, de forma a apresentar a importância relativa que cada uma assume na distribuição dos custos do Grupo Municipal.

A análise gráfica ilustra como são distribuídos os gastos no Grupo Municipal acima identificado.



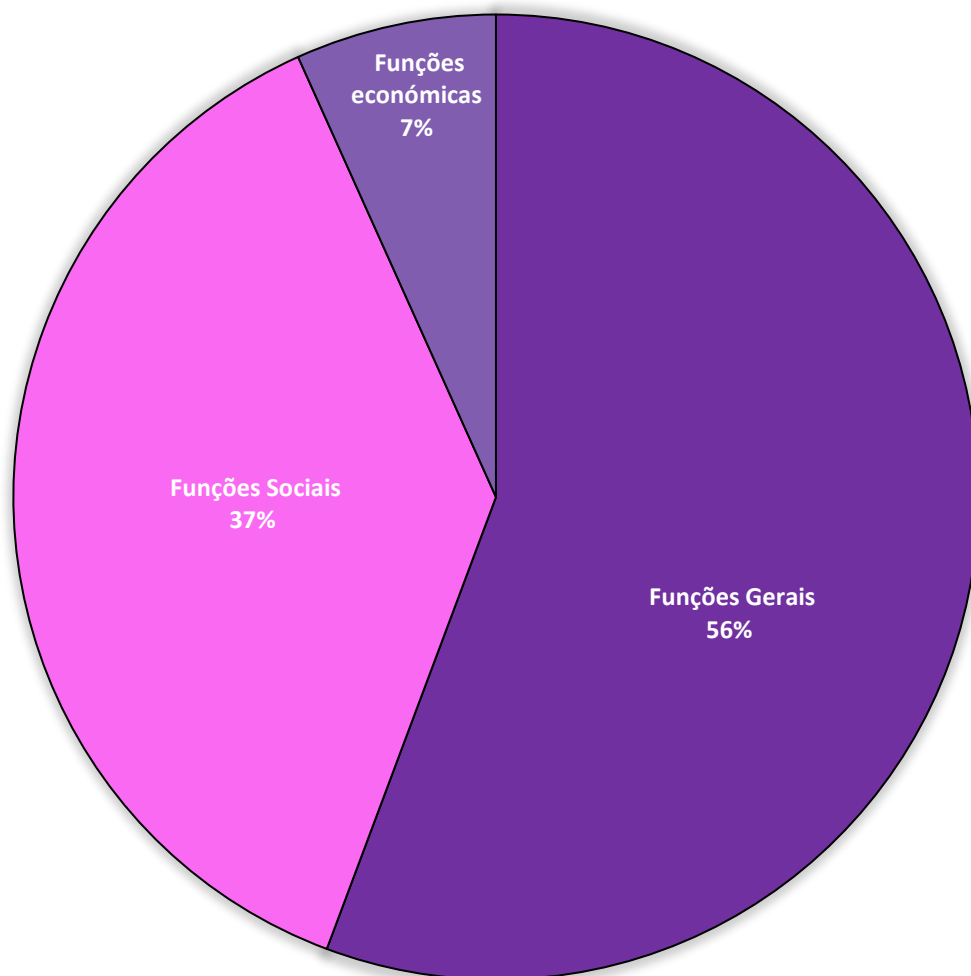
Análise da distribuição dos Rendimentos Consolidados por Funções

Função	Município de Coimbra	SMTUC	Águas de Coimbra	Prodeso	IParque (92,65%)	Ruas (50%)	Eliminações	Total	%
1 Funções Gerais	73 352 960,15	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	73 352 960,15	55,7%
111- Administração geral	72 897 945,78							72 897 945,78	
120-Segurança e ordem públicas	0,00							0,00	
121-Protecção civil e luta contra incêndios	170 388,94							170 388,94	
122-Polícia municipal	284 625,43							284 625,43	
2 Funções Sociais	23 087 374,49	0,00	26 810 500,53	759 380,33	0,00	20 372,88	-1 198 892,60	49 478 735,63	37,6%
211-Ensino não superior	158 210,54			759 380,33			-12 505,00	905 085,87	
212-Serviços auxiliares de ensino	15 390 834,03							15 390 834,03	
221-Serviços individuais de saúde	274 819,68							274 819,68	
232-Acção social	2 774,80							2 774,80	
241-Habitação	468 151,78							468 151,78	
242-Ordenamento do território	756,00							756,00	
243-Saneamento	0,00		11 877 404,87				-571 896,85	11 305 508,02	
244-Abastecimento de água	0,00		14 933 095,66				-586 430,10	14 346 665,56	
245-Resíduos sólidos	4 605 149,63						-3 060,65	4 602 088,98	
246-Protecção do meio ambiente e conservação da natureza	1 409 355,16							1 409 355,16	
251-Cultura	592 140,90					20 372,88	-25 000,00	587 513,78	
252-Desporto, recreio e lazer	185 181,97							185 181,97	
253-Outras atividades cívicas e religiosas	0,00							0,00	
3 Funções Económicas	3 674 995,76	17 611 314,62	0,00	0,00	561 920,42	0,00	-12 960 301,18	8 887 929,62	6,7%
320-Indústria e energia	3 461 485,63				561 920,42			4 023 406,05	
331-Transportes rodoviários	51 697,57	17 611 314,62					-12 960 301,18	4 702 711,01	
332-Transportes aéreos	1 411,25							1 411,25	
340-Comércio e turismo	0,00							0,00	
341-Mercados e feiras	135 024,51							135 024,51	
342-Turismo	25 376,80							25 376,80	
4 Outras Funções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0%
420-Transferências entre administrações	0,00							0,00	
430-Diversas não especificadas	0,00							0,00	
Total	100 115 330,40	17 611 314,62	26 810 500,53	759 380,33	561 920,42	20 372,88	-14 159 193,78	131 719 625,40	100%

Nos Rendimentos é a Função Geral a que maior peso assume, representando 55,7%, onde se incluem Impostos, Taxas e Fundos (com exceção do Fundo Social Municipal).

Nas Funções Sociais, o maior peso vai para os rendimentos de Serviços auxiliares de ensino, onde se encontram refletidos os rendimentos provenientes das transferências de competências no domínio da educação, materializadas no Decreto-Lei nº21/19, de 30 de

janeiro, bem como o Fundo Social Municipal. Também nas Funções Sociais assumem grande relevância as atividades de Abastecimento de Água e Saneamento. Estas funções representam 37,6% do total dos rendimentos do Município, seguindo-se as Funções Económicas com 6,7%, onde o maior peso é dos Transportes Rodoviários e dos rendimentos provenientes da Renda de concessão paga pela E_REDES Distribuição de Energia, SA, ao Município de Coimbra.



Nos mapas apresentados as colunas das Eliminações refletem as operações internas entre Entidades do Grupo Municipal.

A Contabilidade de Gestão, prevista na NCP 27, encontra-se em processo de implementação, o que impossibilita a conciliação dos valores apresentados neste ponto com os valores das demonstrações financeiras.

Impacto da pandemia no Grupo Autárquico

Num ano que continuou a ser fortemente influenciado pela disseminação e mitigação do vírus “SARS-CoV-2”, a pandemia à escala mundial (Covid-19) justificou diversos confinamentos obrigatórios da população, tendo o Município prosseguido com a adoção de medidas de emergência tendentes à estabilização económica e social.

No contexto de incerteza, as medidas de apoio, extensíveis ao Grupo Municipal, foram sucessivamente reajustadas, tendo sido aprovadas diversas medidas excecionais e temporárias para promover a capacidade de resposta do Grupo Municipal aos efeitos da pandemia, designadamente as que se prenderam com o início do processo de vacinação, que obrigaram a um conjunto de ações e uma logística própria.

O impacto da pandemia no Grupo Municipal tem feito sentir-se em várias dimensões, designadamente na estrutura das despesas e receitas e na adaptação operacional dos diferentes serviços.

O impacto financeiro nas Contas do Município traduziu-se num aumento de despesas e numa diminuição de receitas.

O aumento das despesas com as medidas de combate aos efeitos da COVID-19 ascendeu a cerca de 1,6 M €, tendo a receita apresentado uma diminuição na ordem de 1,7 M €.

O efeito combinado do aumento da despesa e da quebra na receita teve um impacto de 3,3 M € nas Contas do Município.

Nos SMUTUC, apesar da diminuição observada na procura de transporte de passageiros, o impacto financeiro foi atenuado pelo aumento das indemnizações compensatórias, designadamente, através do PART (Programa de Apoio à Redução Tarifária).

No caso da Águas de Coimbra não se verificou qualquer variação tarifária relativamente ao ano de 2020. Assim, o impacto financeiro foi pouco expressivo em 2021, quando comparado com 2020.

Nas restantes entidades que integram o Grupo Municipal, os impactos financeiros nas suas contas foram praticamente nulos, tendo como comparação o ano transato.

Demonstrações Orçamentais Consolidadas

Município de Coimbra

Demonstração consolidada do desempenho orçamental do período findo em 31 de Dezembro de 2021

Rubrica	RECEBIMENTOS	2021	2020	Rubrica	PAGAMENTOS	2021	2020
	Saldo da gerência anterior	25 377 843,07 €	57 834 052,79 €				
R101	Operações Orçamentais [1]	21 133 797,30 €	53 849 240,59 €				
R102	Devolução do saldo oper. Orçamentais	- €	- €				
R103	Operações de tesouraria [A]	4 244 045,77 €	3 984 812,20 €				
R104	Recebim saldo devolv por terceiras entidades	- €	- €				
	Receita corrente	102 659 933,87 €	112 738 577,71 €				
R1	Receita Fiscal	47 823 017,05 €	44 430 074,60 €	D1	Despesa corrente	96 141 935,02 €	94 119 749,83 €
R1.1	Impostos diretos	47 823 017,05 €	45 448 944,50 €	D1.1	Despesas com o pessoal	49 389 841,07 €	46 608 761,08 €
R1.2	Impostos indiretos	- €	1 018 869,90 €	D1.1.1	Remunerações Certas e Permanentes	36 170 958,06 €	35 193 883,59 €
R2	Contrib p/ sist. Prot. social e subsist. saúde	- €	- €	D1.1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	3 129 686,80 €	2 795 830,71 €
R3	Taxas, multas e outras penalidades	3 821 566,56 €	7 501 771,31 €	D1.3	Segurança Social	10 089 196,21 €	8 619 046,78 €
R4	Rendimentos de propriedade	4 081 986,58 €	3 871 150,72 €	D2	Aquisição de bens e serviços	36 101 497,52 €	38 406 275,35 €
R5	Transferências e subsídios correntes	38 189 767,72 €	23 190 607,45 €	D3	Juros e outros encargos	238 691,99 €	418 600,82 €
R5.1.1	Administrações Públicas	38 189 767,72 €	23 190 607,45 €	D4	Transferências e subsídios correntes	9 705 736,04 €	6 240 379,64 €
R5.1.1.1	Administração Central - Estado Português	33 919 864,55 €	21 513 517,80 €	D4.1	Transferências correntes	9 705 736,04 €	6 240 379,64 €
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	94 685,95 €	112 225,55 €	D4.1.1	Administrações Públicas	5 761 592,76 €	3 322 728,67 €
R5.1.1.3	Segurança Social	- €	- €	D4.1.1.1	Administração Central - Estado Português	1 783 474,26 €	515 188,45 €
R5.1.1.4	Administração Regional	- €	- €	D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	- €	- €
R5.1.1.5	Administração Local	4 175 217,22 €	1 564 864,10 €	D4.1.3	Segurança Social	- €	- €
R5.1.2	Exterior - U E	- €	- €	D4.1.4	Administração Regional	- €	- €
R5.1.3	Outras	- €	- €	D4.1.5	Administração Local	3 978 118,50 €	2 807 540,22 €
R5.2	Subsídios correntes	- €	- €	D4.1.2	Entidades do setor não lucrativo	3 467 948,80 €	2 784 412,22 €
R6	Venda de bens e serviços	6 528 058,31 €	26 362 221,37 €	D4.3	Famílias	418 096,62 €	129 463,65 €
R7	Outras receitas correntes	2 215 537,65 €	7 382 752,26 €	D4.4	Outras	58 097,86 €	3 775,10 €
	Receita de capital	16 021 138,79 €	5 584 422,83 €	D4.2	Subsídios correntes	- €	- €
R8	Venda de bens de investimento	292 500,00 €	423 559,50 €	D5	Outras despesas correntes	706 168,40 €	2 445 732,94 €
R9	Transferências e subsídios de capital	15 728 638,79 €	5 167 210,36 €	D6	Despesa de capital	33 632 548,89 €	30 334 993,70 €
R9.1	Transferências de capital	15 728 638,79 €	5 167 210,36 €	D7	Aquisição de bens de capital	31 206 418,71 €	27 747 881,91 €
R9.1.1	Administrações Públicas	15 728 638,79 €	5 167 210,36 €	D7.1	Transferência e subsídios de capital	2 373 648,51 €	2 178 942,33 €
R9.1.1.1	Administração Central - Estado Português	15 529 663,53 €	5 167 210,36 €	D7.1.1	Transferências de capital	2 373 648,51 €	2 178 942,33 €
R9.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	- €	- €	D7.1.1.1	Administrações Públicas	1 796 438,39 €	838 933,64 €
R9.1.1.3	Segurança Social	- €	- €	D7.1.1.1.1	Administração Central - Estado Português	75 000,00 €	150 000,00 €
R9.1.1.4	Administração Regional	- €	- €	D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	- €	- €
R9.1.1.5	Administração Local	198 975,26 €	- €	D7.1.3	Segurança Social	- €	- €
R9.1.2	Exterior - U E	- €	- €	D7.1.4	Administração Regional	- €	- €
R9.1.3	Outras	- €	- €	D7.1.5	Administração Local	1 721 438,39 €	688 933,64 €
R9.2	Subsídios de capital	- €	- €	D7.1.2	Entidades do setor não lucrativo	577 210,12 €	1 340 008,69 €
R10	Outras receitas de capital	- €	6 347,03 €	D7.1.3	Famílias	- €	- €
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	28 410,77 €	94 042,61 €	D7.1.4	Outras	- €	- €
	Receita efetiva [2]	118 709 483,43 €	118 417 043,15 €	D7.2	Subsídios de capital	- €	- €
	Receita não efetiva [3]	4 914 535,80 €	1 099 354,99 €	D8	Outras despesas de capital	52 481,67 €	408 169,46 €
R12	Receita com ativos financeiros	12 915,24 €	16 354,99 €				
R13	Receita com passivos financeiros	4 901 620,56 €	1 083 000,00 €	D9	Despesa não efetiva [6]	3 811 612,44 €	4 334 251,69 €
	Soma [4]=[1]+[2]+[3]	144 757 816,53 €	173 365 638,73 €	D10	Despesa com ativos financeiros	1 742 635,09 €	- €
NOT	Operações de tesouraria [B]	2 685 478,60 €	1 302 733,98 €		Despesa com passivos financeiros	2 068 977,35 €	4 334 251,69 €
					Soma [7]=[5]+[6]	133 586 096,35 €	128 788 995,22 €
					Operações de tesouraria [C]	1 111 301,87 €	1 043 500,41 €
					Saldo para a gerência seguinte	16 989 942,68 €	48 820 689,28 €
					Operações orçamentais [8] = [4]-[7]	11 171 720,18 €	44 576 643,51 €
					Operações de tesouraria [D]=[A]+[B]-[C]	5 818 222,50 €	4 244 045,77 €
					Saldo global [2] - [5]	- 11 065 000,48 €	- 6 037 700,38 €
					Despesa primária	129 535 791,92 €	124 036 142,71 €
					Saldo corrente	6 517 998,85 €	18 618 827,88 €
					Saldo de capital	- 17 611 410,10 €	- 24 750 570,87 €
					Saldo primário	- 10 826 308,49 €	- 5 619 099,56 €
					Receita total [1] + [2] + [3]	144 757 816,53 €	173 365 638,73 €
					Despesa total [5] + [6]	133 586 096,35 €	128 788 995,22 €

O ORGÃO EXECUTIVO
Em 27 de 06 de 2022
Paul Manuel Silva

O ORGÃO DELIBERATIVO
Em 18 de Julho de 2022
Luís Manuel D.

Anat.
Paulo
Jorge
Luís
Cecilia

Município de Coimbra

Demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza em 31 de Dezembro de 2021

LIQUIDAÇÕES			OBRIGAÇÕES		
Rubrica	31/12/2021	31/12/2020	Rubrica	31/12/2021	31/12/2020
Receita corrente	4 972 040,33 €	4 848 665,35 €	Despesa corrente	1 206 059,05 €	1 359 794,09 €
R1 Receita Fiscal	- €	- €	D1 Despesas com o pessoal	540 561,60 €	458 892,77 €
R1.1 Impostos diretos	- €	- €	D1.1 Remunerações Certas e Permanentes	493 961,30 €	413 588,65 €
R1.2 Impostos indiretos	- €	- €	D1.2 Abonos Variáveis ou Eventuais	45 478,11 €	44 154,24 €
R2 Contrib p/ sistemas proteção social e subsi	- €	- €	D1.3 Segurança Social	1 122,19 €	1 149,88 €
R3 Taxas, multas e outras penalidades	2 949 822,23 €	2 504 363,17 €	D2 Aquisição de bens e serviços	589 781,74 €	731 953,07 €
R4 Rendimentos de propriedade	132 826,84 €	419 236,43 €	D3 Juros e outros encargos	- €	21 127,08 €
R5 Transferências e subsídios correntes	- €	9 897,07 €	D4 Transferências e subsídios correntes	73 120,31 €	95 274,12 €
R5.1 Transferências correntes	- €	9 897,07 €	D4.1 Transferências correntes	73 120,31 €	95 274,12 €
R5.1.1 Administrações Públicas	- €	9 897,07 €	D4.1.1 Administrações Públicas	3 100,00 €	3 682,75 €
R5.1.1.1 Administração Central - Estado Português	- €	- €	D4.1.1.1 Administração Central - Estado Português	- €	- €
R5.1.1.2 Administração Central - Outras entidades	- €	- €	D4.1.1.2 Administração Central - Outras entidades	- €	- €
R5.1.1.3 Segurança Social	- €	- €	D4.1.1.3 Segurança Social	- €	- €
R5.1.1.4 Administração Regional	- €	- €	D4.1.1.4 Administração Regional	- €	- €
R5.1.1.5 Administração Local	- €	- €	D4.1.1.5 Administração Local	3 100,00 €	3 682,75 €
R5.1.2 Exterior - U E	- €	- €	D4.1.2 Entidades do setor não lucrativo	68 075,59 €	89 358,71 €
R5.1.3 Outras	- €	- €	D4.1.3 Famílias	1 944,72 €	2 232,66 €
R5.2 Subsídios correntes	- €	- €	D4.1.4 Outras	- €	- €
R6 Venda de bens e serviços	1 483 368,57 €	1 488 066,21 €	D4.2 Subsídios correntes	- €	- €
R7 Outras receitas correntes	406 022,69 €	427 102,47 €	D5 Outras despesas correntes	2 595,40 €	52 547,05 €
Receita de capital	695 361,45 €	846 097,23 €	Despesa de capital	1 471 418,68 €	52 996,36 €
R8 Venda de bens de investimento	253 190,25 €	- €	D6 Aquisição de bens de capital	1 305 518,68 €	38 996,36 €
R9 Transferências e subsídios de capital	256 623,83 €	417 931,46 €	D7 Transferência e subsídios de capital	165 900,00 €	14 000,00 €
R9.1 Transferências de capital	256 623,83 €	417 931,46 €	D7.1 Transferências de capital	165 900,00 €	14 000,00 €
R9.1.1 Administrações Públicas	256 623,83 €	417 931,46 €	D7.1.1 Administrações Públicas	- €	- €
R9.1.1.1 Administração Central - Estado Português	256 623,83 €	417 931,46 €	D7.1.1.1 Administração Central - Estado Português	- €	- €
R9.1.1.2 Administração Central - Outras entidades	- €	- €	D7.1.1.2 Administração Central - Outras entidades	- €	- €
R9.1.1.3 Segurança Social	- €	- €	D7.1.1.3 Segurança Social	- €	- €
R9.1.1.4 Administração Regional	- €	- €	D7.1.1.4 Administração Regional	- €	- €
R9.1.1.5 Administração Local	- €	- €	D7.1.1.5 Administração Local	- €	- €
R9.1.2 Exterior - U E	- €	- €	D7.1.2 Entidades do setor não lucrativo	165 900,00 €	14 000,00 €
R9.1.3 Outras	- €	- €	D7.1.3 Famílias	- €	- €
R9.2 Subsídios de capital	- €	- €	D7.1.4 Outras	- €	- €
R10 Outras receitas de capital	185 547,37 €	428 165,77 €	D7.2 Subsídios de capital	- €	- €
R11 Reposições não abatidas aos pagamentos	- €	- €	D8 Outras despesas de capital	- €	- €
Receita efetiva [2]	5 667 401,78 €	5 694 762,58 €	Despesa efetiva [5]	2 677 477,73 €	1 412 790,45 €
Receita não efetiva [3]	- €	- €	Despesa não efetiva [6]	- €	19 256,18 €
R12 Receita com ativos financeiros	- €	- €	D9 Despesa com ativos financeiros	- €	- €
R13 Receita com passivos financeiros	- €	- €	D10 Despesa com passivos financeiros	501,62 €	19 256,18 €
Receita total [4]=[1]+[2]+[3]	5 667 401,78 €	5 694 762,58 €	Despesa Total [7]=[5]+[6]	2 677 979,35 €	1 432 046,63 €

O ORGÃO EXECUTIVO
Em 27 de 05 de 2022
José Manuel Silva

O ORGÃO DELIBERATIVO
Em 18 de 05 de 2022
Luís Martins

Coimbra

BA

Ryly

ag

José Di

X 1

MA

Assf.

hsp.

alc

(Coimbra)

Demonstrações Financeiras Consolidadas

Município de Coimbra

Balanço Consolidado em 31 de dezembro de 2021

Valores em €

RUBRICAS	NOTAS	31.12.2021	31.12.2020
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	679 345 853,62 €	650 479 259,04 €
Propriedades de investimento	8	4 388 645,01 €	4 057 472,69 €
Ativos intangíveis	3	10 057 784,99 €	10 342 518,79 €
Ativos biológicos		0,00 €	0,00 €
Participações financeiras		11 525 650,35 €	11 124 701,35 €
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis		424 193,51 €	604 428,75 €
Acionistas/sócios/associados		0,00 €	0,00 €
Diferimentos		0,00 €	0,00 €
Outros ativos financeiros		0,00 €	0,00 €
Ativos por impostos diferidos		1 018 923,30 €	20 048,98 €
Cientes, contribuintes e utentes		0,00 €	0,00 €
Outras contas a receber		0,00 €	0,00 €
		706 761 050,78 €	676 628 429,60 €
Ativo corrente			
Inventários	10	1 466 738,33 €	1 591 657,32 €
Ativos biológicos		0,00 €	0,00 €
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis		376 270,29 €	2 028 659,99 €
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis		11 374,36 €	17 982,56 €
Cientes, contribuintes e utentes	23.2	3 457 362,85 €	3 379 850,48 €
Estado e outros entes públicos	23.1	3 045 426,66 €	1 873 757,76 €
Acionistas/sócios/associados		0,00 €	0,00 €
Outras contas a receber	23.3	32 755 021,78 €	28 564 589,57 €
Diferimentos		261 383,78 €	2 094 516,15 €
Ativos financeiros detidos para negociação		0,00 €	0,00 €
Outros ativos financeiros		0,00 €	0,00 €
Ativos não correntes detidos para venda		0,00 €	0,00 €
Caixa e depósitos	1.3	19 746 110,53 €	48 880 721,33 €
		61 119 688,58 €	88 431 735,16 €
Total do Ativo		767 880 739,36 €	765 060 164,76 €

Município de Coimbra

Balanço Consolidado em 31 de dezembro de 2021

Valores em €

RUBRICAS	NOTAS	31.12.2021	31.12.2020
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património/Capital		373 261 849,22 €	373 020 927,75 €
Ações (quotas) próprias		0,00 €	0,00 €
Outros instrumentos de capital próprio		0,00 €	0,00 €
Prémios de emissão		0,00 €	0,00 €
Reservas legais		17 723 752,17 €	17 635 568,65 €
Outras reservas		7 176 400,58 €	7 010 229,93 €
Resultados transitados		85 771 849,67 €	86 978 602,00 €
Ajustamentos em ativos financeiros		4 829,76 €	4 829,76 €
Excedentes de revalorização		0,00 €	0,00 €
Outras variações no Património Líquido		164 917 425,07 €	160 827 480,63 €
Resultado líquido do período		-1 298 738,55 €	1 174 243,71 €
Dividendos antecipados		0,00 €	0,00 €
Interesses que não controlam		208 394,21 €	211 327,89 €
Total do Património Líquido		647 765 762,13 €	646 863 210,32 €
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	15	2 506 382,94 €	1 903 852,10 €
Financiamentos obtidos	7	29 261 952,25 €	28 630 795,84 €
Fornecedores de investimentos		0,00 €	0,00 €
Responsabilidades por benefícios pós-emprego		0,00 €	0,00 €
Diferimentos		51 486 691,38 €	39 510 897,77 €
Passivos por impostos diferidos		757 316,85 €	810 944,30 €
Fornecedores		0,00 €	0,00 €
Outras contas a pagar		4 866 039,34 €	4 189 594,61 €
		88 878 382,76 €	75 046 084,62 €
Passivo corrente			
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos		236 905,59 €	106 871,46 €
Fornecedores	23.4	7 182 225,52 €	4 588 014,57 €
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes		100 748,04 €	0,00 €
Estado e outros entes públicos	23.1	1 305 617,97 €	1 213 588,20 €
Acionistas/sócios/associados		0,00 €	0,00 €
Financiamentos obtidos	7	4 391 874,86 €	4 406 632,54 €
Fornecedores de investimentos	23.4	2 791 012,86 €	492 066,91 €
Outras contas a pagar	23.5	13 414 410,94 €	28 814 371,21 €
Diferimentos		1 813 798,69 €	3 529 324,93 €
Passivos financeiros detidos para negociação		0,00 €	0,00 €
Outros passivos financeiros		0,00 €	0,00 €
		31 236 594,47 €	43 150 869,82 €
Total do Passivo		120 114 977,23 €	118 196 954,44 €
Total do Património Líquido e Passivo		767 880 739,36 €	765 060 164,76 €

O ORGÃO EXECUTIVO

Em 27 de 06 de 2022

José Manuel Silva

O ORGÃO DELIBERATIVO

Em 10 de Julho de 2022

Cândido

Município de Coimbra

Demonstração dos resultados por naturezas consolidada do período findo em 31 de Dezembro de 2021

Valores em €

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	2021	2020
Impostos, contribuições e taxas		52 068 047,03 €	50 712 886,38 €
Vendas		9 117 390,42 €	8 939 401,44 €
Prestações de serviços e concessões		23 427 241,32 €	22 520 941,46 €
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos		10 890,43 €	9 552,65 €
Transferências e subsídios correntes obtidos		41 565 809,69 €	23 489 768,53 €
Variações nos inventários da produção		-107 338,16 €	0,00 €
Trabalhos para a própria entidade		78 697,36 €	77 241,55 €
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	-11 345 419,17 €	-10 294 711,55 €
Fornecimentos e serviços externos	23.6	-37 737 657,79 €	-32 184 574,03 €
Gastos com pessoal	23.7	-58 328 949,73 €	-46 910 529,83 €
Transferências e subsídios concedidos	23.8	-11 369 278,59 €	-8 459 342,96 €
Prestações sociais		0,00 €	0,00 €
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)		-24 299,85 €	0,00 €
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		-924 149,05 €	-89 837,59 €
Provisões (aumentos/reduções)		-636 476,63 €	1 277 611,98 €
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00 €	0,00 €
Aumentos/reduções de justo valor		0,00 €	0,00 €
Outros rendimentos		10 989 080,06 €	10 149 806,59 €
Outros gastos		-1 949 478,28 €	-1 406 114,31 €
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		14 834 109,06 €	17 832 100,31 €
Gastos/reversões de depreciação e amortização		-16 987 245,70 €	-16 678 872,30 €
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis		0,00 €	-40 000,00 €
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		-2 153 136,64 €	1 113 228,01 €
Juros e rendimentos similares obtidos		70 782,97 €	232 984,69 €
Juros e gastos similares suportados		-211 455,62 €	-115 101,33 €
Resultados antes de impostos		-2 293 809,29 €	1 231 111,37 €
Imposto sobre o rendimento		992 137,06 €	-44 564,18 €
Resultado líquido do período		-1 301 672,23 €	1 186 547,19 €
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores do capital da entidade-mãe		2 933,68 €	-12 303,48 €
Interesses que não controlam		-1 298 738,55 €	1 174 243,71 €

O ORGÃO EXECUTIVO

Em 27 de 06 de 2022

Caro Manuel Silva

O ORGÃO DELIBERATIVO

Em 18 de Julho de 2022

Caro Manuel

Ass.
 [Handwritten signatures and initials]

[Handwritten signature]

Município de Coimbra			
Demonstração consolidada dos fluxos de caixa, do período findo em 31 de Dezembro de 2021			
Valores em €			
Rubricas	Notas	Períodos	
		2021	2020
Fluxos de Caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		26 454 532,41 €	22 518 318,01 €
Recebimentos de contribuintes		48 180 436,80 €	51 671 830,78 €
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		38 189 767,72 €	23 190 607,45 €
Recebimentos de utentes		3 856 245,20 €	3 937 860,50 €
Pagamentos a fornecedores		- 70 442 866,59 €	- 38 951 707,06 €
Pagamentos ao pessoal		- 38 191 285,19 €	- 37 301 060,22 €
Pagamentos a contribuintes / Utentes		- €	- €
Pagamentos de transferências e subsídios		- 11 688 091,86 €	- 8 419 321,97 €
Pagamentos de prestações sociais		- €	- 5 223 184,81 €
Caixa gerada pelas operações		- 3 641 261,51 €	11 423 342,68 €
Recebimento/pagamento do imposto sobre o rendimento		129 057,17 €	- 423 619,25 €
Outros recebimentos/pagamentos		- 37 598 961,43 €	2 012 396,06 €
Fluxos de Caixa das atividades operacionais (a)		- 41 111 165,77 €	13 012 119,49 €
Fluxos de Caixa das atividades de Investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		- 10 532 186,28 €	- 27 341 883,61 €
Ativos Intangíveis		- 105 901,53 €	- 247 804,60 €
Propriedades de Investimento		- €	- €
Investimentos financeiros		- €	- €
Outros ativos		- €	- 408 169,46 €
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		293 730,00 €	423 559,50 €
Ativos Intangíveis		- €	- €
Propriedades de Investimento		3 890 704,50 €	3 720 089,56 €
Investimentos financeiros		12 915,24 €	- €
Outros ativos		- €	16 354,99 €
Subsídios ao Investimento		1 895 317,56 €	275 375,01 €
Transferências de capital		14 209 993,85 €	4 891 835,35 €
Juros e rendimentos similares		85 338,48 €	0,44 €
Dividendos		76 443,60 €	9 552,65 €
Fluxos de Caixa das atividades de Investimento (b)		9 826 355,42 €	- 18 661 090,17 €
Fluxos de Caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		4 901 620,56 €	1 083 000,00 €
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital		- €	- €
Cobertura de prejuízos		- €	6 347,03 €
Doações		- €	- €
Outras operações de financiamento		- €	- €
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		- 2 595 117,42 €	- 4 308 897,83 €
Juros e gastos similares		- 156 303,79 €	- 110 582,73 €
Dividendos		- €	- €
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital		- €	- €
Outras operações de financiamento		- €	- €
Fluxos de Caixa das atividades de financiamento (c)		2 150 199,35 €	- 3 342 827,59 €
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)			
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período			
Caixa e seus equivalentes no fim do período			
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE			
Caixa e seus equivalentes no início do período		48 880 721,06	57 872 519,60
- Equivalentes a caixa no início do período		0,00	0,00
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa		0,00	0,00
- Variações cambiais de caixa no início do período		0,00	0,00
= saldo da gerência anterior		48 880 721,06	57 872 519,60
De execução orçamental		44 636 675,29	53 887 707,40
De operações de tesouraria		4 244 045,77	3 984 812,20
Caixa e seus equivalentes no fim do período		19 746 110,06	48 880 721,06
- Equivalentes a caixa no fim do período		0,00	0,00
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa		0,00	0,00
- Variações cambiais de caixa no fim do período		0,00	0,00
=saldo para a gerência seguinte	1.3	19 746 110,06	48 880 721,06
De execução orçamental		13 858 724,48	44 636 675,29
De operações de tesouraria		5 887 385,58	4 244 045,77

O ORGÃO EXECUTIVO
Em 22 de Maio de 2022
Município de Coimbra

O ORGÃO DELIBERATIVO
Em 48 de Maio de 2022
Município de Coimbra

Ass. Munic. Coimbra
Ass. Munic. Coimbra

Coord. Munic. Coimbra

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NO PARIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Descrição	Notas	Consolidado												
		Capital / Patrimônio Subscrito	Ações (Quotas) Próprias	Outros Instrum. De Capital Próprio	Prêmios de Emissão	Reservas	Resultados Transitados	Ajustamentos em Ativos Financeiros	Excedentes de Revalorização	Outras Variações Patrimônio Líquido	Resultado Líquido do Período	Total	Interesses que não controlam	Total do Patrimônio Líquido
Posição no início do período (1)	(1)	373 020 927,75	0,00	0,00	0,00	24 645 798,58	86 978 602,00	4 829,76	0,00	160 827 480,63	1 174 243,71	646 651 882,43	211 327,89	646 863 210,32
Alterações no período		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Primeira adoção de novo referencial contábilístico		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alterações de políticas contábilísticas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realização de excedentes de revalorização		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Excedentes de revalorização e respectivas variações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências e subsídios de capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-2 971 009,16	0,00	-2 971 009,16	0,00	-2 971 009,16
Correção de erros materiais		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras alterações reconhecidas no Patrimônio Líquido		240 921,47	0,00	0,00	0,00	254 354,17	-1 206 752,33	0,00	0,00	7 060 953,60	- 292 816,88	6 056 660,03	- 2 933,68	6 053 726,35
Total	(2)	240 921,47	0,00	0,00	0,00	254 354,17	-1 206 752,33	0,00	0,00	4 089 944,44	- 292 816,88	3 085 650,87	- 2 933,68	3 082 717,19
Resultado Líquido do Período	(3)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-2 180 165,38	-2 180 165,38	0,00	-2 180 165,38
Resultado Integral (4)=(2)+(3)	(4)	240 921,47	0,00	0,00	0,00	254 354,17	-1 206 752,33	0,00	0,00	4 089 944,44	-2 472 982,26	905 485,49	- 2 933,68	902 551,81
Operações com detentores de capital no período		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realizações de capital/patrimônio		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Entradas para cobertura de perdas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subscrição de prêmios de emissão		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aplicação do Resultado Líquido		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	(5)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
posição fim período (6)=(1)+(2)+(3)+(5)	(6)	373 261 849,22	0,00	0,00	0,00	24 900 152,75	85 771 849,67	4 829,76	0,00	164 917 425,07	-1 298 738,55	647 557 367,92	208 394,21	647 765 762,13

Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas

Nota 1 – Identificação do grupo, período de relato e referencial contabilístico

1.1 — Identificação do grupo autárquico

Identificação das entidades que compõem o grupo autárquico:

Entidade	Sede Social	Atividade Principal	Capital Social	Participação	% Controlo		Obs.
					Direto	Indireto	
Município de Coimbra	Praça 8 de Maio, 3000-300 Coimbra	Serviços aos municípios					a)
Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra	Guarda Inglesa, 3041-951 Coimbra	Prestar serviços de transportes públicos urbanos com fortes preocupações de carácter eminente social, modernos, de confiança, seguros, responsáveis ambientalmente e assim contribuir para o desenvolvimento sustentável do Concelho, garantindo uma oferta de transporte público adequada às necessidades das populações, desenvolvendo ações que privilegiem a opção do uso do transporte coletivo.	N/A	N/A	100,00%		b)
A.C. Águas de Coimbra, E.M.	Rua da Alegria 101, 3000-018 Coimbra	Assegurar o abastecimento de água e a drenagem de águas residuais, bem como a prestação de serviços associados.	40 000 000,00	39 140 176,00	100,00%		b)
PRODESO - Ensino Profissional, Lda.	Rua Casa Branca 41, 3030-185 Coimbra	Promover e gerir equipamentos coletivos, prestar serviços na área da educação, qualificação e formação profissional, incluindo a criação e administração de estabelecimentos de ensino e centros de formação, tendo em vista o desenvolvimento social.	50 000,00	48 300,00	100,00%		b)
COIMBRA I PARQUE - P. Inov. Ciência, Tecn. Saúde, S.A.	3040 Antanhol - Coimbra	Ecosistema empresarial de desenvolvimento económico, empreendedorismo, inovação e investigação.	2 616 380,00	2 423 979,00	92,65%		b)
RUAS - Associação Univer(SC)idade	Reitoria da Universidade de Coimbra, Paço das Escolas, 3004-531 Coimbra	Salvaguardar, promover e gerir as áreas candidatas e de proteção, definidas pela candidatura da Universidade de Coimbra a integrar a Lista de Bens de Património da Humanidade da UNESCO; Salvaguardar, promover e gerir o território afeto ao Bem designado por Universidade de Coimbra – Alta e Sofia, nos termos da classificação de Património Mundial atribuída pela UNESCO; Promover, apoiar e dinamizar iniciativas no âmbito da atividade científica, cultural e social, tendo em vista a preservação e a beneficiação do património afeto; Disponibilizar aos associados e demais interessados informação atualizada sobre linhas de financiamento para projetos; Representar o Bem classificado nas instituições nacionais e internacionais.	150 000,00	75 000,00	50,00%		b)

1.2 — Referencial contabilístico e métodos de consolidação aplicados

O artigo 7º do Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro que aprova o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP) estabelece, em matéria de consolidação de contas, o seguinte quanto aos perímetros de consolidação:

- Perímetro de consolidação de natureza orçamental constituído, no caso da Administração Local, pelas entidades incluídas neste subsector nas últimas contas sectoriais publicadas pelo Instituto Nacional de Estatística;

Município de Coimbra

- Perímetro de consolidação de natureza financeira constituído pelo grupo público, aferido através dos critérios de presunção de controlo previstos nos n.ºs 4 e 5 do artigo 75.º do RFALEI.

Neste sentido, na prestação de contas consolidadas, os mapas orçamentais são apresentados com o perímetro orçamental e os mapas financeiros com o perímetro de controlo.

O referencial contabilístico de suporte à preparação das demonstrações financeiras individuais das entidades que compõem o perímetro de controlo e o enquadramento no artigo 75.º do RFALEI no que se refere à aferição dos critérios de controlo são os abaixo mencionados:

Entidade	Natureza da Entidade	Enquadramento no artigo n.º 75.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 66/2020, de 04 de novembro	% do Capital Detido	Método de consolidação	Referencial Contabilístico
Município de Coimbra	Autarquia Local	Conforme disposto no n.º2	Entidade-mãe	_____	SNC-AP
Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra	Serviço Municipalizado	Conforme disposto no n.º4	100,00%	Simplex Agregação	SNC-AP
A.C. Águas de Coimbra, E.M.	Empresa Local	Conforme disposto nos n.º 4 e n.º 5	100,00%	Integral	SNC
PRODESO - Ensino Profissional, Lda.	Empresa Local	Conforme disposto nos n.º 4 e n.º 5	100,00%	Integral	SNC
COIMBRA I PARQUE - P. Inov. Ciência, Tecn. Saúde, S.A.	Empresa Local	Conforme disposto nos n.º 4 e n.º 5	92,65%	Integral	SNC-AP
RUAS - Associação Univer(SC)idade	Associação de Direito Privado	Conforme disposto nos n.º 4 e n.º 5	50,00%	Integral	SNC

O perímetro de consolidação orçamental está restringido às administrações públicas (entidades que compõem os subsectores da Administração Central, Segurança Social, Administração Local e Regiões Autónomas) reclassificadas pelo Instituto Nacional de Estatística.

Neste pressuposto, a entidade AC Águas de Coimbra, EM, por não constar da lista publicada pelo INE em maio de 2021, não integra o perímetro das demonstrações orçamentais consolidadas em 2021.

O artigo 3º do Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de setembro define que “o SNC-AP (se) aplica... a todos os serviços e organismos da administração central, regional e local que não tenham natureza, forma e designação de empresa... e às entidades públicas reclassificadas”, ou seja, às entidades constantes das tabelas “Entidades do setor institucional das administrações públicas publicadas anualmente pelo INE e que por esse motivo integram o perímetro orçamental.

Por a PRODESO e RUAS não terem aplicado o SNC-AP, os mapas de desempenho orçamental destas entidades foram construídos a partir dos mapas financeiros, não tendo sido possível construir os mapas dos direitos e obrigações. O mapa de direitos e obrigações do IPARQUE apresenta valores de direitos (receita) negativos, pelo que não foi considerado nem reelaborado novo mapa para efeitos da presente consolidação.

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com o SNC-AP e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP) relevantes para o Município.

A Consolidação de Contas é um processo que se desenvolve extra-contabilisticamente e que consiste em agregar as contas da entidade mãe (o Município) com as suas participadas, de modo que as contas representem a situação financeira e os resultados das operações do grupo municipal como se de uma única entidade se tratasse, pretendendo apresentar apenas os resultados das operações que as entidades do grupo tiverem com terceiros.

As contas dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra foram consolidadas pelo método da simples agregação que se traduz na soma, linha por linha, dos balanços e das demonstrações de resultados das entidades do grupo, após eliminação das operações de transferências e subsídio realizadas entre entidades. A entidade-mãe exerce controlo sobre aquela entidade, nos termos definidos na lei nº 50/2012, de 31 de agosto.

As entidades A.C. Águas de Coimbra, E.M., PRODESO – Ensino Profissional, Lda., Coimbra iParque – Parque para a Inovação em Ciência, Tecnologia e Saúde, S.A. e RUAS – Associação Univer(SC)idade foram consolidadas pelo método (de consolidação) integral que consiste na integração do balanço e da demonstração de resultados das entidades consolidadas evidenciando, quando aplicável, os direitos de terceiros, designados por “interesses que não controlam”.

1.3 — Caixa e depósitos

Para efeitos de caixa e seus equivalentes são considerados os valores em numerário e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis. A Caixa e seus equivalentes, no dia 31 de dezembro de 2021, têm a seguinte composição:

Contas	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Caixa	33 179,81	27 133,89
Depósitos à ordem	6 079 861,53	27 382 552,64
Depósitos a prazo	10 003 248,19	17 305 256,61
Outros Depósitos	915 618,66	526 076,02
Depósitos consignados	1 021 772,59	2 463 609,79
Depósitos de garantias e caucões	1 692 429,75	1 176 092,38
Total	19 746 110,53	48 880 721,33

Nota 2 - Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas tendo por base os pressupostos das entidades em continuidade, do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação, da não compensação, da informação comparativa e não apresentam derrogações às disposições do SNC-AP.

2.1 — Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras estão mensurados em euros. Assim, as demonstrações financeiras consolidadas e respetivas notas deste anexo são apresentadas em euros, salvo indicação explícita em contrário.

Propriedades de Investimento, Ativos fixos tangíveis e Ativos intangíveis

Os bens do ativo fixo tangível, intangível e propriedades de investimento foram mensurados pelo seu custo de aquisição.

No que se refere aos bens cujo valor de aquisição ou de produção se desconhecia, considerou-se como valor de aquisição o valor resultante de avaliação e, em alguns casos, o valor atribuído pela Autoridade Tributária e Aduaneira.

O valor da avaliação foi considerado, também, para os bens obtidos a título gratuito.

Participações financeiras

As participações financeiras estão mensuradas pelo seu custo de aquisição (deduzidas das perdas por imparidade, caso se aplique).

Depreciações e amortizações

As depreciações e amortizações correspondem à desvalorização normal dos ativos fixos, decorrentes do gasto com a sua utilização, e foram calculadas pelo método das quotas constantes, em regime de duodécimos. As respetivas taxas anuais são as definidas no Classificador Complementar 2.

Inventários

A mensuração de inventários foi efetuada pelo custo de aquisição. O sistema de inventário adotado é o permanente e o método de custeio das saídas de armazém é o do custo médio.

Nos casos em que o valor realizável líquido desses bens é inferior ao custo, reconhecem-se perdas por imparidade.

Clientes e outras contas a receber

As contas a receber são mensuradas ao custo, sendo apresentadas no balanço deduzidas das perdas por imparidade que lhes estejam associadas. São registadas imparidades em dívidas a receber quando existam indicadores objetivos de que a entidade não irá receber os montantes que lhe são devidos.

Caixa e depósitos

A caixa e depósitos englobam o dinheiro em caixa, depósitos à ordem e depósitos a prazo, altamente líquidos, ou seja, imediatamente convertíveis em quantias conhecidas de dinheiro.

Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

De acordo as disposições da norma de contabilidade pública n.º 15 (NCP 15) do SNC-AP, as provisões devem ser reconhecidas quando, cumulativamente:

- (a) Uma entidade tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um acontecimento passado;*
- (b) É provável que seja exigido um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para pagar essa obrigação;*
- (c) Pode ser feita uma estimativa fiável da quantia dessa obrigação.*

Para a situação referida em (b), a NCP 5 esclarece que um exfluxo de recursos ou outro acontecimento é tido como provável se a probabilidade do acontecimento ocorrer for maior do que a probabilidade de não ocorrer.

Numa base anual, as provisões são sujeitas a uma revisão, de acordo com a estimativa das respetivas responsabilidades futuras. A atualização financeira da provisão, com referência ao final de cada período, é reconhecida como um gasto financeiro.

Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar encontram-se mensuradas pelo método do custo.

Especialização dos exercícios

Os gastos e rendimentos são reconhecidos no período a que dizem respeito, de acordo com o princípio da especialização de exercícios, independentemente da data/momento em que as transações ocorrem. Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido são registados por valores estimados.

Transações sem contraprestação

Conforme decorre da NCP 14, que preconiza o tratamento dos rendimentos sem contraprestação, *“o rendimento de transações sem contraprestação, deve ser mensurado pela quantia do aumento no ativo reconhecido pela entidade.*

Uma entidade deverá reconhecer um ativo proveniente de uma transação sem contraprestação quando obtiver o controlo de recursos que satisfaçam a definição de um ativo e satisfaça os critérios de reconhecimento”.

Nas transferências para financiamento da aquisição ou construção de bens de investimento, o cumprimento material das condições pode ocorrer quando estes se encontrem finalizados e disponíveis para utilização nos fins previstos, de acordo com os requisitos definidos no instrumento de financiamento.

Nestas circunstâncias, este será o momento em que deverá ser reconhecido o rendimento (como incremento de património líquido), saldando o passivo associado à condição (conta de rendimentos a reconhecer), conforme previsto no PCM e nas notas explicativas da Portaria n.º 189/2016, de 14 de julho.

Transações com contraprestação

O tratamento contabilístico do rendimento proveniente de transações com contraprestação está descrito na NCP 13 - Rendimentos de transações com contraprestação. Deve ser reconhecido quando for provável que fluam para a entidade benefícios económicos futuros, ou potencial de serviço e esses benefícios possam ser mensurados com fiabilidade.

Esta norma é aplicada na contabilização do rendimento proveniente das seguintes transações e acontecimentos com contraprestação:

- a) Taxas, multas e outras penalidades;
- b) Prestação de serviços;
- c) Venda de bens;
- d) Uso por terceiros de ativos da entidade que produzam juros, royalties e dividendos ou distribuições similares.

O rendimento deve ser mesurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber.

Nota 3 - Ativos intangíveis

No ano económico de 2021, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis consolidados assim como nas respetivas depreciações acumuladas, encontra-se no quadro seguinte:

Contas	Consolidado							
	Início do Período				Fim do Período			
	Quantia Bruta (1)	Amortizações Acumuladas (2)	Perdas por Imparidade Acumuladas (3)	Quantia Escriturada (4)=(1)-(2)-(3)	Quantia Bruta (5)	Amortizações Acumuladas (6)	Perdas por Imparidade Acumuladas (7)	Quantia Escriturada (8)=(5)-(6)-(7)
Ativos intangíveis de domínio público património histórico artista e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Goodwill	820 603,67	0,00	0,00	820 603,67	820 603,67	0,00	0,00	820 603,67
Projetos de desenvolvimento	708,14	0,00	0,00	708,14	708,14	0,00	0,00	708,14
Programas de computador e sistemas de informação	6 050 088,96	5 637 803,05	40 000,00	372 285,91	5 939 540,11	5 647 173,75	40 000,00	252 366,36
Propriedade industrial e intelectual	11 694 470,00	2 676 207,07	0,00	9 018 262,93	11 694 470,00	2 846 055,32	0,00	8 848 414,68
Outros ativos intangíveis	115 000,00	0,00	0,00	115 000,00	115 000,00	0,00	0,00	115 000,00
Ativos intangíveis em curso	15 658,14	0,00	0,00	15 658,14	20 692,14	0,00	0,00	20 692,14
Total	18 696 528,91	8 314 010,12	40 000,00	10 342 518,79	18 591 014,06	8 493 229,07	40 000,00	10 057 784,99

Nota 4 - Acordos de concessão de serviços: concedente

No quadro seguinte encontram-se descritos os contratos de concessão, com os elementos fundamentais. Estes contratos referem-se apenas ao Município de Coimbra e não implicam qualquer pagamento, havendo lugar a recebimentos.

Município de Coimbra

Acordos de concessão de serviço	Concessionário	Ativo de concessão	Período de concessão	Valor do contrato	Pagamentos ao concessionário		
					Anos anteriores	Ano corrente	Anos futuros
Concessão da distribuição de energia elétrica em baixa tensão no Município de Coimbra	EDP Distribuição - Energia, S.A.	Terrenos	20 anos, renováveis por iguais períodos				
Concepção, Construção e Concessão do Complexo Funerário Municipal de Coimbra	Ambinecro Coimbra - Crematórios, SA	Complexo Funerário	30 anos	5% faturação (até 10 anos); 6% faturação (11 a 20 anos); 7% faturação (21 a 30 anos); mínimo 100€/mês			
Atribuição de direito de exploração de espaço para creche com berçário e infantilário	Obra de Promoção Social do Distrito de Coimbra	Edifício	15 anos	Renda mensal de 410€, atualizada em janeiro, de acordo com inflação no ano anterior			
Concessão da Exploração do Parque Municipal de Campismo de Coimbra	Catarino & Associados - Gestão e Empreendimentos Turísticos, SA	Parque de Campismo	10 anos, renovável por períodos de 5 anos	10% receitas totais			

Nota 5 - Ativos fixos tangíveis

Os bens do ativo fixo tangível foram mensurados pelo seu custo e o gasto de depreciação dos ativos inicia-se quando fica disponível para uso e cessa quando o ativo é desreconhecido. A autarquia utiliza o método das quotas constantes para calcular as depreciações.

Em 2021, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis consolidados assim como nas respetivas depreciações acumuladas, encontra-se no quadro seguinte:

Contas	Consolidado							
	Início do Período				Fim do Período			
	Quantia Bruta (1)	Depreciações acumuladas (2)	Perdas por Imparidade Acumuladas (3)	Quantia Escriturada (4)=(1)-(2)-(3)	Quantia Bruta (1)	Depreciações acumuladas (2)	Perdas por Imparidade Acumuladas (3)	Quantia Escriturada (4)=(1)-(2)-(3)
Bens de domínio público património histórico artístico e cultural								
Terrenos e recursos naturais	247 554 824,50	0,00	0,00	247 554 824,50	247 980 893,28	48 818,00	0,00	247 932 075,28
Edifícios e outras construções	27 546 339,63	20 574 410,46	0,00	6 971 929,17	28 042 792,59	22 769 067,34	0,00	5 273 725,25
Infraestruturas	75 166 118,14	35 165 040,91	0,00	40 001 077,23	78 457 015,35	38 519 040,05	0,00	39 937 975,30
Património histórico artístico e cultural	6 305 993,37	159,60	0,00	6 305 833,77	6 409 793,37	159,60	0,00	6 409 633,77
Outros ativos fixos tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	39 043 737,34	0,00	0,00	39 043 737,34	41 165 704,08	0,00	0,00	41 165 704,08
Edifícios e outras construções	223 755 946,32	55 686 431,08	0,00	168 069 515,24	229 836 944,18	59 728 387,53	0,00	170 108 556,65
Equipamento básico	238 567 087,34	160 422 330,33	0,00	78 144 757,01	243 775 200,08	166 033 737,81	0,00	77 741 462,27
Equipamento de transporte	12 728 412,09	10 668 108,20	0,00	2 060 303,89	12 995 704,21	11 096 606,59	0,00	1 899 097,62
Equipamento administrativo	5 763 986,60	5 280 930,43	0,00	483 056,17	5 815 673,01	5 382 414,60	0,00	433 258,41
Outros	4 736 865,61	3 853 814,95	0,00	883 050,66	4 949 961,76	4 035 953,84	0,00	914 007,92
Ativos fixos tangíveis em curso	60 961 174,06	0,00	0,00	60 961 174,06	87 530 357,07	0,00	0,00	87 530 357,07
Total	942 130 485,00	291 651 225,96	0,00	650 479 259,04	986 960 038,98	307 614 185,36	0,00	679 345 853,62

Nota 6 – Locações

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação. Caso contrário, são classificados como locações operacionais.

6.1 — Locações financeiras

Não há registo de locações financeiras.

6.2 — Locações operacionais

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração de resultados. A quantia escriturada líquida dos bens em regime de locação operacional, a 31 de dezembro de 2021, detalha-se da seguinte forma:

BENS LOCADOS (1)	Mapa consolidado									
	Valor do contrato (2)	Pagamentos efetuados acumulados (3)				Futuros pagamentos mínimos (4)				Valor presente dos futuros pagamentos mínimos (5)
		Período		Acumulado		Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Total	
		Pagamentos mínimos	Rendas contingentes	Pagamentos mínimos	Rendas contingentes					
Equipamento básico	4 597 432,50	254 809,88	0,00	272 890,88	0,00	487 054,48	2 039 340,12	1 798 147,02	4 324 541,62	0,00
Equipamento de transporte	14 945,83	9 963,92	0,00	9 963,92	0,00	4 981,91	0,00	0,00	4 981,91	0,00
Equipamento administrativo	254 787,12	78 418,45	0,00	89 430,77	0,00	65 627,88	99 728,47	0,00	165 356,35	0,00
Outras imobilizações corpóreas	68 899,68	19 607,72	0,00	30 963,64	0,00	11 142,42	26 793,62	0,00	37 936,04	0,00
Total	4 936 065,13	362 799,97	0,00	403 249,21	0,00	568 806,69	2 165 862,21	1 798 147,02	4 936 065,13	0,00

Nota 7 - Custo de empréstimos obtidos

Em 31 de dezembro de 2021, a rubrica de financiamento obtido consolidado, traduz-se da seguinte forma:

Designação	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Empréstimos Bancários		
Corrente	4 391 874,86	4 406 632,54
Não corrente	29 261 952,25	28 630 795,84
Total	33 653 827,11	33 037 428,38

Nota 8 - Propriedades de investimento

As propriedades de investimento são mensuradas ao custo de aquisição, que compreende o seu preço de compra e quaisquer outros gastos que lhe sejam diretamente imputáveis.

Apresenta-se o quadro com as quantias escrituradas, no início e no final do período, em propriedades de investimento:

Ativo	Consolidado								
	Quantia escriturada inicial	Variações (modelo de custo)							Quantia escriturada final
		Adições	Transferências internas	Depreciações do período	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Diferenças cambiais	Diminuições	
Bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Terrenos e recursos naturais	236 042,87	0,00	107 691,71	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	343 734,58
Edifícios e outras construções	3 821 429,82	0,00	323 073,11	99 592,49	0,00	0,00	0,00	0,01	4 044 910,43
Outras propriedades de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedades de investimento em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros bens de domínio público em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	4 057 472,69	0,00	430 764,82	99 592,49	0,00	0,00	0,00	0,01	4 388 645,01

Nota 9 – Imparidade de ativos

Ativo	Consolidado			
	Quantia Bruta	Perdas por Imparidade Acumulada	Reversão de imparidades	Quantia Recuperável
Devedores por transferências, subsídios e empréstimos bonificados	1 325 465,02	513 626,86	0,00	811 838,16
Clientes, contribuintes e utentes e cobrança duvidosa	8 824 859,52	5 397 536,95	30 040,28	3 457 362,85
Outras contas a receber	33 730 375,92	975 354,14	0,00	32 755 021,78
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	1 245 270,03	24 299,85	0,00	1 220 970,18
Investimentos financeiros	11 575 650,35	50 000,00	0,00	11 525 650,35
Ativos intangíveis	10 097 784,99	40 000,00	0,00	10 057 784,99
Total	66 799 405,83	7 000 817,80	30 040,28	59 828 628,31

Nota 10 – Inventários

O custo de cada item de inventário é determinado através do custo médio ponderado. Apresenta-se o quadro com a informação dos valores da conta de inventários consolidada e dos movimentos do período.

10.1 – Inventários

Ativo	Consolidado		
	Quantia Bruta	Imparidade Acumulada	Quantia Recuperável
Mercadorias	32 851,75	0,00	32 851,75
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	1 245 270,03	24 299,85	1 220 970,18
Produtos acabados e intermédios	212 916,40	0,00	212 916,40
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00
Total	1 491 038,18	24 299,85	1 466 738,33

10.2 – Inventários: Movimentos do período

Ativo	Consolidado								
	Quantia escriturada inicial (1)	Movimentos do período							Quantia escriturada final (9)=(1)+(2)-(3)-/+ (4)-(5)+(6)-(7)+(8)
		Compras Líquidas (2)	Consumos/gastos (3)	Variações nos inventários da produção (4)	Perdas por imparidade (5)	Reversões de perdas por imparidade (6)	Outras reduções de inventários (7)	Outros aumentos de Inventários (8)	
Mercadorias	35 414,24	6 370 499,68	6 373 062,17	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	32 851,75
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	1 235 988,52	4 919 517,25	5 007 043,51	0,00	24 299,85	0,00	15 453,05	112 260,82	1 220 970,18
Produtos acabados e intermédios	320 254,56	0,00	0,00	- 107 338,16	0,00	0,00	0,00	0,00	212 916,40
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	1 591 657,32	11 290 016,93	11 380 105,68	- 107 338,16	24 299,85	0,00	15 453,05	112 260,82	1 466 738,33

Nota 13 – Rendimentos de transações com contraprestação

Rendimento de Transações com contraprestação	Consolidado			
	Rendimento do período reconhecido em		Quantias por receber	
	Resultados	Património líquido	Início do período	Final do Período
Taxas, multas e outras penalidades	2 166 766,46			
Vendas	9 018 585,42			
Prestação de Serviços	23 427 241,32			
Outros rendimentos	5 919 471,02			
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	81 657,13			
TOTAL	40 613 721,35			

Nota 14 – Rendimentos de transações sem contraprestação

Rendimento de Transações sem contraprestação	Consolidado			
	Rendimento do período reconhecido em		Quantias por receber	
	Resultados	Património líquido	Início do período	Final do Período
Impostos Diretos	32 958 058,71			
Impostos Indiretos	16 585 917,31			
Taxas, multas e outras penalidades	357 304,55		201,60	86,40
Transferências e subsídios correntes obtidos	40 948 365,56		1 292 594,93	1 382 523,88
Imputação de subsídios e transferências para investimentos	3 129 185,43	17 450,00	1 600 831,46	119 646,46
Outros	131 285,51			
TOTAL	94 110 117,07	17 450,00	2 893 627,99	1 502 256,74

Nota 15 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

No final do ano económico, os valores registados, detalhados por rubricas, são os seguintes:

RUBRICAS	Consolidado									
	Quantia escriturada inicial (1)	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final (10)=(1)+(5)-(9)
		Reforços (2)	Aumentos da quantia escriturada (3)	Outros aumentos (4)	Total aumentos (5)=(2)+(3)+(4)	Utilizações (6)	Reversões (7)	Outras diminuições (8)	Total diminuições (9)=(6)+(7)+(8)	
Impostos, contribuições e taxas	1 240 718,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 240 718,00
Garantias a clientes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Processos judiciais em curso	230 749,65	650 048,74	0,00	0,00	650 048,74	41 697,19	0,00	0,00	41 697,19	839 101,20
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	383 007,16	15 642,47	0,00	0,00	15 642,47	21 463,08	0,00	0,00	21 463,08	377 186,55
Matérias ambientais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratos onerosos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reestruturação e reorganização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras provisões	49 377,29	- 0,10	0,00	0,00	- 0,10	0,00	0,00	0,00	0,00	49 377,19
Total	1 903 852,10	665 691,11	0,00	0,00	665 691,11	63 160,27	0,00	0,00	63 160,27	2 506 382,94

Nota 17 – Acontecimentos após a data de relato

Não eram conhecidos, à data da aprovação das contas individuais, quaisquer eventos subsequentes com impacto significativo nas demonstrações financeiras do Município de Coimbra, Serviços Municipalizados dos Transportes Urbanos de Coimbra, A.C. Águas de Coimbra, E.M., PRODESO – Ensino Profissional, Lda. e RUAS – Associação Univer(SC)idade.

Relativamente à sociedade Coimbra iParque – Parque para a Inovação em Ciência, Tecnologia e Saúde, S.A. no ponto 17 do anexo às demonstrações financeiras individuais são mencionados os seguintes eventos subsequentes:

“No dia 07/01/2022 a iParque recebeu uma liquidação adicional de IRC nº 2022 8310000155 relativa ao exercício de 2019, no valor de 172.933,22€, como fundamento o diferencial entre o VPT dos lotes vendidos à Olympus e o seu valor real de transação. No mês de março de 2022 foi apresentado a impugnação judicial sobre a liquidação de IRC, sobre esta questão já no ponto constrangimentos referenciamos a substância da questão em causa.

No ano 2021 a atividade da IParque tem decorrido com normalidade e sem disrupção, não sendo ainda possível estimar com razoável grau de confiança, eventuais impactos na atividade do Grupo face ao atual enquadramento de elevada incerteza e rápida evolução.

A sociedade IParque no ano 2021 solicitou junto do Município de Coimbra, a isenção de IMI do património da sociedade e a isenção de Imposto Municipal Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT) sobre os terrenos adquiridos ao Município de Coimbra para a construção da fase 2 A. No dia 10 de março de 2022 fomos notificados da isenção de IMT e foi solicitado a devolução do montante de 15.770,20€ à Autoridade Tributária”.

Nota 23 – Outras divulgações

23.1 — Estado e Outros Entes Públicos

No final do ano económico, as rubricas de Estado e Outros Entes Públicos, apresentam os seguintes valores, em comparação com igual período de 2020:

Município de Coimbra

Contas	Consolidado			
	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2020
	Saldos Devedores	Saldos Credores	Saldos Devedores	Saldos Credores
Retenção de impostos sobre rendimentos	4 239,61	385 038,53	3 845,62	336 938,96
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	2 786 195,28	0,00	1 662 733,49	145 372,68
Outros impostos	33 776,28	8 303,08	142 244,50	8 560,23
Contribuições Sistemas proteção social - P. trabalhador	0,00	255 157,33	0,00	198 789,41
Contribuições Sistemas proteção social - P. patronal	0,00	655 708,69	0,00	517 132,26
Subsistemas de saúde	0,00	594,79	0,00	326,42
Outras retenções	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras tributações	221 215,49	815,55	64 934,15	6 468,24
Total	3 045 426,66	1 305 617,97	1 873 757,76	1 213 588,20

23.2 — Clientes, Contribuintes e Utentes

No quadro seguinte apresentam-se os valores dos anos económicos 2020 e 2021, detalhados por rubricas:

Contas	Consolidado					
	2021			2020		
	Valor Bruto	Imparidade acumulada	Valor Líquido	Valor Bruto	Imparidade acumulada	Valor Líquido
Clientes c/c	3 324 350,89	295 164,82	3 029 186,07	3 042 016,93	53 261,81	2 988 755,12
Contribuintes	26 076,59	0,00	26 076,59	21 266,01	0,00	21 266,01
Utentes	22 555,39	0,00	22 555,39	24 893,10	0,00	24 893,10
Clientes, contribuintes utentes cobrança duvidosa	5 451 876,65	5 072 331,85	379 544,80	5 756 584,53	5 411 648,28	344 936,25
Saldo a receber	8 824 859,52	5 367 496,67	3 457 362,85	8 844 760,57	5 464 910,09	3 379 850,48

23.3 — Outras Contas a Receber

As Outras Contas a Receber desagregam-se da seguinte forma:

Contas	Consolidado					
	2021			2020		
	Valor Bruto	Imparidade acumulada	Valor Líquido	Valor Bruto	Imparidade acumulada	Valor Líquido
Devedores por acréscimos de rendimentos	31 492 740,32	0,00	31 492 740,32	26 926 807,21	0,00	26 926 807,21
Outros devedores curto prazo	2 237 635,60	975 354,14	1 262 281,46	1 811 632,25	173 849,89	1 637 782,36
Saldo a receber	33 730 375,92	975 354,14	32 755 021,78	28 738 439,46	173 849,89	28 564 589,57

23.4 — Fornecedores

A evolução da rubrica Fornecedores consta a seguir:

Contas	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Fornecedores c/c	4 190 903,49	3 061 866,09
Faturas em receção e conferência	2 535 697,32	1 526 148,48
Factoring	455 624,71	0,00
Fornecedores de investimentos c/c	916 125,41	166 089,50
Faturas em receção e conferência de investimentos	1 874 887,45	325 542,00
Factoring	0,00	435,41
Saldo a pagar	9 973 238,38	5 080 081,48

23.5 — Outras Contas a Pagar – curto prazo

Apresenta-se em baixo o detalhe e a evolução das Outras Contas a Pagar

Contas	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Remunerações a pagar	3 378,86	3 378,86
Acrés. Gastos - Remunerações a Liquidar	6 959 938,43	5 513 859,86
Acrés. Gastos - Juros a liquidar e outros gastos financeiros	27 443,26	32 627,83
Acrés. Gastos - Outros acréscimos de gastos	1 628 326,49	18 503 597,75
Adiantamento por conta de vendas	0,00	100 748,04
Outros credores-Outros	2 320 418,10	3 123 492,58
Cauções	2 467 069,90	1 448 435,92
Sindicatos	7 835,90	5 579,60
FAM - Fundo de Apoio Municipal	0,00	82 650,77
Saldo a pagar	13 414 410,94	28 814 371,21

23.6 — Fornecimentos e Serviços Externos

A rubrica de fornecimentos e serviços externos (FSE) apresenta o seguinte detalhe, para os anos económicos de 2020 e 2021:

Contas	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Electricidade	4 401 256,66	4 260 140,99
Combustíveis	603 069,64	530 960,20
Água	101 359,36	73 485,12
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	145 325,91	79 368,00
Artigos para oferta	40 861,79	22 102,69
Rendas e alugueres	1 479 377,11	1 649 417,73
Comunicação	766 424,97	707 212,96
Seguros	824 515,55	842 131,64
Deslocações e estadas	12 608,84	4 033,42
Honorários	483 612,66	396 920,48
Contencioso e notariado	41 890,02	37 526,69
Conservação e reparação	2 833 721,89	2 308 797,74
Publicidade e propaganda	191 492,75	199 491,61
Limpeza, higiene e conforto	1 577 849,65	1 316 264,83
Vigilância e segurança	990 656,18	922 659,15
Trabalhos especializados	2 674 860,01	1 875 292,50
Recolha e Tratamento de resíduos sólidos	3 910 522,86	4 049 405,04
Recolha e tratamento de efluentes	6 973 940,94	6 129 115,84
Encargos de cobrança	1 308 380,98	1 251 239,70
Medicamentos e artigos para a saúde	21 327,98	68 332,76
Outros materiais diversos de consumo	55 562,41	44 276,05
Material de educação, cultura e recreio	238 982,70	22 509,06
Serviços desportivos	31 785,07	0,00
Serviços educação	13 799,18	93 695,25
Anúncios, publicações e assinaturas	149 665,80	144 040,07
Serviços restauração e alojamento	24 299,55	97 098,24
Serviços culturais	2 236 004,06	1 449 917,42
Serviços Sociais	5 051 491,21	3 176 134,86
Outros fornecimentos e serviços	539 695,23	433 003,99
Serviços de saúde	13 316,83	0,00
Total	37 737 657,79	32 184 574,03

23.7 — Gastos com o Pessoal

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo da conta gastos com o pessoal, decompõe-se da seguinte forma:

Contas	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Remunerações dos titulares de órgãos de soberania e membros	283 768,18	262 544,97
Remunerações dos órgãos sociais e de gestão	162 960,45	153 430,67
Remunerações do pessoal	45 395 158,41	36 169 103,12
Benefícios pós-emprego	11 175,03	3 925,46
Indemnizações	0,00	0,00
Encargos sobre remunerações	10 161 319,34	8 105 200,98
Acidentes no trabalho e doenças profissionais	468 718,63	476 080,59
Gastos de ação social	0,00	0,00
Outros gastos com o pessoal	1 470 470,09	1 308 710,55
Outros encargos sociais	375 379,60	431 533,49
Total	58 328 949,73	46 910 529,83

23.8 — Transferências e Subsídios Concedidos

Em 31 de dezembro as “Transferências e Subsídios Concedidos” apresentavam a seguinte composição:

Contas	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Freguesias	3 933 981,53	2 750 562,41
Serviços Municipalizados - Transferências correntes	- 153 317,43	2 296,21
Associações de municípios	12 574,00	59 035,21
Outras transferências correntes	192 672,35	11 478,89
Empresas Locais	153 317,43	0,00
Administração central - Estado	1 773 474,26	315 813,95
Instituições sem fins lucrativos	3 341 030,39	2 867 406,09
Famílias	379 888,89	130 070,89
Serviços Municipalizados - Subsídios correntes concedidos	0,00	0,00
Transferências de Capital	1 735 657,17	2 322 679,31
Total	11 369 278,59	8 459 342,96

23.8 — Outras informações relevantes para a compreensão da situação financeira e dos resultados consolidados

O Município de Coimbra apresenta a seguinte informação:

- Provisões para processos judiciais em curso:

Divulgamos, em anexo, a listagem dos processos judiciais em curso. De acordo com informação jurídica, a probabilidade de o Município de Coimbra ser condenado em alguns destes processos é remota ou $\leq 50\%$, pelo que, para estas ações, não foram constituídas provisões.

Mapa em anexo: “Processos Judiciais em Curso”

Os SMTUC informam o seguinte:

- Provisões para Impostos, Contribuições e Taxas

“Desde o ano de 2010 que os Orçamentos Gerais do Estado e os respetivos Decretos-Lei de Execução Orçamental determinam que os serviços médicos prestados pelo Serviço Nacional de Saúde (SNS) aos beneficiários da ADSE deixam de ser faturados pela ADSE, porque as Autarquias e os seus Serviços e Empresas Municipais passam a contribuir diretamente para o SNS.

A contribuição definida para os SMTUC cifrou-se em 207.232,00 € em 2010 e ascendeu em cada um dos anos seguintes a 174.108,00 €, totalizando no final de 2014 o montante de 903.664,00 €.

O Município é a entidade responsável por receber dos SMTUC os montantes fixados em cada um dos anos pelos Decretos-Lei de Execução Orçamental, mas tal nunca se concretizou, sem que a própria DGAL tivesse alguma vez reivindicado qualquer verba junto da CMC, pelo que, apenas e de acordo com o princípio da prudência foi criada em 2014 uma provisão para riscos e encargos no valor de 903.664,00 € e em 2015 foi reforçada pelo valor de 87.054,00 €, que corresponde ao 1º semestre do ano. Em 2021 mantêm-se a provisão para outros riscos e encargos – participação para o Serviço Nacional de Saúde no valor total de 990.718,00 €.”

- Provisões para Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais

“No final de 2020 a provisão para Acidentes de Trabalho e doenças Profissionais cifra-se no valor de 383.007,16 € para reconhecimento das responsabilidades futuras com as pensões vitalícias de Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais que os

SMTUC estão obrigados a pagar aos respetivos beneficiários através da Caixa Geral de Aposentações.

Durante o ano de 2021 foi anulada a provisão no valor de 21.463,08 €, que corresponde aos pagamentos efetuados pelos SMTUC à CGA.

No final de 2021 foi efetuado o cálculo atual das responsabilidades futuras. Este cálculo teve como pressupostos a utilização das tábuas de mortalidade disponíveis para Portugal 2018-2020 emitidas pelo INE e uma taxa de juro de 2,5%.

Assim, o valor da provisão para reconhecimento das responsabilidades futuras relativas a Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais ascende a 377.186,55 €.

- Passivos Contingentes

“Os organismos emissores de normas de Contabilidade fazem depender o tipo de tratamento contabilístico do exposto referente às probabilidades de ocorrência de acontecimentos futuros. Assim, consoante se trate de acontecimentos prováveis, razoavelmente possíveis ou remotos, ser-lhes-á atribuída uma diferente forma de reflexo na informação financeira. Todas as normas convergem na ideia de que os factos contingentes se refletem nas demonstrações financeiras mediante o instrumento preconizado na doutrina contabilística para registo de perdas potenciais - a provisão. No entanto, o reconhecimento da provisão só será possível quando satisfeitas duas condições: estar perante um passivo contingente cuja probabilidade de ocorrência é provável e ser passível de uma estimativa razoável do seu impacto na situação patrimonial e financeira.

Para as situações em que não se possam cumprir os dois requisitos acima descritos, a informação sobre tais contingências será fornecida, não através de uma provisão, mas por meio da sua divulgação no anexo às demonstrações financeiras, desde que seja pelo menos razoavelmente possível a ocorrência de uma perda no futuro que seja confirmada pelo desenlace de um ou mais eventos futuros incertos.”

A Águas de Coimbra considera relevante a seguinte informação:

“Em 31 de dezembro de 2021, pendem sobre a Águas de Coimbra, as seguintes ações em tribunal:

- Ação administrativa especial de pretensão conexa com atos administrativos, proc.º n.º 888/14.9BECBR, que corre no Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra, cujo autor

e MIPAVI - Sociedade Imobiliária de Construções e Urbanizações. A ação e de 78.508,23 €;

- Ação administrativa comum, que corre, em forma ordinária, no Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra, proc.º n.º 210/13.0BECBR, em que e autor 3D - LAB, Comunicação e Gestão de Imagem, Lda. A ação e de 72.065,53 €;
- Ação administrativa que corre no Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra. Proc. n.º 272/20.4BECBR. Autor: João Carlos da Gama Dias Pacheco. Pedido: 23.776,12 €;
- Ação de contencioso pré-contratual que corre no Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto. Proc. n.º 1026/21.6BEPRT. Autor: CIMONTUBO - Tubagens e Soldadura, Lda. Pedido: "ser anulado o ato de adjudicação a sociedade DST - Domingos da Silva Teixeira, S.A. do concurso publico (...) para a empreitada designada par "SMM - Troco Portagem - Alto de São João -Adaptação da Infraestrutura a BRT, Adutora da Boa Vista e Drenagem Pluvial do Vale da Arregaça";
- Ação administrativa que corre no Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra. Proc. N.0 447/21.9BECBR. Autor: Silvino Ferreira de Paiva. Pedido: 2.600,00 €;
- Intimação para prestação de informações e passagem de certidões que corre no Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra. Proc. N.0 539/21 ABECBR. Autor: ZUME - Construções, S.A. Pedido: 30.000,01 €;

De acordo com informação jurídica, a probabilidade da Águas de Coimbra, ser condenada em algum destes processos e muito baixa, deste modo, para estas ações não foram constituídas provisões.

- Ação administrativa comum que corre no Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra. Proc." 244/18.9BECBR. Autor: Jorge dos Santos Unipessoal, Lda. Pedido: 4.706,05 €. Foi constituída provisão para esta ação em 2018;
- Ação administrativa que corre no Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra. Proc." 675/18.4BECBR. Autor: CONTEC- Construção e Engenharia, S.A. Pedido: 171.494,95 €. Foi constituída provisão para esta ação em 2018;
- Ação administrativa que corre no Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra. Proc. N.0 174/20.4BECBR. Autor: Aquino Construções, S.A. Pedido: 12.851,46€. Foi constituída provisão para esta ação em 2020.”

No que se refere ao Coimbra iParque – Parque para a Inovação em Ciência, Tecnologia e Saúde, S.A., informa-se o seguinte:

- Processos Judiciais em curso:

“A sociedade iParque é Autora de uma nova ação administrativa que, com o n.º de processo 169/21.0BECBR, corre termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra, contra o Ministério da Economia, onde é peticionado o pagamento da quantia de 200.851,23 €, um valor relacionado com o corte de subvenção referente à I fase de infraestruturas.”

- Contencioso Tributário:

“Em 6 de julho de 2011, a sociedade iParque solicitou um pedido de informação vinculativa, no sentido de obter a aprovação para a dedução prévia do IVA relativo às partes comuns das infraestruturas da 1.ª Fase. Com o parecer favorável por parte da Autoridade Tributária e Aduaneira (AT), a sociedade efetuou um reembolso de 690.242,50 €. Este reembolso foi alvo de uma ação inspetiva por parte da AT, sem qualquer correção.

Este procedimento foi acompanhado por uma empresa especializada (a KPMG).

Em outubro de 2016, o iParque foi objeto de uma nova ação inspetiva por parte da AT, relacionada novamente com o IVA deduzido referente às partes comuns das infraestruturas da 1.ª Fase.

No dia 23 de janeiro de 2018, a iParque foi notificada do relatório de inspeção tributária, no qual esta indica que a sociedade iParque procedeu à dedução indevida de IVA no montante de 593.608,55 €. Tendo em conta a decisão tomada em 2011 pela AT, a consultoria jurídica refuta por completo esta decisão, indicando que no caso em concreto não existe matéria de facto para tal.

Em 27 de julho de 2019 foi apresentada a Reclamação Graciosa na Direção de Finanças de Coimbra, no âmbito da reclamação, em 8 de junho de 2021 foi efetuada uma hipoteca voluntária a favor da Autoridade Tributária e Aduaneira do lote 18, como garantia dos processos de execução n.º 3050202101045016 e 3050202101045024, no montante máximo de 651.064,94 €.

Em janeiro de 2019 foi proferida a decisão de indeferimento da Reclamação Graciosa, tendo sido apresentada Impugnação Judicial contra a indicada decisão, bem como contra as liquidações de IVA que manteve, a qual encontra-se a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra sob o processo n.º Processo n.º 322/19.7BECBR.

No exercício de 2019 foi vendido à Olympus 2 lotes de terrenos, em que o Valor Patrimonial Tributário (VPT) foi superior ao Valor de Venda (VV). A Administração

não concorda com a tributação resultante do acréscimo de IRC referente ao 2019, no montante resultante da diferença positiva de: VPT- VV aplicando a taxa de IRC. E no âmbito processual a empresa e o Presidente do Conselho de Administração, bem como o Vogal do CA na defesa dos interesses da empresa autorizaram o levantamento do sigilo bancário da empresa e deles próprios. A empresa não declarou voluntariamente, pelo que a Autoridade tributaria promoveu a uma liquidação adicional de IRC no valor de 172.933,22 €.

A M22 respeitante ao exercício de 2020, foi submetida dentro do prazo legal, mas não foi validada devido a inscrevermos os prejuízos fiscais, que na conta corrente para a Autoridade Tributaria (A.T.) foram absorvidos pela liquidação adicional oficiosa de IRC de 2019 que a iParque não aceita. A sociedade encontra-se a aguardar a liquidação oficiosa da M22 de 2020 por parte da A.T., para na devida altura efetuarmos a reclamação, nos mesmos fundamentos da liquidação de IRC 2019.”

Nota 24 – Demonstrações orçamentais consolidadas

24.1 – Conciliação de caixa e seus equivalentes com o saldo de gerência em 31.12.2021

Uma vez que o perímetro de consolidação orçamental é mais restrito que o perímetro de consolidação financeira, não incluindo todas as entidades, o saldo de caixa e seus equivalentes não corresponde ao saldo de gerência apurado nas demonstrações orçamentais consolidadas.

Dando cumprimento à recomendação constante na FAQ 18 divulgada pela Comissão de Normalização Contabilística, apresenta-se conciliação entre o saldo de caixa e seus equivalentes relativo ao perímetro de controlo e o saldo de gerência relativo ao perímetro orçamental, que não inclui a entidade AC, Águas de Coimbra, EM.

Caixa seus equivalentes consolidados em 31.12.2021	19 746 110,53 €
Caixa e seus equivalentes entidades excluídas do perímetro orçamental	
Águas de Coimbra EM	- 2 734 614,94 €
Eliminações a caixa e seus equivalentes referentes a operações com entidades excluídas do perímetro orçamental	- 21 552,91 €
Saldo de gerência consolidado em 31.12.2021	16 989 942,68 €

24.2 – Alteração do perímetro de consolidação orçamental com aplicação retrospectiva

O perímetro de consolidação orçamental está restringido às administrações públicas (entidades que compõem os subsectores da Administração Central, Segurança Social, Administração Local e Regiões Autónomas) reclassificadas pelo Instituto Nacional de Estatística.

Neste pressuposto, a entidade AC Águas de Coimbra, EM, por não constar da lista publicada pelo INE em maio de 2021, não integra o perímetro orçamental em 2021.

Os valores dos comparativos do ano de 2020 apresentados nos mapas orçamentais da prestação de contas consolidada de 2021 correspondem aos valores dos respetivos documentos constantes na prestação de contas de 2020.

Considerando que o perímetro orçamental apurado em 2020 foi diferente do apurado em 2021, sendo que o perímetro do ano anterior incluía a empresa Águas de Coimbra, EM e o do corrente ano não, e que o volume de receita e despesa desta entidade é materialmente significativo, apresenta-se abaixo o efeito desta alteração do perímetro na demonstração consolidada do desempenho orçamental de 2021 e nos números comparativos reexpressos do ano 2020:

Município de Coimbra				
Demonstração consolidada do desempenho orçamental do período findo em 31.12.2021				
Ano de 2020 reexpresso com perímetro orçamental apurado em 2021				
	2021	2020 reexpresso	2021	2020 reexpresso
RECEBIMENTOS				
Saldo da gerência anterior	25 377 843,07 €	37 969 853,13 €		
Operações Orçamentais [1]	21 133 797,30 €	33 985 040,93 €		
Operações de tesouraria [A]	4 244 045,77 €	3 984 812,20 €		
Receita corrente	102 659 933,87 €	85 511 291,94 €		
Receita Fiscal	47 823 017,05 €	44 430 074,60 €		
Contrib p/ sistemas proteção social e subsistemas de saúde	- €	- €		
Taxas, multas e outras penalidades	3 821 566,56 €	7 676 821,95 €		
Rendimentos de propriedade	4 081 986,58 €	3 871 150,72 €		
Transferências e subsídios correntes	38 189 767,72 €	23 190 607,45 €		
Venda de bens e serviços	6 528 058,31 €	4 940 348,94 €		
Outras receitas correntes	2 215 537,65 €	1 402 288,28 €		
Receita de capital	16 021 138,79 €	5 138 610,32 €		
Venda de bens de investimento	292 500,00 €	246 747,00 €		
Transferências e subsídios de capital	15 728 638,79 €	4 898 210,35 €		
Outras receitas de capital	- €	6 347,03 €		
Reposições não abatidas aos pagamentos	28 410,77 €	94 042,61 €		
Receita efetiva [2]	118 709 483,43 €	90 743 944,87 €		
Receita não efetiva (3)	4 914 535,80 €	1 099 354,99 €		
Receita com ativos financeiros	12 915,24 €	16 354,99 €		
Receita com passivos financeiros	4 901 620,56 €	1 083 000,00 €		
Soma [4]=[1]+[2]+[3]	144 757 816,53 €	125 828 340,79 €		
Operações de tesouraria [B]	2 685 478,60 €	1 302 733,98 €		
PAGAMENTOS				
Despesa corrente	96 141 935,02 €	75 981 975,34 €		
Despesas com o pessoal	49 389 841,07 €	39 798 967,26 €		
Aquisição de bens e serviços	36 101 497,52 €	29 067 108,39 €		
Juros e outros encargos	238 691,99 €	418 600,82 €		
Transferências e subsídios correntes	9 705 736,04 €	6 240 379,64 €		
Outras despesas correntes	706 168,40 €	456 919,23 €		
Despesa de capital	33 632 548,89 €	25 044 983,12 €		
Aquisição de bens de capital	31 206 418,71 €	22 457 871,33 €		
Transferência e subsídios de capital	2 373 648,51 €	2 178 942,33 €		
Outras despesas de capital	52 481,67 €	408 169,46 €		
Despesa efetiva [5]	129 774 483,91 €	101 026 958,46 €		
Despesa não efetiva (6)	3 811 612,44 €	3 667 585,03 €		
Despesa com ativos financeiros	1 742 635,09 €	- €		
Despesa com passivos financeiros	2 068 977,35 €	3 667 585,03 €		
Soma [7]=[5]+[6]	133 586 096,35 €	104 694 543,49 €		
Operações de tesouraria [C]	1 111 301,87 €	1 043 500,41 €		
Saldo para a gerência seguinte	16 989 942,68 €	25 377 843,07 €		
Operações orçamentais [8] = [4]-[7]	11 171 720,18 €	21 133 797,30 €		
Operações de tesouraria [D]=[A]+[B]-[C]	5 818 222,50 €	4 244 045,77 €		

Nota 25 – Nota final

As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis às contas consolidadas deste Município, ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras.

Processos Judiciais em Curso 2021

Proc. Q.	Ano	Advos.	Área	Assunto	Tipo de ação	N.º proc.	Partes	Município intervém como	Estimativa encargos financeiros	Descrição	Probabilidade de condenação do Município	Notação	Reconhecimento	Divulgação
1	2014	AA	Obras municipais	Peticiona a resolução judicial do contrato de empreitada "Centro de Convenções -Convento de S. Francisco" e pagamento de indemnização	Ação Adm. Comum	134/14.4BECBR	Autor: MRG - Engenharia e Construção SA	Réu	€ 8 210 074,00	<p>24/02/2020 atualizado a 30/03/2021 (ROC) - A A&A envia um quadro que foi remetido por eles ao ROC com os seguintes dados: Descrição do litígio: Peticionou o Autor a resolução, por facto imputável ao Município, do contrato de empreitada celebrado entre este e a MRG para a execução do "Centro de Convenções e Espaço Cultural do Convento de S. Francisco/Coimbra" - ou, subsidiariamente, a respetiva declaração de nulidade - e a condenação dos Réus a indemnizar a MRG no montante de € 8.210.074,00. Em contestação à ação, o Município de Coimbra deduziu um pedido reconvenicional de condenação da MRG a indemnizar o Réu Reconvinte no montante global de € 15.125.883,00. Valor do risco: O Município impugnou todos os factos e todos os prejuízos alegados pela MRG e deduziu um pedido reconvenicional num montante superior a € 15.000.000,00. De salientar que foi apresentada pelos mandatários da MRG uma proposta de acordo, que foi rejeitada nos termos em que foi apresentada, mas está neste momento a ser avaliada a possibilidade de uma contraproposta. Posição atual da ação: A correr prazo para indicação dos quesitos para a perícia.</p> <p>14/07/2020 - A A&A informa o seguinte: Confirmamos os dados constantes do relatório em anexo. Sem prejuízo de compreender a necessidade de definir um grau de risco, certo é que, atenta a complexidade dos processos em causa, não nos é possível estabelecer/ definir um grau de probabilidade de perda / ganho, e em que grau, com total assertividade. Se por um lado é certo que apresentámos no âmbito dos autos em causa os melhores fundamentos de facto e de direito para defender o Município, face às lides em causa, certo é que em casos de processos de elevada complexidade, como os que nos estão confiados, mais difícil se torna proceder a juízos de prognose póstuma.Sem prejuízo do que se disse, atenta a especial de necessidade de proceder ao ajustamento das provisões, poder-se-á dizer existir em todos os processos uma hipótese média de perda / ganho (representando-se dessa forma a incerteza acima mencionada).</p>	10/05/2021 - Média	< ou = 50%	Não	Sim
2	2014	AA	Obras municipais	Peticiona a anulação da rescisão de contrato e indemnização por execução ilegal das garantias bancárias	Ação Adm. Especial	441/14.6BECBR	Autor: MRG - Engenharia e Construção SA	Réu	€ 2 137 577,87	<p>24/02/2020 atualizado a 30/03/2021 (ROC) - A A&A envia um quadro que foi remetido por eles ao ROC com os seguintes dados: Descrição do litígio: Peticionou a Autora o reconhecimento do direito a uma prorrogação legal do prazo de execução do contrato de empreitada do "Centro de Convenções e Espaço Cultural do Convento de S. Francisco/Coimbra", a anulação da decisão de rescisão do referido contrato pelo Município de Coimbra e a condenação do Município a indemnizar a MRG no montante de € 2.137.577,87. Valor do risco: O Município impugnou todos os factos e todos os prejuízos alegados pela MRG. É ainda relevante o facto de o MC ter invocado a exceção de caducidade do direito de ação relativamente às garantias bancárias, a qual, se proceder, implicará a impossibilidade de apreciação da legalidade da execução das garantias e, consequentemente, o indeferimento do pedido formulado pela MRG no montante de € 2.137.577,87. De salientar que foi apresentada pelos mandatários da MRG uma proposta de acordo, que foi rejeitada nos termos em que foi apresentada, mas está neste momento a ser avaliada a possibilidade de uma contraproposta. Posição atual da ação: O processo encontra-se suspenso aguardar decisão do processo n.º 134/14BECBR.</p> <p>14/07/2020 - A A&A informa o seguinte: Confirmamos os dados constantes do relatório em anexo. Sem prejuízo de compreender a necessidade de definir um grau de risco, certo é que, atenta a complexidade dos processos em causa, não nos é possível estabelecer/ definir um grau de probabilidade de perda / ganho, e em que grau, com total assertividade. Se por um lado é certo que apresentámos no âmbito dos autos em causa os melhores fundamentos de facto e de direito para defender o Município, face às lides em causa, certo é que em casos de processos de elevada complexidade, como os que nos estão confiados, mais difícil se torna proceder a juízos de prognose póstuma.Sem prejuízo do que se disse, atenta a especial de necessidade de proceder ao ajustamento das provisões, poder-se-á dizer existir em todos os processos uma hipótese média de perda / ganho (representando-se dessa forma a incerteza acima mencionada).</p>	30/03/2021 -A A&A informa o seguinte sobre os 5 processos: Confirmamos os dados constantes do relatório em anexo. Sem prejuízo de compreender a necessidade de definir um grau de risco, certo é que, atenta a complexidade dos processos em causa, não nos é possível estabelecer/ definir um grau de probabilidade de perda / ganho, e em que grau, com total assertividade. Se por um lado é certo que apresentámos no âmbito dos autos em causa os melhores fundamentos de facto e de direito para defender o Município, face às lides em causa, certo é que em casos de processos de elevada complexidade, como os que nos estão confiados, mais difícil se torna proceder a juízos de prognose póstuma.Sem prejuízo do que se disse, atenta a especial de necessidade de proceder ao ajustamento das provisões, poder-se-á dizer existir em todos os processos uma hipótese média de perda / ganho (representando-se dessa forma a incerteza acima mencionada).	< ou = 50%	Não	Sim

Proc. Q.	Ano	Advos.	Área	Assunto	Tipo de ação	N.º proc.	Partes	Município intervém como	Estimativa encargos financeiros	Descrição	Probabilidade de condenação do Município	Notação	Reconhecimento	Divulgação
3	2014	AA	Urbanismo	Pagamento de danos patrimoniais decorrentes da prática de atos administrativos - deferimento do PIP apresentado pela IKEA; decisão de abandono da EU do plano de S.ª Clara e ilegalidade da omissão de deteção atempada da mancha de sobreiros existentes	Ação Adm. Comum	736/14.9BECBR	Autor: LUSIMOVEST - Fundo de Investimento Imobiliário	Réu	€ 25 125 102,00	24/02/2020 atualizado a 30/03/2021(ROC) - A A&A envia um quadro que foi remetido por eles ao ROC com os seguintes dados: Descrição do litígio: Ação Administrativa Comum de Responsabilidade Civil Extracontratual pela prática de atos e omissões administrativos ilegais iniciada pelo LUSIMOVEST - Fundo de Investimento Imobiliário contra o Município de Coimbra, solicitando a condenação do Município a pagar uma indemnização por danos patrimoniais decorrentes da prática de atos e omissões administrativos, melhor especificados na Petição inicial, no total de €7.107.152,15, e o reembolso das despesas com honorários no âmbito da referida ação, cujo montante definitivo vier a ser determinado em julgamento ou, subsidiariamente, a pagar uma indemnização por danos patrimoniais decorrentes da prática de atos e omissões administrativos ilegais no valor correspondente ao valor da aquisição do terreno, fixado em €0.451.898,97, ao valor pago pelo Lusimovest à Bascol, a título de prêmio resultante da obtenção de uma majoração de 17% da área bruta de construção, aprovada pela Câmara Municipal de Coimbra, em 2005, fixado em €3.898.098,00 e ao valor correspondente a todas as despesas relativas à execução de trabalhos de limpeza necessários no respetivo terreno e às despesas efetuadas tendo em vista a concretização da Unidade de Execução, designadamente com a elaboração de projetos e de levantamentos topográficos que informaram ou instruíram o projeto urbanístico, bem como a adjudicação de pareceres jurídicos sobre a Unidade de Execução do Plano de Santa Clara, que somam o valor de € 14.438.910,94 e a reembolsar as despesas com honorários do mandatário judicial, cujo montante definitivo se vier a determinar em julgamento. Valor do risco: O Município impugnou a maioria dos factos e todos os prejuízos alegados pelo Lusimovest - Fundo de Investimento Imobiliário. Entende-se que, a probabilidade de o MC ser condenado na totalidade do pedido é média, atendendo aos argumentos de facto e de direito por ele aduzidos. Contudo, tendo o presente processo judicial subjacente complexas e singulares questões de Direito do Urbanismo e do Ordenamento do Território sempre se terá de aguardar em última instância pela interpretação que seja feita pelo Tribunal das matérias em causa e bem assim pela prova que venha a ser produzida, não se podendo portanto assim tecer quaisquer juízos sobre o sentido decisório que o Tribunal adotará. Posição atual da ação: Realizou-se no passado dia 04/12/2019 a referida audiência prévia. Não tendo sido possível alcançar acordo informou o Tribunal de que iria proceder à notificação do despacho saneador, do projeto do objeto do litígio e dos temas da prova, segundo os autos a sua tramitação normal. Foi entregue o MC, notificado de um despacho o qual determinou a ampliação do pedido, com a admissão do pedido subsidiário de ampliação do pedido indemnizatório originário, para o montante de €5.125.102,00 e notificação para pronúncia quanto ao projeto de despacho saneador, estando em prazo para se apresentar tal pronúncia. Sem prejuízo de compreender a necessidade de definir um grau de risco, certo é que, atenta a complexidade dos processos em causa, não nos é possível estabelecer/ definir um grau de probabilidade de perda / ganho, e em que grau, com total assertividade. Se por um lado é certo que apresentamos no âmbito dos autos em causa os melhores fundamentos de facto e de direito para defender o Município, face às lides em causa, certo é que em casos de processos de elevada complexidade, como os que nos estão confiados, mais difícil se torna proceder a juízos de prognose póstuma. Sem prejuízo do que se disse, atenta a especial de necessidade de proceder ao ajustamento das provisões, poder-se-á dizer existir em todos os processos uma hipótese média de perda / ganho (representando-se dessa forma a incerteza acima mencionada).	30/03/2021 - A A&A informa o seguinte sobre os 5 processos: Confirmamos os dados constantes do relatório em anexo. Sem prejuízo de compreender a necessidade de definir um grau de risco, certo é que, atenta a complexidade dos processos em causa, não nos é possível estabelecer/ definir um grau de probabilidade de perda / ganho, e em que grau, com total assertividade. Se por um lado é certo que apresentamos no âmbito dos autos em causa os melhores fundamentos de facto e de direito para defender o Município, face às lides em causa, certo é que em casos de processos de elevada complexidade, como os que nos estão confiados, mais difícil se torna proceder a juízos de prognose póstuma. Sem prejuízo do que se disse, atenta a especial de necessidade de proceder ao ajustamento das provisões, poder-se-á dizer existir em todos os processos uma hipótese média de perda / ganho (representando-se dessa forma a incerteza acima mencionada).	< ou = 50%	Não	Sim
4	2017	AA	Urbanismo	Declaração de nulidade das deliberações de 27/06/2015 e de 23/07/2015, que promoveram abertura de procedimento de alienação por hasta pública e adjudicaram o lote 24 e anulação do contrato de compra e venda	Ação Adm.	378/17.7BECBR	Autor: Pratagest - Investimento e Gestão Ld.ª	Réu	€ 754 218,00	24/02/2020 atualizado a 30/03/2021(ROC) - A A&A envia um quadro que foi remetido por eles ao ROC com os seguintes dados: Descrição do litígio: Foi apresentado pela Autora o seguinte: a) A declaração de nulidade dos atos administrativos - concretização das deliberações camarárias de 27/06/2015 e de 23/07/2015; b) A consequente nulidade do contrato de compra e venda celebrado entre a Autora e o Réu relativamente ao lote 24; c) A título subsidiário, não sendo o referido contrato declarado nulo, sempre deverá o mesmo ser anulado; d) Cumulativamente com qualquer dos pedidos de declaração de nulidade / anulação, petição no, também, a Pratagest o reconhecimento: i) Do direito a ser indemnizada pelo Réu, por alegada violação por parte deste dos deveres contratuais, nos termos do artigo 227.º do Código Civil, como seja, no meadamento, o dever de agir de acordo com a boa-fé, no montante de €754.218,00 (setecentos e cinquenta e quatro mil duzentos e dezoito euros) - ou, caso tal não se entenda, no mínimo por 487.500,00€ (quatrocentos e oitenta e sete mil quinhentos euros), ambos a título de lucros cessantes, a que acrescem os juros indemnizatórios devidos sobre tal quantia, à taxa legal em vigor, desde a data da citação para a ação até efetivo e integral pagamento; ii) ou, a título subsidiário, caso se entenda que para além de ver o negócio anulado/declarado nulo, a A. apenas tem direito a ser colocada na situação em que estaria não fosse a celebração do contrato, deve a mesma ser reembolsada no montante de €492.629,44 a título de prejuízos havidos, a que acrescem os juros indemnizatórios devidos sobre tal quantia, à taxa legal em vigor, desde a data da citação para a ação até efetivo e integral pagamento; e) E a título subsidiário aos pedidos anteriores, petição a Autora o reconhecimento do seu direito a resolver o contrato e que essa resolução seja decretada pelo Tribunal tendo por base a i) perda do interesse na prolação da decisão por parte do Réu e ii) por impossibilidade objetiva da realização da prestação por causa não imputável à Autora (artigo 790.º do CC); e cumulativamente com o pedido de resolução do contrato, petição que seja reconhecido pelo Tribunal o direito a ser indemnizada, nos mesmos termos acima determinados - alínea d)-, ou seja pelos lucros cessantes - ou, a título subsidiário, a título de prejuízos havidos; g) E ainda e a final, petição a Autora que deverá o Tribunal proceder à anulação do ato administrativo de 04/04/2017, por via do qual foi suspenso o procedimento administrativo em causa. Valor do risco: Sem prejuízo de compreender a necessidade de definir um grau de risco, certo é que, atenta a complexidade dos processos em causa, não nos é possível estabelecer/ definir um grau de probabilidade de perda / ganho, e em que grau, com total assertividade. Se por um lado é certo que apresentamos no âmbito dos autos em causa os melhores fundamentos de facto e de direito para defender o Município, face às lides em causa, certo é que em casos de processos de elevada complexidade, como os que nos estão confiados, mais difícil se torna proceder a juízos de prognose póstuma. Sem prejuízo do que se disse, atenta a especial de necessidade de proceder ao ajustamento das provisões, poder-se-á dizer existir em todos os processos uma hipótese média de perda / ganho (representando-se dessa forma a incerteza acima mencionada).	30/03/2021 - A A&A informa o seguinte sobre os 5 processos: Confirmamos os dados constantes do relatório em anexo. Sem prejuízo de compreender a necessidade de definir um grau de risco, certo é que, atenta a complexidade dos processos em causa, não nos é possível estabelecer/ definir um grau de probabilidade de perda / ganho, e em que grau, com total assertividade. Se por um lado é certo que apresentamos no âmbito dos autos em causa os melhores fundamentos de facto e de direito para defender o Município, face às lides em causa, certo é que em casos de processos de elevada complexidade, como os que nos estão confiados, mais difícil se torna proceder a juízos de prognose póstuma. Sem prejuízo do que se disse, atenta a especial de necessidade de proceder ao ajustamento das provisões, poder-se-á dizer existir em todos os processos uma hipótese média de perda / ganho (representando-se dessa forma a incerteza acima mencionada).	< ou = 50%	Não	Sim

Proc. Q.	Ano	Advos.	Área	Assunto	Tipo de ação	N.º proc.	Partes	Município intervém como	Estimativa encargos financeiros	Descrição	Probabilidade de condenação do Município	Notação	Reconhecimento	Divulgação
5	2019	AA	Organização e funcionamento adm. pb.	Pedido de pagamento de indemnização - Clube Futebol União de Coimbra - protocolo com a CMC onde permuta um terreno que incluía o Campo de Jogos da Arregaça e recebia um terreno na zona da Arregaça		510/19.6BECBR	Autor: Mário Ferreira e Amadeu - Investimento Imobiliários, Lda.	Réu	€ 2 082 934,00	24/02/2020 atualizado a 30/03/2021(ROC) - A A&A envia um quadro com os seguintes dados: Descrição do litígio: Pretende a Autora ver reconhecida a existência de um pretensio direito indemnizatório, no montante global nunca inferior a €2.082.934,00, incluindo juros de mora vencidos, no montante de €814.96,00 proveniente de uma alegada verificação de situação de responsabilidade civil extracotratual do R. e, subsidiariamente, não procedendo aquele primeiro pedido, a condenação do R., decorrente de uma pretensa situação de enriquecimento sem causa, a indemnizar o A. no valor de €17.894,00, acrescido dos respetivos juros vencidos, calculados desde a data em que se verificou esse mesmo enriquecimento, no montante de €317.28,00, para além dos juros vencidos. Valor do risco: O Município impugnou a maioria dos factos e todos os prejuízos alegados pela Autora. Considera-se que é finita/médica a possibilidade de o Município de Coimbra vir a ser condenado, desde logo tendo em conta o Parecer emitido pelo Ministério que se pronunciou no seguinte sentido: "Procurador da República neste TAF de Coimbra, vem aos autos à margem referenciados, nos termos e para os efeitos do art.º 85º, n.º 2 e 4 do CPTA acompanhar o teor da contestação apresentada pelo Réu Município de Coimbra na ação que aqui dá por inteiramente reproduzida para todos os efeitos legais, não vislumbrando nada de relevante a acrescentar à mesma". Contudo, sempre se terá de aguardar em última instância pela interpretação que seja feita pelo Tribunal das matérias em causa e bem assim pela prova que venha a ser produzida, não se podendo, portanto, assim tecer quaisquer juízos sobre o sentido decisorio que o Tribunal adotará. Posição atual da ação: Encontrando-se já finda a fase dos articulados encontrando-se as partes a aguardar despacho do Tribunal. 14/07/2020 - A A&A informa o seguinte: Confirmamos os dados constantes do relatório em anexo. Sem prejuízo de compreender a necessidade de definir um grau de risco, certo é que, atenta a complexidade dos processos em causa, não nos é possível estabelecer/ definir um grau de probabilidade de perda / ganho, e em que grau, com total assertividade. Se por um lado é certo que apresentámos no âmbito dos autos em causa os melhores fundamentos de facto e de direito para defender o Município, face às lides em causa, certo é que em casos de processos de elevada complexidade, como os que nos estão confiados, mais difícil se torna proceder a juízos de prognose póstuma. Sem prejuízo do que se disse, atenta a especial de necessidade de proceder ao ajustamento das provisões, poder-se-á dizer existir em todos os processos uma hipótese média de perda / ganho (representando-se dessa forma a incerteza acima mencionada).	30/03/2021 - A A&A informa o seguinte sobre os 5 processos: Confirmamos os dados constantes do relatório em anexo. Sem prejuízo de compreender a necessidade de definir um grau de risco, certo é que, atenta a complexidade dos processos em causa, não nos é possível estabelecer/ definir um grau de probabilidade de perda / ganho, e em que grau, com total assertividade. Se por um lado é certo que apresentámos no âmbito dos autos em causa os melhores fundamentos de facto e de direito para defender o Município, face às lides em causa, certo é que em casos de processos de elevada complexidade, como os que nos estão confiados, mais difícil se torna proceder a juízos de prognose póstuma. Sem prejuízo do que se disse, atenta a especial de necessidade de proceder ao ajustamento das provisões, poder-se-á dizer existir em todos os processos uma hipótese média de perda / ganho (representando-se dessa forma a incerteza acima mencionada).	< ou = 50%	Não	Sim
6	2020	AA	Expropriação	Pedido de indemnização pela apropriação indevida de terrenos. O Município através de aprovação municipal fez a cedência para o domínio público municipal - para execução da Circular Interna - de parcelas propriedade do autor, à época, Vilões – Investimentos Imobiliários e Turísticos, Lda.º., por contrapartida da bonificação das áreas a construir no loteamento " Urbanização Colinas de Vale Meio", acordo que nunca se concretizou uma vez que a Câmara Municipal nunca chegou a emitir o alvará que garantia o domínio sobre aquelas parcelas e terrenos.	Ação de Processo Comum	4208/20.4T8CBR	Autor: Apícola - Investimentos, S.A.	Réu	€ 3 600 000,00	30/03/2021 (ROC) - A A&A informa o seguinte: Atenta a complexidade dos processos em causa, não nos é possível estabelecer/ definir um grau de probabilidade de perda / ganho, e em que grau, com total assertividade. Se por um lado é certo que apresentámos no âmbito dos autos em causa os melhores fundamentos de facto e de direito para defender o Município, face às lides em causa, certo é que em casos de processos de elevada complexidade, como os que nos estão confiados, mais difícil se torna proceder a juízos de prognose póstuma. Sem prejuízo do que se disse, atenta a especial de necessidade de proceder ao ajustamento das provisões, poder-se-á dizer existir em todos os processos uma hipótese média de perda / ganho (representando-se dessa forma a incerteza acima mencionada).	20/04/2021 - A A&A informa que, importará, contudo, ressaltar que sem prejuízo de compreender a necessidade de definir um grau de risco, certo é que, atenta a complexidade dos processos em causa, não nos é possível estabelecer/ definir um grau de probabilidade de perda / ganho, e em que grau, com total assertividade. Se por um lado é certo que apresentámos no âmbito dos autos em causa os melhores fundamentos de facto e de direito para defender o Município, face às lides em causa, certo é que em casos de processos de elevada complexidade, como os que nos estão confiados, mais difícil se torna proceder a juízos de prognose póstuma.	< ou = 50%	Não	Sim

Proc. Q.	Ano	Advos.	Área	Assunto	Tipo de ação	N.º proc.	Partes	Município intervém como	Estimativa encargos financeiros	Descrição	Probabilidade de condenação do Município	Notação	Reconhecimento	Divulgação
7	2020	AA	Financeiro	Pedido de condenação de quantia certa e de responsabilidade civil - O Autor exerceu funções de Diretor da DMAT, entre 06/01/2010 e 04/04/2013, durante esse período o DIAP imputou-lhe dois crimes (prática de abuso de poder em autoria material) e de um crime de prevaricação em coautoria material), pelo quais foi julgado e absolvido. Para sua defesa teve de contratar um advogado, pois o município não lhe permitiu ser defendido por um mandatário do Município, pelo que, solicita o ressarcimento das despesas tidas com o processo de defesa	Ação Adm.	543/20.0BECBR	Autor: António José de Magalhães Cardoso	Réu	€ 22 424,90	30/03/2021 (ROC) - Atenta a complexidade dos processos em causa, não nos é possível estabelecer/ definir um grau de probabilidade de perda / ganho, e em que grau, com total assertividade. Se por um lado é certo que apresentámos no âmbito dos autos em causa os melhores fundamentos de facto e de direito para defender o Município, face às lides em causa, certo é que em casos de processos de elevada complexidade, como os que nos estão confiados, mais difícil se torna proceder a juízos de prognose póstuma. Sem prejuízo do que se disse, atenta a especial de necessidade de proceder ao ajustamento das provisões, poder-se-á dizer existir em todos os processos uma hipótese média de perda / ganho (representando-se dessa forma a incerteza acima mencionada).	20/04/2021 - A A&A informa que, importará, contudo, ressaltar que sem prejuízo de compreender a necessidade de definir um grau de risco, certo é que, atenta a complexidade dos processos em causa, não nos é possível estabelecer/ definir um grau de probabilidade de perda / ganho, e em que grau, com total assertividade. Se por um lado é certo que apresentámos no âmbito dos autos em causa os melhores fundamentos de facto e de direito para defender o Município, face às lides em causa, certo é que em casos de processos de elevada complexidade, como os que nos estão confiados, mais difícil se torna proceder a juízos de prognose póstuma. 30/07/2021 - A A&A informa que face à sentença proferida - considera-se como existindo risco baixo de que, em caso de recurso, o TCAN venha a conceder provimento ao recurso	< ou = 50%	Não	Sim
8	2011	ATM	Financeiro	Pagamento de dívida	Injunção	203402/11.0YIPRT	Requerente: Construdémia	Requerido	€ 34 889,41		14/07/2020 sem alteração a 29/03/2021 - Média	< ou = 50%	Não	Sim
9	2014	ATM	Responsabilidade civil	Pedido de indemnização (por ocupação de terreno)		435/15.4BECBR (n.º do processo anterior - 604/14.4TBCBR)	Autor: BP Portugal - Comércio de Combustíveis e Lubrificantes, SA	Réu	€ 1 175 996,63	03/03/2017 - Esta ação foi remetida para o TAFCC por despacho de 28/04/2015 e foi-lhe atribuído o n.º 435/15.4BECBR, com o valor de €1.175.996,63. Anteriormente tinha o valor de €1.133.000,00	14/07/2020 sem alteração a 29/03/2021 - Média	< ou = 50%	Não	Sim
10	2013	ATM	Responsabilidade civil	Pedido de indemnização (por ocupação de terreno)	Ação de Processo Ordinário	8158/18.6T8CBR (n.º do processo anterior - 374/14.6BECBR) (n.º do processo anterior - 856/13.7TBCBR)	Autor: Apoteose Imobiliária, SA e outros- Réu: EP - Estradas de Portugal, SA e outros	Réu	€ 307 360,00	10/11/2016 - O processo foi remetido ao TAFCC, por ter sido julgado incompetente o Tribunal Comum, tendo-lhe sido atribuído o n.º 374/14.6BECBR. O processo tem conclusão aberta para ser proferido despacho desde o dia 19/04/2016. Ao valor de encargos financeiros pode acrescer juros de mora.	14/07/2020 sem alteração a 29/03/2021 - Média	< ou = 50%	Não	Sim
11	2015	ATM	Obras municipais	Pagamento das quantias por execução da empreitada "Passagem Hidráulica sob a ex.- EN1 - Rio de Fornos - Construção"	Ação Adm. Comum	595/15.4BECBR	Autor: Oliveiras, SA	Réu	€ 170 213,35	Ao valor de encargos financeiros pode acrescer juros de mora. 11/07/2019 - A advogada informa que o valor da causa foi alterado de €131.590,57 para €170.213,35. 26/02/2020 - A advogada informa que o valor da estimativa de encargos corresponde a €170.213,35.	14/07/2020 sem alteração a 29/03/2021 - Média	< ou = 50%	Não	Sim
14	2019	ATM	Responsabilidade civil	Pedido de pagamento de indemnização, a título de responsabilidade civil, pela ilegalidade do ato administrativo prolatado pelo Réu e pela sua conduta de inexecução de decisão judicial proferida no âmbito do processo 196/07.0BECBR	Ação Adm.	412/19.6BECBR	Autor: Maria Emília Abrantes C. Almeida Contrainteressada: Maria Teresa Vinhais Gomes	Réu	€ 14 192,59		14/07/2020 sem alteração a 29/03/2021 - Média	< ou = 50%	Não	Sim

Proc. Q.	Ano	Advos.	Área	Assunto	Tipo de ação	N.º proc.	Partes	Município intervém como	Estimativa encargos financeiros	Descrição	Probabilidade de condenação do Município	Notação	Reconhecimento	Divulgação
17	2018	ATM	Responsabilidade civil	Pedido de indemnização (por danos ocorridos no veículo devido à queda de parte de uma árvore)	Ação Adm.	584/18.7BECBR	Autor: Paula Cristina dos Santos Piedade Martins	Réu	€ 1 680,37	Foi requerida a intervenção da Companhia de Seguros por existir seguro. Ao valor solicitado são acrescidos de 4% ao ano, por juros vencidos.	14/07/2020 sem alteração a 29/03/2021 - Média	< ou = 50%	Não	Sim
18	2019	ATM	Responsabilidade civil	Pedido de reembolso por danos em automóvel devido à queda de ramo de uma árvore - dia 07/08/2016 - Rua de Conimbriga	Ação Adm.	243/19.3BECBR	Autor: LIBERTY SEGUROS ESPANA, S.A. e Ramon António Boabo Camba	Réu	€ 4 516,34	Foi requerida a intervenção da Companhia de Seguros por existir seguro	14/07/2020 sem alteração a 29/03/2021 - Média	< ou = 50%	Não	Sim
20	2019	ATM	Recursos Humanos	Custas no âmbito de processos de execuções fiscais - condenar ao pagamento de uma indemnização por danos patrimoniais no montante de € 10.041,64 e não patrimoniais no valor de € 12.500,00	Ação Adm.	617/19.0BECBR	Autor: Aldina Germano Costa	Réu	€ 22 541,64		14/07/2020 sem alteração a 29/03/2021 - Média	< ou = 50%	Não	Sim
21	2019	ATM	Responsabilidade civil	Pedido de pagamento de danos patrimoniais e não patrimoniais, por acidente que ocorreu no dia 20/09/2018, junto à rotunda do Centro de Saúde de Santa Clara, com um motociclo de marca Yamaha RN43	Ação Adm.	696/19.0BECBR	Autor: Patrícia Alexandra Dias Oliveira Bernardes	Réu	€ 15 801,06	Foi requerida a intervenção da Companhia de Seguros por existir seguro	14/07/2020 sem alteração a 29/03/2021 - Média	< ou = 50%	Não	Sim
22	2020	ATM	Responsabilidade contraordenacional	Contraordenação: Disposição da carga no veículo automóvel de forma a poder cair sobre a via pública, estando a mesma a oscilar, tornando perigoso o seu transporte, podendo provocar a projeção de detritos na estrada. O veículo fazia o transporte de monos.	Processo de CO	CO n.º 933131984	Autor: GNR	Arguido	€ 600,00		12/05/2021 - Média	< ou = 50%	Não	Sim
23	2020	ATM	Recursos Humanos	Colocação do trabalhador na 2.ª posição remuneratória, nível 15. Relevar avaliações de desempenho desde o ano de 2009. Pagamento das diferenças salariais.	Ação Adm.	136/20.1BECBR	Autor: SFAL (em representação de João Carlos Abreu Marques)	Réu	€ 29 745,15		14/07/2020 sem alteração a 29/03/2021 - Média	< ou = 50%	Não	Sim
24	2020	ATM	Responsabilidade civil	Pedido de indemnização (queda de árvore sobre o veículo de marca SEAT Ibiza (6K4-AAV-2), matrícula 36-46-DP, na Rua Doutor Daniel de Matos	Ação Adm.	84/20.5BECBR	Autor: António José Pacheco da Silva	Réu	€ 6 500,00	Foi requerida a intervenção da Companhia de Seguros por existir seguro	14/07/2020 - Média	< ou = 50%	Não	Sim
25	2020	ATM	Responsabilidade civil	Pedido de indemnização (por danos ocorridos no veículo/motociclo de passageiros), com a matrícula - 46-PB-01 - e no autor, devido à queda de ramo de uma árvore na Avenida Fernão Magalhães, no dia 15/09/2017, o qual provocou um despiste e colidiu contra um poste.	Ação Adm.	409/20.3BECBR (apenso ao proc. 235/10.0BECBR)	Autor: Alexandre Miguel Areosa Carvalho Antunes da Cunha	Réu e outros	€ 1 989 757,89	15/09/2020 - Além do valor peticionado podem acrescer juros de mora e despesas com tratamentos e cirurgias que o autor possa ter de realizar. Foi requerida a intervenção da Companhia de Seguros por existir seguro	12/05/2021 - Média	< ou = 50%	Não	Sim
26	2020	ATM	Responsabilidade civil	Acidente de trabalho de Alexandre Miguel Areosa de Carvalho Antunes da Cunha - a Autora peticiona o pagamento de indemnização já despendidas com o acidente, dado que o mesmo foi causado pela queda da ramada de uma árvore, sendo que compete ao Município fiscalizar e vigiar as condições do parque arbóreo municipal, tendo sido violado tal obrigação	Ação Adm.	235/20.0BECBR (tem como apenso o proc. 409/20.3BECBR)	Autora: Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.	Réu	€ 11 117,48	Foi requerida a intervenção da Companhia de Seguros por existir seguro	14/07/2020 sem alteração a 29/03/2021 - Média	< ou = 50%	Não	Sim
27	2020	ATM	Responsabilidade contraordenacional	Contraordenação: Maria João Robalo dos Santos Bastos encontrava-se a exercer funções na entidade - A Escola da Noite - Grupo de Teatro de Coimbra e foi vítima de um acidente de trabalho, pois o Município, que tem com esta entidade um protocolo, não assegurou condições de segurança e saúde.	Processo de CO	092000734 (referência: 092000890)	Autor: ACT - Autoridade para as Condições do Trabalho	Arguido	€ 9 180,00		12/05/2021 - Média	< ou = 50%	Não	Sim
29	2020	ATM	Responsabilidade civil	Pedido de indemnização (por danos ocorridos no veículo devido à queda de parte de uma árvore e de um poste elétrico na Rua Gomes Freire)	Ação Adm.	521/20.9BECBR	Autor: Alexandre Manuel Gonçalves Araújo dos Santos	Réu (e Outros - EDP Distribuição, S.A.)	€ 7 944,32	18/09/2020 - Ao valor será acrescido juros vencidos até integral pagamento. 12/05/2021 - A advogada informa o seguinte: Foi requerida a intervenção da Seguradoras Unidas, S.A., intervenção que ainda não foi deferida, mas, em princípio, o risco estará a coberto por apólice de seguro.	12/05/2021 - Alta	> 50%	Não	Sim

Proc. Q.	Ano	Advs.	Área	Assunto	Tipo de ação	N.º proc.	Partes	Município intervém como	Estimativa encargos financeiros	Descrição	Probabilidade de condenação do Município	Notação	Reconhecimento	Divulgação
30	2021	ATM	Responsabilidade contraordenacional	Mercado D. Pedro V - existência de carretel de combate a incêndio sem manutenção/verificação.	Processo de CO	CO/14/CDOSI/3/2021	Autor: Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil	Réu	€ 22 445,09	Aplicação de coima que não permitem pagamento voluntário - pessoas coletivas - pode ser igual ou superior a €22.445,09	29/07/2021 - Média	<ou=50%	Não	Sim
32	2021	ATM-SMTUC	Contratação pública	SMTUC - Fornecimento de um veículo de ligeiro de passageiros para transporte especial de pessoas com mobilidade reduzida. Concurso Público Rf.* CP/1751/2020 - Aplicação de penalidades contratuais - Pedido de indemnização	Ação Adm. Comum	224/21.7BECBR	Autor: Ambiente D'Interni, Unipessoal, Lda.	Réu/Reconvinte	€ 45 300,00	Valor da ação: 45.300,00€ e Valor da Reconvenção: 9.964,95€	25/10/2021 - Média	<ou=50%	Não	Sim
33	2006	ATM (DL)	Obras municipais	Empreitada "Circular externa - com início ao Km 1+525" - Petição indemnização por prorrogações de prazo e retardamento na consignação	Ação Adm. Comum	355/06.3BECBR	Autor: Pavia - Pavimentos e Vias, SA e MRG SA	Réu	€ 650 048,74	06/01/2022 - A advogada informa o seguinte: O valor da estimativa de encargos financeiros deverá ser alterado para o valor dos juros em discussão, no montante, calculado a 21 de Dezembro de 2021, de 650.048,74€ (a que acrescerão os juros de mora calculados à taxa comercial sobre a quantia de 523.889,74€, desde 22 de Dezembro de 2021 até efetivo e integral pagamento).	14/07/2020 sem alteração a 29/03/2021 - Alta	>50%	Sim	Sim
34	2006	ATM (DL)	Responsabilidade civil	Lesado suscita a nulidade da sentença e pede a renovação da instância (queda estrada Quinta Conraria)	Ação Adm. Comum	1024/06.0BECBR	Autor: Pedro Miguel Pereira Medina (Maria de Fátima Carvalho Pereira e José Carlos da Cruz Medina)	Réu	€ 900 000,00	Foi requerida a intervenção da C.* de Seguros por existir seguro.	14/07/2020 sem alteração a 29/03/2021 - Média	< ou = 50%	Não	Sim
35	2013	ATM (DL)	Responsabilidade civil	Pedido de indemnização (queda mortal - trabalhador do Município)	Ação Adm. Comum	445/13.6BECBR	Autor: Mª Elizabete A. F. Guerra e outros (viúva do trabalhador do Município)	Réu	€ 285 180,28	Foi requerida a intervenção da C.* de Seguros por existir seguro . 12/05/2021 - A advogada informa o seguinte: Esclareço que o limite do capital por sinistro e por anuidade é de 2.000.000,00€, com franquia de 10% dos prejuízos indemnizáveis, pelo que o risco estará coberto pela Apólice. O Município de Coimbra e o IPDJ foram condenados solidariamente a pagar aos Autores a quantia de 225.180,28€, acrescidas dos juros de mora contados desde a citação (que ocorreu a 15/07/2013) até efetivo e integral pagamento. Quer o Município, quer a Interventive Seguradora e os Autores recorrerem da sentença, aguardando-se a decisão do TCA.	14/07/2020 sem alteração a 29/03/2021 - Alta	> 50%	Não, uma vez que "Foi requerida a intervenção da C.* de Seguros por existir seguro"	Sim
36	2013	BM	Obras municipais	Empreitada "Convento de S. Francisco" - pedido de indemnização (trabalhos de arqueologia) e prorrogação legal de prazo da empreitada	Ação Adm. Comum	415/13.4BECBR	Autor: MRG-Manuel Rodrigues Gouveia, SA	Réu	€ 336 000,00	24/02/2017 - (ROC) - O mandatário do Município está firmemente convicto da razão do Município, sendo que, por esse motivo, quando foi questionado sobre a possibilidade de acordo, respondeu que não se deveria fazer acordo algum. 11/11/2021 - O advogado informa que este processo se encontra em faz de audiência de discussão e julgamento a decorrer.	29/03/2021 - Média	< ou = 50%	Não	Sim
37	2013	BM	Contratação pública	Pedido de indemnização (rompimento de relação contratual - parque de estacionamento Praça da República)	Ação Adm. Comum	467/13.7BECBR	Autor: Bragaparkes - Estacionamentos, SA	Réu	€ 500 000,00		29/03/2021 - Média	< ou = 50%	Não	Sim
39	2016	BM	Recursos Humanos	Acidente de trabalho - petição o pagamento de indemnização por queda ocorrida nas instalações do CBS	Ação Adm.	756/16.9BECBR	Autor: Maria Arminda Ramires Alves Moreira	Réu	€ 141 467,81	24/02/2017 - (ROC) - O mandatário do Município informa que o montante peticionado é um verdadeiro absurdo, seja qual for a perspectiva por que para ele se olhe. Basta ver que a Autora pede, a título de danos não patrimoniais, € 50.000,00, o que, à luz da nossa jurisprudência é um valor completamente desfasado da realidade. Entende que existem boas hipóteses de obter ganho total. Caso assim não seja, parece-lhe que não se deve estimar mais de € 10.000,00 de encargos, e isto, diga-se, já com algum esforço de imaginação. Foi requerida a intervenção da Companhia de Seguros por existir seguro.	29/03/2021 - Média	< ou = 50%	Não	Sim

Proc. Q.	Ano	Advos.	Área	Assunto	Tipo de ação	N.º proc.	Partes	Município intervém como	Estimativa encargos financeiros	Descrição	Probabilidade de condenação do Município	Notação	Reconhecimento	Divulgação
45	2019	BM	Recursos Humanos	Perceção de custas fiscais no âmbito de processos de execução fiscal até ao limite de 30% da remuneração base anual	Ação Adm.	90/19.2BECBR	Autor: STAL (em representação de Jorge Cortez, Elizabete Reigada, Luís Rente e Pedro Cardoso)	Réu	€ 65 861,26		29/03/2021 - Média	< ou = 50%	Não	Sim
55	2020	BM	Responsabilidade contraordenacional	Veículo de matrícula 75-QG-18 que se encontrava a transitar com excesso de carga, conduzido por um trabalhador do Município	Processo de CO	CO n.º 200007152070	Autor: IMT	Réu	€ 1 250,00		29/03/2021 - Baixa	Remota	Não	Sim
72	2020	BM	Contratação pública	O autor peticiona uma indemnização pelos encargos que teve de pagar à artista YAEL NAIM, para realização de um espetáculo, a realizar no Convento de São Francisco, no ano de 2016, e que nunca se concretizou.	Ação Adm.	1852/20.3BEBRG	Autor: Teatro Circo de Braga, EM S.A.	Réu	€ 14 714,00		29/03/2021 - Média	< ou = 50%	Não	Sim
74	2021	BM	Urbanismo	O autor peticiona a entrega da licença de utilização de um imóvel, sito na Quinta da Pousada, Lote n.º 3, Pousada - Cernache e subsidiariamente, caso a entrega da licença de utilização não possa verificar-se, deve proceder à emissão de uma 2.ª via; Condenação do réu no pagamento de quantia nunca inferior a € 15.000,00, a título de danos de natureza não patrimonial e outro valor - ainda a calcular - a título de danos de natureza patrimonial.	Ação Adm.	189/21.5BECBR	Autor: Thierry Mendes Subtil	Réu	€ 15 000,00	06/05/2021 - À estimativa de encargos financeiros €15.000,00 poderá acrescer valores respeitantes a danos de natureza patrimonial, que, no momento atual, ainda não se conseguem quantificar, em virtude de a entrega da licença de utilização ainda não ter sido efetuada, relegando-se a quantificação para momento posterior ao da condenação, isto é, em sede de liquidação e execução de sentença e pagamento de sanção pecuniária compulsória, no montante diário de € 100,00, até ao momento da entrega efetiva da licença de utilização do referido imóvel e ainda acresce o pagamento de custas e demais encargos.	30/07/2021 - Baixa	Remota	Não	Sim
75	2021	BM	Financeiro	Condenação do réu no pagamento da quantia de € 37.520,00, correspondente aos danos que os autores sofreram, até abril de 2021, em virtude das ações dos réus, não terem podido executar as obras que tinham o direito de executar e, em consequência, legalizar a sua habitação, facultando o seu uso a terceiros.	Ação Adm.	232/21.8BECBR	Autores: Albano Manuel Morais Pinto; Carlos Manuel Morais Pinto Tavares Pinheiro; Maria Alice Leite Mendes de Abreu	Réu e outros (Carlos Manuel Dias Cidade; Maria da Conceição Tavares Pinheiro; Maria Alice Leite Mendes de Abreu)	€ 37 520,00	08/06/2021 - À estimativa de encargos financeiros €37.520,00 poderá acrescer valores respeitantes a b) Os juros que, sobre a mesma quantia, se vencerem a partir da citação (artigo 805.º, n.º 3 do Código Civil), até integral pagamento e a quantia de €1.340,00, por cada mês que decorrer, após abril de 2021, até 2 meses depois de ser entregue o aditamento ao alvará 84/1981, com exceção dos meses de agosto e setembro.	15/11/2021 - Média	< ou = 50%	Não	Sim
84	2021	BM	Recursos humanos	Pedido de pagamento de abono para falhas	Ação Adm.	542/21.4BECBR	Autor: STAL (em representação de trabalhadores afetos às piscinas municipais)	Réu	€ 117 430,56		13/01/2022 - Média	< ou = 50%	Não	Sim
Total									€ 48 866 584,74					

Legenda: AA- Albuquerque & Associados; ATM - Ana Teresa Marques; ATM (SMTUC) - Ana Teresa Marques (SMTUC); ATM (DL) - Ana Teresa Marques (Diamantino Lopes); BM - Bruno Martelo; BM (SMTUC) - Bruno Martelo (SMTUC).



CÂMARA MUNICIPAL
DE
COIMBRA